

Oito 48 13 Treze

A Habitação Colectiva Como Substrato de Urbanização 1950 - 1970

Wilfred Figueiredo





Oito 48 . 13 Treze

A Habitação Colectiva Como Substrato de Urbanização 1950 - 1970

Wilfred Moacyr Sampaio de Figueiredo

Coimbra Outubro de 2008

Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra
Departamento de Arquitectura

Prova Final orientada pelo Dr. Arq. José Fernando Gonçalves

Ficha Técnica

Autor

Wilfred Moacyr Figueiredo

Design e Produção Editorial

Didott Graphic Arts

Edição

De Autor

Impressão e Acabamento

Darq

Número de Exemplares

10

Data

15 Outubro 2008



0 1 T O 4 8 1 3 T R E Z E

Aos meus pais

*Quero agradecer ao professor "Zé Fernando" meu orientador,
que mesmo sempre cheio de coisas para fazer se mostrou
entusiasmado com o desenvolvimento do trabalho.
Em Luanda, aos professores Isabel Martins e António Gameiro,
bem como ao Arq. Filomeno Fialho pela receptividade e apoio.
Em Lisboa, a sempre simpática disponibilidade da professora
Clara Mendes e dos Arqs. Manuela Fonte e Dias Coelho.
Um agradecimento especial ao
professor Mário Krüger e ao Arq. Simões de Carvalho.
A Vanessa.
A Alexandra Furtado, Fernanda Carou e a todos que me
acompanharam nestes anos, os meus agradecimentos.*

*Vontade de beijar os olhos de minha pátria
De niná-la, de passar-lhe a mão pelos cabelos
Vontade de mudar as cores do vestido... tão feias*

*Porque te amo tanto, Pátria minha
Eu que não tenho Pátria
Eu semente que nasci do vento
Eu que não vou e não venho, eu que permaneço
Em contacto com a dor do tempo, eu elemento
De ligação entre a acção e o pensamento
Eu fio invisível no espaço de todo adeus*

Pátria minha, saudades de quem te ama

*“Vinicius de Moraes - Poesia Completa e Prosa”
Editora Nova Aguilar - Rio de Janeiro, 1998, pág. 383.*

Introdução	Pag. 13
O tema	
O vínculo	
O ponto de vista	
O método	
1. De Loanda à Moderna Luanda	Pag. 21
Contextualização da Evolução Urbana	
2. A Ideologia Modernista	Pag. 35
O Papel da Habitação no Edificar Cidade	
3. Transformação Urbana	Pag. 47
O Património e a Obra Moderna	
Considerações Finais	Pag. 73
À conversa com Fernão Simões de Carvalho	Pag. 83
Bibliografia	Pag. 103
Anexo	Pag. 121

Índice



Introdução



O Tema

Este trabalho tem como tema a Arquitectura e o Urbanismo de Luanda entre 1950 e 1970.

Luanda representou sempre um espaço privilegiado para a edificação de arquitectura de timbre mais oficial, mas também para a expressão de conceitos inovadores procurando valorizar as potencialidades do território, como parte integrante de uma estrutura alargada constituída, então, por todo o império Português. É portanto, antes de mais, uma interpretação de um tema com raiz Portuguesa onde, entre as ex-colónias, Luanda representa o exemplo mais significativo de influência profissional vinda da então “metrópole”, mais especificamente de Lisboa e Porto, relacionando-se por isso profundamente com a situação socio-cultural, condicionalismos políticos, o peso das tradições, bem como de características antropológicas que se traduziram em variadíssimas tendências formais mas também, e mais profundamente, em diferentes concepções da própria arquitectura.

O espaço temporal em análise está directamente relacionado com a dinâmica que esse processo adquiriu em Luanda, altura em que a ideologia modernista teve grande aceitação em Angola, um reflectir das experiências que ocorriam um pouco por todo o mundo. Há desse modo uma procura de novas soluções, quer ao nível dos grandes edifícios de equipamento colectivo bem como das novas tipologias de habitação, individual ou colectiva.

Um crescimento demográfico directamente relacionado com o desenvolvimento económico, a emoção da aventura e uma noção de que Angola representaria uma liberdade projectual impossível de alcançar em Portugal, era seguramente matéria bastante aliciante para quem se propusesse viver novas experiências na construção civil – entendida como actividade económica de desenvolvimento – especialmente na chamada arquitectura de autor.

O Vínculo

A realização deste trabalho despertou-me um especial interesse por duas ordens de razões.

A primeira, académica, pelo declarado interesse pelos princípios conceptuais da modernidade, ou mais especificamente do estudo do Movimento Moderno em Arquitectura, enquadrado no âmbito da Prova Final do curso de Arquitectura da Universidade de Coimbra.

A segunda, mais emotiva, pelo facto de, desta forma, poder aprofundar o conhecimento sobre a cidade onde nasci e cresci. Aproveito, deste modo, para interpretar a ideologia modernista em arquitectura num contexto tão particular como foi o caso de Luanda durante os anos do seu crescimento urbano mais intenso.

O Ponto de Vista

A sistematização da habitação colectiva como substrato de urbanização é tomada como ponto de vista específico dentro da generalidade do tema em análise. Interessa-me sobretudo compreender a evolução desse processo interno, a sua identidade, como e quem o desenvolveu, as formas de absorção da cultura do sítio sob a orientação das teorias Europeias. Embora seja difícil tento afastar-me das diferentes crises sociopolíticas a que este processo esteve sujeito, questões relevantes que condicionaram todas as vertentes do desenvolvimento de Angola.

O Método

Numa primeira fase procuro contextualizar de forma sucinta o desenvolvimento urbano de Luanda bem como do seu património edificado.

Posteriormente, enquadrado pela ideologia modernista, analiso a evolução da habitação colectiva (espaço físico doméstico) em Luanda.

Tendo sempre como base o papel da habitação no edificar cidade, procuro também interpretar a aparente incompatibilidade ideológica do seu crescimento urbano, mais especificamente a coexistência de diferentes estratégias de “ancoragem” que o edificado toma nesse novo urbanizar.

A partir daí, vou tornando a minha exposição mais específica à época e tema em estudo, com procura de material sobre os exemplos escolhidos (desenhos e essencialmente imagens de época e actuais), porém seleccionando-as apenas com intenção de reforçar o sentido e significado de cada tema, sem preocupação de ilustração exaustiva.

Reporto-me também à recolha de testemunhos pessoais, onde saliento a conversa em Lisboa com o Arq. Simões de Carvalho sobre a produção arquitectónica e urbanística em Luanda no período em causa.

Síntese

Procuro analisar a existência de uma identidade própria no urbanismo e arquitectura em Luanda praticados durante os anos do seu maior crescimento ainda em contexto colonial. Neste sentido tomo a habitação colectiva (conjuntos habitacionais) como denominador comum no desenvolvimento urbano de realidades diferentes, onde destaco a influência de experiências desenvolvidas em Lisboa e Porto.

Trata-se de uma época onde se acentuaram as diferenças entre colonizados e colonizadores, despoletando ideologias anti-colonialistas e consequentemente um maior cuidado por parte do colonizador na expressão da sua superioridade. Começa também um novo ciclo de Infra-estruturação, ciclo este relacionado directamente com a evolução do processo económico de produtos agrícolas, principalmente café e algodão, onde Luanda como capital passa a assumir um especial destaque quer a nível económico, demográfico e urbanístico a par do desenvolvimento político verificado na globalidade do país. Questão que levaria ao desenvolvimento de um urbanismo angolano claramente influenciado por modelos europeus, nomeadamente os da cidade-jardim, adaptação do urbanismo formal bem como de uma grande influência Corbusiana e do seu Estilo Internacional. Embora assimiladas as regras do modernismo, principalmente as que partilhavam as matérias da arquitectura e urbanismo, o vocabulário foi interpretado e adaptado a nova realidade alastrando-se rapidamente aos vários actores do processo de desenvolvimento urbano de Luanda.

Assim, entendendo as teorias urbanísticas Europeias e Portuguesas em particular, as formas de absorção da cultura Angolana no seu processo de colonização/urbanização, estudando os planos e projectos de arquitectura feitos nesse período (os considerados mais significativos), os seus autores, suas influências, bem como o tipo de encomenda, pude compreender a dependência das interacções estabelecidas entre os obreiros da cidade, o sistema político-económico e sociocultural onde se integravam, que obedecendo a regras e princípios estabelecidos pelo Estado Português se manifestavam autonomizados e adaptados ao novo território.

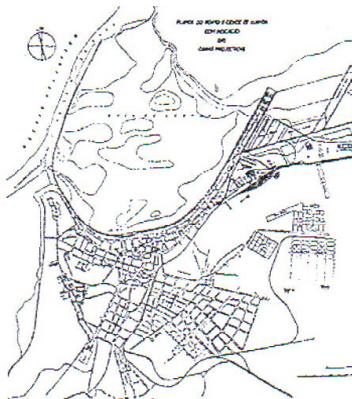
«... outrosy me praz que o dito Capitão e Governador e todos os seus subçessores possão por sy fazer Villas todas quaisquer Pouoaços que se na dita Terra fizerem e lhe a elles parecer que deuem de ser as quais se chamarão Villas e terão termo e jurdição lyberdades e jnsjnias de Villas segundo foro e custume de meus Reynos... »

Da carta de doação a Paulo Dias de Novais e a seus herdeiros da capitania e governança de Angola, passada a 19 de Setembro de 1571.
Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Chancelaria de D. Sebastião – Doações, livro 26, fls. 295-299.

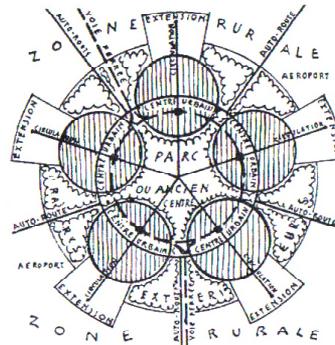
[1]
Luanda e províncias
vizinhas.



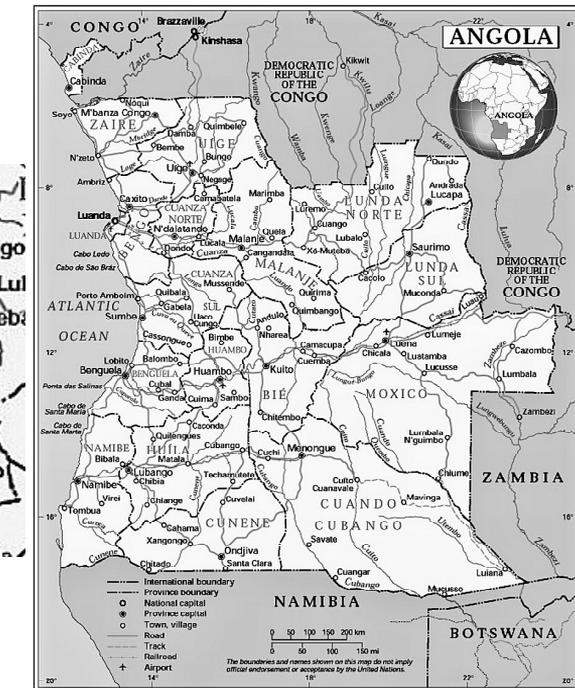
[2]
Planta da cidade de
luanda 1940



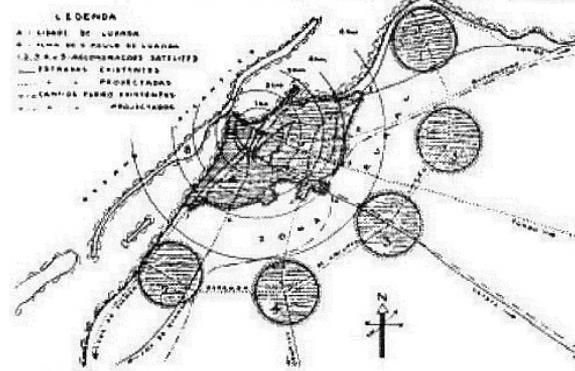
[3]
Modelo Teórico do
Desenvolvimento das
Cidades Jardim



[4]
Planta da Urbanização de
Luanda e suas Cidades
Satélite
Camara Municipal de
Luanda Arq. Etienne
De Groer e Moreira da
Silva 1942



PLANTA DA REGIÃO DE LUANDA — ESCALA 1:100000





1. De Loanda à Moderna Luanda | Contextualização da Evolução Urbana

A aproximadamente 8° 48'' de latitude sul e 13° 13'' de longitude leste, entre os rios Bengo e Kwanza (norte e sul respectivamente) edificou-se a cidade de São Paulo de Assunção de Loanda [1], a mais antiga de fundação Europeia no ocidente Africano. Numa região semi-árida e quente, pobre em riquezas quer no solo quer no subsolo, a capital da província ultramarina Portuguesa de Angola servia de centro administrativo, militar e comercial dos Reinos de Angola, Benguela e Congo.

Desde a sua fundação em 1576 por Paulo Dias de Novais até ao séc. XIX funcionou como acampamento de população flutuante que aí acorria para enriquecer com o tráfico de escravos embarcados para o Brasil ou por imposição do Estado (funcionários públicos e degredados), foi sempre uma espécie de porto de saída de mão-de-obra para o Brasil até à sua independência e posteriormente à abolição da escravatura.

No séc. XX com a promoção do terceiro império pelo Estado Novo (1), São Paulo de Loanda entra numa nova fase do seu desenvolvimento urbano, promovendo a fixação de novos habitantes e consequentemente de novas actividades urbanas.

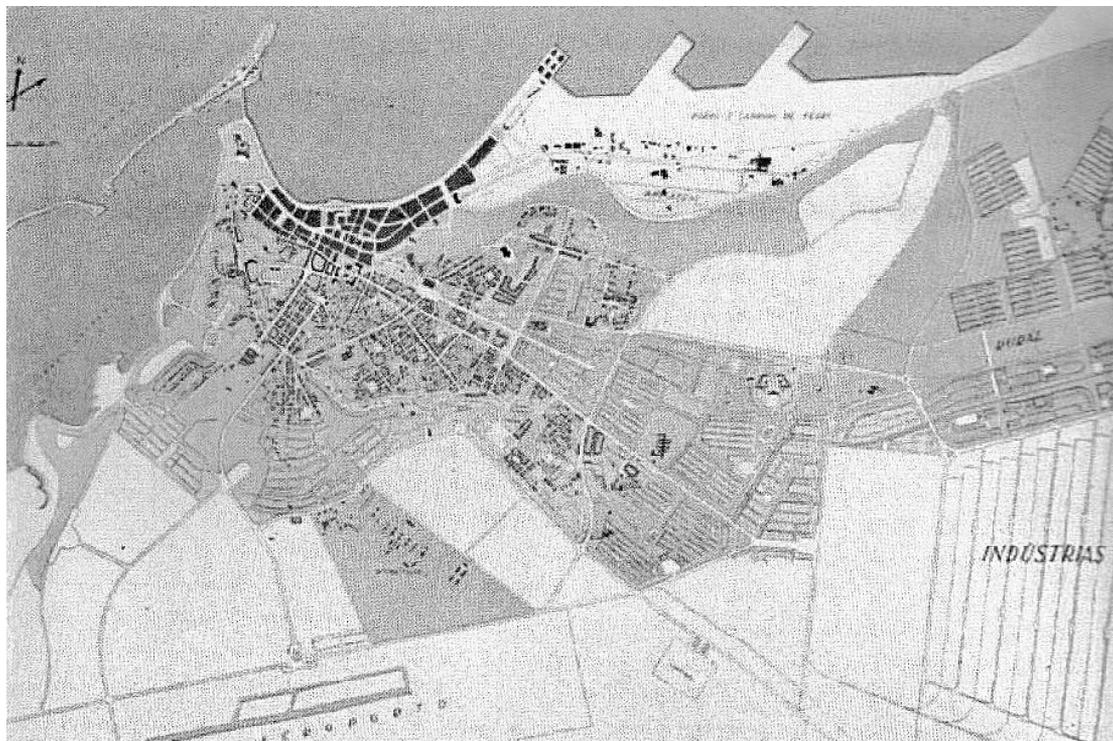
Em 1908 a cidade apresentava já uma rede ferroviária bastante abrangente, com o término da ligação ferroviária inter-regional até Malange, que com duas outras cruzavam o centro urbano (2) ligando-o às zonas de maior povoamento do planalto interior onde se praticava uma economia de subsistência, garantindo assim o escoamento de produtos agrícolas e matérias-primas do interior para o principal centro urbano do país.

A partir dos anos 20 iniciou-se um incremento na obra pública em Angola, especialmente em Luanda, sendo a principal o aterro na Baía através da eliminação de duas enseadas, modificando e regularizando o seu desenho original – abrem-se novos eixos estruturantes, ligando a cidade alta à fortaleza de São Miguel, reformula-se a baixa – dotando-a sobretudo de melhores condições de salubridade.

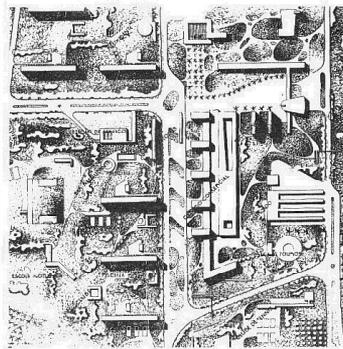
Especialmente durante o governo de Duarte Pacheco Luanda adquire um novo lugar numa nova fase de crescimento que adveio primeiro da explosão das exportações de café (3) e depois do desenvolvimento industrial e comercial atraindo população branca. Ao longo desse tempo a cidade foi-se expandindo e estruturando com obras municipais estabelecidas pelo Plano do Porto e da Cidade de Luanda de 1940 [2].

Etienne De Gröer – discípulo de Ebenezer Howard – e Moreira da Silva a convite da Câmara Municipal de Luanda em 1942 [4] elaboram o primeiro Plano de Urbanização para a capital angolana, sendo a solução encontrada muito parecida com o Plano Desenvolvido para Lisboa. Tentando fazer face às demandas populacionais, são criados novos serviços públicos, indústrias, actividades comerciais, bem como novos bairros dentro de soluções urbanísticas funcionais abrindo caminho a outras cinco novas cidades satélite. No seu recorte costeiro a morfologia da cidade induzia a um desenho radial e uma rede viária que ligasse a outras novas cinco cidades satélite, através de uma estrada de circunvalação em cujos extremos se encontrariam as principais saídas da capital.

[5]
Plano de Urbanização
de Luanda Gabinete de
Urbanização Colonial
Arq. João Aguiar 1949



[6] [7]
Esquema Organizacional
do Centro Cívico para
"Luanda - Cidade Satélite
nº 3" em 1948
Marginal Luanda 1950
Arq. Vieira da Costa





Uma nova forma de estruturar a cidade procurando um descongestionamento racional, afastando-se da cidade tradicional através da criação de uma faixa de dois quilómetros de largura funcionando como zona de protecção. Pretendia ainda levar a população a movimentos pendulares constantes para as novas cidades dormitório à margem do núcleo urbano consolidado, criando ligações através de uma circular que assegurasse a comunicação viária, o que representava de forma clara o modelo teórico da cidade-jardim.

O Plano não chegou a ser implementado, não só por falta de quadros técnicos capazes por parte do Estado mas também por falta de aval jurídico contudo seria o mote para o Plano seguinte do Arq. João António Aguiar [5] no início dos anos 50 que estabelecendo de forma clara as zonas urbanas consolidadas, as urbanizáveis, as rurais, bem como a de novas indústrias de forma a controlar os limites da cidade onde os vários eixos viários estruturantes criavam radiais e vias de acesso a Sul, uma sequência do que havia sido equacionado por De Gröer.

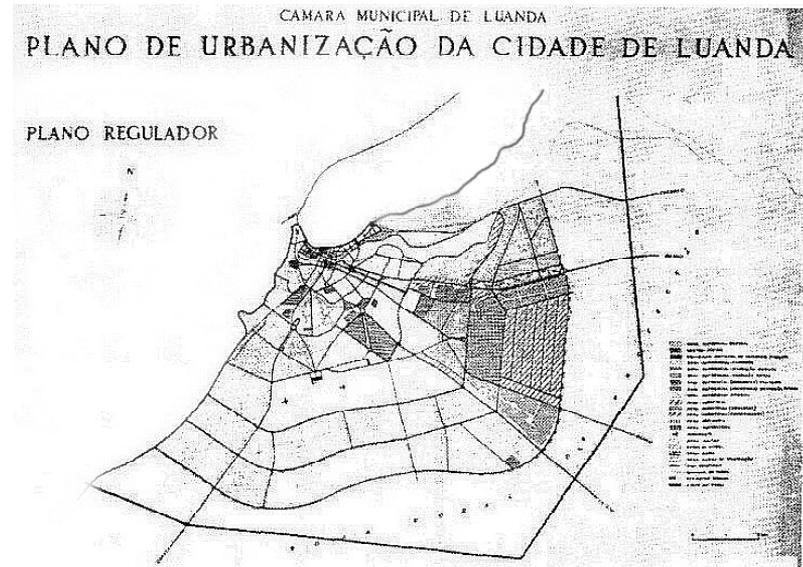
O modelo de cidade jardim era adaptado à realidade angolana, as expansões dos núcleos urbanos reconheciam-se pela natureza das suas habitações unifamiliares rodeadas por jardins. Muito embora a ideia de subúrbio estivesse equacionada, havia uma notável definição de limites, uma clara separação entre cidade e subúrbio. Os modelos urbanos Europeus encontravam desta forma campo fértil tendo sido sucessivamente transformados e adequados pelos actores nacionais, levados pela mão-de-obra dos arquitectos portugueses ou pelos que escolheram Angola para desenvolver a sua actividade profissional de transformação do território. Cite-se o exemplo de Vasco Vieira da Costa (4) que em 1948 [6] ainda academicamente propõe um corte total com os princípios da cidade tradicional, abrindo um campo de possibilidades e leituras ao novo urbanismo tropical angolano. Constitui não só pela escala de intervenção, pelo cuidado desenvolvimento mas principalmente pela audácia da iniciativa um momento de referência na introdução do modernismo em arquitectura e urbanismo em Angola (5).

Luanda em meados dos anos 50 mostra um somatório de intervenções, uma nova expressão plástica. Aos estilos tradicionais sucedem-se formas modernas de carácter mais cosmopolita onde as protecções solares vão dominar quase exclusivamente o desenho das fachadas. Na sua essência a cidade mostra-se distribuída por áreas que centralizam actividades económicas em volta das quais se multiplicam grandes áreas residenciais em contacto com orlas insuficientemente estruturadas e urbanizadas – os musseques.

Surge então a cidade baixa numa estreita plataforma que se estende em degrau sinuoso cerca de sessenta metros em altura nem sempre uniforme, mantendo o traço de ruas convergentes e orientadas segundo ventos dominantes (de sudoeste) mostrando uma espécie de esquema radiocentrico paralelo à costa, cortado por vias secundárias. Na alta, sobre a superfície do planalto, novas avenidas vindas da baixa vão mostrando contínuos padrões contrastantes de urbanização, desurbanizando os musseques que se vêem cada vez mais distantes do centro da cidade.

Paralelamente a estes Planos Urbanos algumas obras pontuais de melhoria eram elaboradas, de realçar o Plano para a Baía de Luanda [7] desenvolvido pelo Arq. Vasco Vieira da Costa que propunha uma frente contínua de edificado que, por um lado rema-

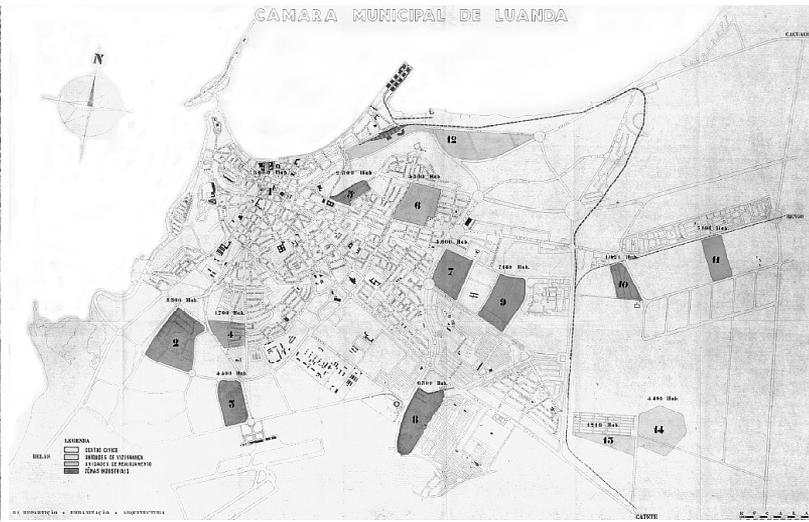
[8]
Planta de Urbanização da
Cidade de Luanda Plano
Regulador 1957



[9] [10]
Plano Director de Luanda
Camara Municipal de
Luanda (1961)



Unidades de Vizinhança
Coordenação do
Arq. Simões de Carvalho
1962





taria a cidade e por outro a abria formando um sky line ondulante, com a particularidade de criar ao nível térreo uma galeria contínua que marcaria não só o grande embasamento da marginal como a criação de espaços e percursos protegidos da insolação, uma iniciativa que iria servir de exemplo para o futuro das avenidas de Luanda.

Com o rasgamento de novos eixos de circulação os antigos arruamentos largos de loteamento de sobrados e zonas verdes abundantes transformam-se em ruas estreitas marginadas por altos edifícios em betão. A título de exemplo no final dos anos 50 a capital apresenta quase metade da população de Angola – cerca de 225000 habitantes, mais 80000 em relação a 1930.

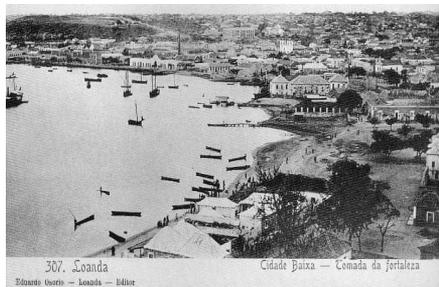
A par da grande massa de pessoas que procuravam Angola pelos seus próprios meios, verificou-se também uma intensificação do estabelecimento de colonatos obtida através do recrutamento de casais (6) em todo o Portugal continental e insular bem como medidas de incentivo (7) para tal.

Numa nova tentativa de controlar o aumento demográfico e a expansão urbana de Luanda surge o Plano Director do Arq. Simões de Carvalho de 1961 [9] propondo uma nova forma de urbanismo e abordagem ao planeamento, sempre com uma visão prospectiva nas mais variadas questões de análise do crescimento da cidade e das suas mais variadas inter-relações. Em 1963 Simões de Carvalho publica “Luanda do futuro” um texto onde de forma muito clara mostra as suas preocupações com o desenvolvimento urbano da cidade – uma visão da cidade à luz da Carta de Atenas. Fala da Penúria e do Supérfluo citando Le Corbusier, com grande sentido crítico sobre a falta de qualidade das habitações, quer do centro como da periferia, sublinhando o descontrolo no crescimento e na gestão de Luanda. Dentro desta lógica defendia que as zonas habitacionais deveriam incluir também zonas de trabalhos e indústria condicionada bem como estabelecimentos de ensino secundário, que se dispersariam pela malha urbana. Neste refazer cidade Simões de Carvalho contemplava as zonas da cidade já consolidadas bem como o problema da circulação e do estacionamento rodoviário.

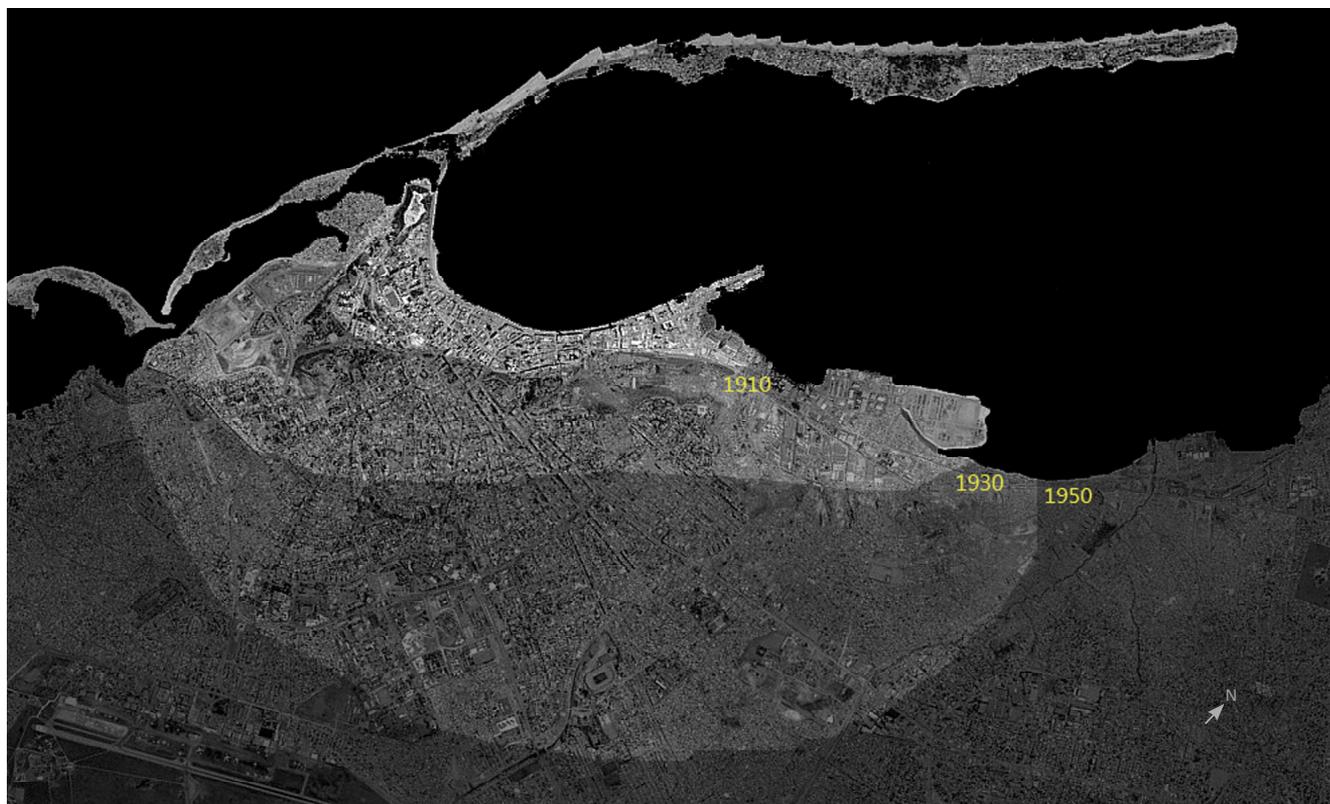
Considerava como prioritária a execução de um plano viário que desenvolvesse dois grandes eixos de penetração, auto-estradas ligando o centro da cidade ao interior do País cruzando quatro outras (vias de cintura) completadas por vias envolventes às Unidades de Vizinhança [10] criando deste modo lógicas distintas entre os grandes eixos viários e os pequenos percursos. Apesar de não ter sido aprovado, este Plano abriu caminho para a realização de outros - Planos Parcelares de Unidades de Vizinhança - tornando o tecido da cidade mais coeso. Seria como o reinterpretar da cidade à luz da Carta de Atenas da cidade tradicional, uma visão entusiasta e optimista do futuro de Luanda, como por exemplo e fazendo o paralelismo Simões de Carvalho dizia que na cidade moderna o Centro Cívico assume o papel reservado à Praça na cidade tradicional, sendo por isso um espaço lúdico e de partilha por excelência.

Paralelamente à produção urbanística do Estado, a praticada por privados seguia o mesmo léxico formal, nomeadamente quanto à metodologia de análise e ao fundamento das soluções. Os elementos de composição urbana tradicional eram adaptados às novas realidades, ao clima tropical quente e húmido traduzindo-se em novas tipologias de edificação, em especial de habitação colectiva (8), surgindo como resposta a solicitações principalmente privadas.

[11] [12] [13]
Evolução da Cidade
1905, 1935 e 1955



[14]
Evolução do
urbanismo até 1950.
Adaptação do modelo de
Ilídio do Amaral — Luanda
estudo de geografia ur-
bana, 1968, à uma planta
actual de Luanda.





Assim, o novo léxico arquitectónico adaptou-se e aculturou-se, especialmente através da escala e proporção do edificado num desafio directo à arquitectura tradicionalista monumental e conservadora do Estado Novo. A partir dos anos 70 a capital Angolana vai reflectir uma arquitectura mais próxima das formas industriais e sistematizadas, onde sólidas volumetrias de desenho internacionalista Corbusiano procuram mostrar a liberdade conceptual e projectual, dando particular atenção aos problemas de radiação solar a fim de dotar o edificado de melhor conforto habitacional, uma resposta ao seu clima tropical.

São ainda encomendados pela Câmara Municipal novos Planos Directores, por exemplo a empresa OTH (Omnium Technique) empresa escolhida devido à sua grande capacidade técnica demonstrada em trabalhos desenvolvidos para a Câmara de Lisboa. Em resposta a solicitação Camarária, a OTH desenvolveu um Plano que previa a limitação do desenvolvimento de Luanda através de uma política de pólos urbanos, como a valorização das áreas rurais na periferia – espaço intersticial entre Luanda e cidades vizinhas como Viana e Cacuaco. Previa ainda o crescimento ao longo do litoral, porém sempre valorizando as preexistências. Como todos os anteriores, também este não foi aprovado por razões jurídicas.

Em síntese parece-me que a procura de estruturação formal e essencialmente social, no que diz respeito à organização da cidade dominou o crescimento urbano de Luanda. Todavia é interessante constatar que quer os Planos Directores de iniciativa Estatal quer os realizados por encomenda Camarária, nunca foram realizados na sua totalidade.

Admito que este facto se deva essencialmente à dinâmica de desenvolvimento e crescimento a que a Luanda esteve sujeita, não suportando por isso a morosidade da implementação de um Plano Director como refere Simões de Carvalho na conversa que mantivemos.

Contudo comparando os Planos propostos bem como as imagens de várias épocas de Luanda, pode-se perceber as directrizes que foram conduzindo a sua evolução urbana. Desse modo e até 1940 percebe-se que houve uma tentativa de a caracterizar e sobretudo dotar Luanda de urbanidade bem como de melhores condições de salubridade, principalmente com os Planos de Duarte Pacheco e a aberturas de novas avenidas. Com Etienne De Gröer e Moreira da Silva a cidade toma um novo desenvolvimento – a ideologia radial da “cidade-jardim e as suas cidades satélites” – que a meu ver viria a marcar até ao início dos anos setenta o desenvolvimento de Luanda, como se pode constatar nos Planos de Joaquim de Aguiar de ‘49, o Regulador da CML de ‘57 e até mesmo no Plano de Simões de Carvalho de ‘61.

Entendo que isto se deva a um respeito pelo lastro urbano da cidade, ou seja ao desenvolver um novo Plano não se punham de parte as questões equacionadas anteriormente por outros profissionais mas sim propunham-se novos desenvolvimentos tendo-os como base ou o que deles se tinha implementado. Neste contexto, mais especificamente durante o período concreto em estudo, percebo que não se procurou considerar apenas o habitar colectivo à luz da modernidade mas principalmente a interacção da vida comunitária dentro de uma estrutura urbana coesa.



Notas

- (1) O Império Africano patente no Acto Colonial, nas Bases Orçamentais e na Carta Orgânica do Império e Reforma Administrativa Ultramarina, assente em estruturas organizativas dos vários países (Grandes impérios Modernos) detentores de territórios ocupados.
- (2) Duas vias-férreas, uma que bordejando a beira-mar ligava a cidade à ilha, outra que saindo da urbe dirigia-se a noroeste, Calumbo e Catete.
- (3) Sistematização da produção das grandes culturas, nomeadamente a do café que, devido à inflação do seu preço, passou a ser produzido por grandes fazendas (para além das produções indígenas) tornando-se e permanecendo nas décadas seguintes o maior produto Angolano no mercado Internacional.
- (4) Projecto de cidade para as imediações de Luanda desenvolvido com base em princípios modernistas de organização urbana por um jovem de origem angolana.
- (5) Ver: Costa, Vieira, Luanda, Plano para a Cidade Satélite n.3, Curso de Arquitectura de ESBAP, 1948, Porto. Ed Janeiro de 1984.
- (6) Sobretudo camponeses sem terra e os operários de comércio, que pouco auferiam em Portugal, constituíam a principal fatia de população que procurava Angola.
- (7) Medidas de incentivo relacionadas com o primeiro plano de Fomento, entre 1953 e 1959. O lançamento de uma linha de crédito específica para a criação de infra-estruturas, portos, estradas e ferrovias, e construção civil. O segundo Plano de Fomento de 1959 e 1964 considerava orçamento para investimentos sociais orientados, fundamentalmente para assistência aos colonos que integravam a corrida ao café.
- (8) Habitação colectiva edificada principalmente em altura, sobre pilotis (criando galerias pedonais de acesso às mesmas) alinhadas segundo o desenvolvimento das novas avenidas.



2. A Ideologia Modernista | O papel da Habitação no Edificar Cidade

A Ideologia Modernista pode ser descrita genericamente como uma rejeição da tradição. Por volta de 1890 uma linha de pensamento passou a defender que seria necessário deixar completamente de lado as normas prévias, e ao invés de meramente revisitar o conhecimento passado à luz das técnicas actuais, seria preciso implantar mudanças mais drásticas. Nas artes a aversão à tradição do impressionismo, o simbolismo na literatura e a quebra com a tradição por parte de Nietzsche e Freud na filosofia, tornar-se-iam peça chave no desenvolvimento deste movimento. O movimento nas artes ocorre paralelamente aos desenvolvimentos científicos como por exemplo a Teoria da Relatividade de Einstein, a cada vez mais presente integração entre a Combustão Interna e a Industrialização, o advento das Ciências Sociais na Política Pública entre outros.

Simultaneamente ao movimento nas artes dá-se o chamado Movimento Moderno em Arquitectura, um momento de viragem que se iria reflectir na arquitectura realizada na maior parte do séc. XX. Esta ideologia está absolutamente ligada ao projecto da modernidade, em particular, à visão de mundo iluminista, como são exemplos a arquitectura realizada com as inovações tecnológicas obtidas com a Revolução Industrial [1] e com as diversas propostas urbanísticas (1) e sociais realizadas por teóricos como os Socialistas Utópicos e os partidários das Cidade-Jardim [2] [3]. Segundo esta interpretação o problema estético aqui é secundário, o moderno tem muito mais a ver com uma causa social do que com uma causa estética. Esta interpretação dá especial destaque ao movimento Arts & Crafts e Art Nouveau de uma forma geral, consideradas visões de mundo que, ainda que presas às formas e conceitos do passado, de alguma forma propunham novos caminhos para a estética do futuro. A arquitectura moderna surge, portanto, com as profundas transformações estéticas propostas pelas vanguardas artísticas das décadas de 10 e 20, em especial o Cubismo, o Abstraccionismo e o Construtivismo – onde se destacam os estudos realizados pela Bauhaus, pelo De Stijl e pela vanguarda russa.

Com o Modernismo, entra-se numa nova fase, a de mudanças sociais, onde novas formas habitacionais, e por consequência novos métodos de planificação e controlo da cidade, são assumidos como intervenção crítica sobre a maneira de ver o Mundo como um todo, intervenção crítica como opção ideológica e como resposta a um programa proposto. Trata-se de uma ideologia no sentido lato, onde se procura ver globalmente a sociedade, assumindo a arquitectura um papel de liderança não apenas como fonte de embelezamento dos lugares mas em todos as vertentes e escalas da organização espacial. Procura-se acima de tudo valorizar o colectivo ante o carácter privado da Cidade Tradicional. A cidade como um todo, uma análise sobre as partes que a compõem: habitar, trabalhar, circular e lazer – promoção da cultura do corpo e da mente (2). Esta nova etapa procura novas estruturas urbanas que forneçam respostas eficazes aos problemas emergentes do séc. XX, uma nova maneira de garantir a equidade entre habitação e actividades produtivas.

Neste contexto surgem os Congressos Internacionais de Arquitectura Moderna (3), responsáveis pela definição do International Style, considerando a arquitectura e urbanismo como um potencial instrumento político e económico, o qual deveria ser usado



pelo poder público como forma de promover o progresso social. A redacção da Carta de Atenas em 1933 (4), talvez a produção mais influente dos CIAM, considerava a cidade como um organismo planeado de modo funcional, no qual as necessidades do homem devessem estar claramente introduzidas e resolvidas. Habitar passa a representar um novo modo de vida organizado num espaço de estética “limpa”, tendo a máquina como metáfora [4] [5]. Questões como o bairro resultante da forma e organização do edifício, a altura máxima a que os edifícios se sujeitariam para acolher um maior número de habitantes e libertar o solo (5) têm relevante importância, levando necessariamente ao condicionamento da morfologia urbana pela quantificação da habitação colectiva (6).

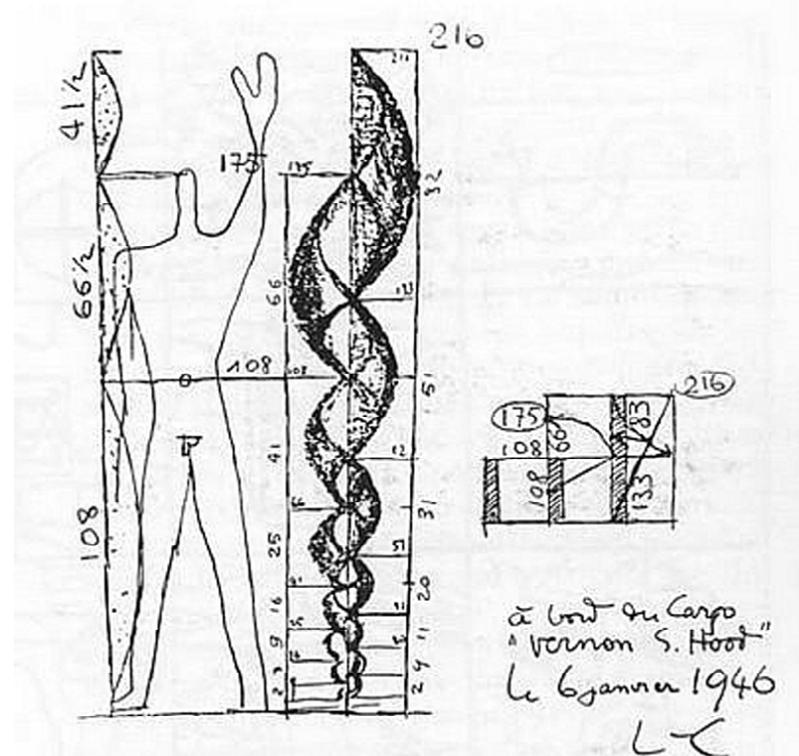
Assim sendo, o desenvolvimento sistematizado da célula habitacional daria origem a um edifício tipo, ao qual se juntariam acessos e regras de relação com outros edifícios que agrupados formariam um bairro, a partir dos quais se edificaria cidade. Metodologias de cariz racional baseadas no pressuposto Homens são todos iguais e têm as mesmas necessidades, acreditando que ao descobrir a fórmula adequada estariam superadas também as desigualdades sociais.

Em Portugal, no período seguinte ao final da Segunda Grande Guerra, procuravam-se aproximações à arquitectura vigente na Europa democrática, vencedora de então, onde se destaca a importância da revista *Arquitectura* (7). Paralelamente à Exposição de Obras Públicas organizada pelo governo em 1948 ocorre, com o seu patrocínio, o primeiro Congresso Nacional de Arquitectura. Uma oportunidade singular no que diz respeito a promoção de debates disciplinares, sob a expectativa optimista de uma rápida transformação político-social por influência directa das novas democracias Europeias. No CNA de '48, gerações distintas de arquitectos portugueses realizam um momento marcante para a arquitectura portuguesa. Uma viragem em que se dá pela primeira vez uma união corporativa da classe e se definem os sentidos do desenvolvimento da arquitectura portuguesa para as décadas seguintes, aspirando ultrapassar o enquadramento em que os arquitectos anteriormente trabalhavam, estabeleciam-se novos princípios de organização do espaço urbano para além das questões da própria linguagem arquitectónica (8), temas tão discutidos e reclamados até então. Punham-se em causa as soluções tradicionais de rua-corredor por influência directa do modelo teórico desenvolvido pelos CIAM, blocos habitacionais em altura implantados sobre áreas verdes dissociadas das rodovias principais, mostravam-se como novas soluções para a organização morfológica do edificado habitacional moderno [6]. Apontava-se também a necessidade de diferentes metodologias de planeamento (9) proporcionando o desenvolvimento técnico e maior capacidade de resposta a uma nova aptidão industrial. Eram conclusões que contrariavam as expectativas oficiais do então Regime patrocinador do Congresso, expressavam a ambição por novas condições sociais e económicas bem como uma afirmação internacional, tentando garantir soluções modernas para o gravíssimo problema da habitação colectiva em Portugal. Estava lançada, por outro lado, a semente de mudança de perspectiva e entendimento disciplinar que se iria reflectir na década seguinte com a afirmação de movimentos efémeros da geração de jovens arquitectos nascidos a partir de 1920 (10). Uma geração que de facto acreditava que seria possível mudar o mundo e, no caso, mudar Portugal e principalmente fazer frente a ditadura de Salazar.

[7]
O livro Brazil Builds
MoMA
Philip Goodwin 1943



[8]
O Modulor

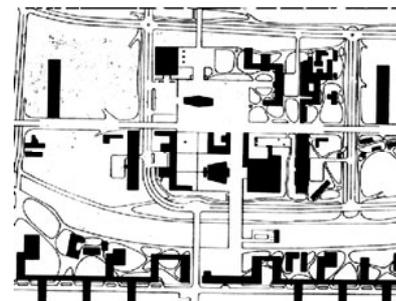




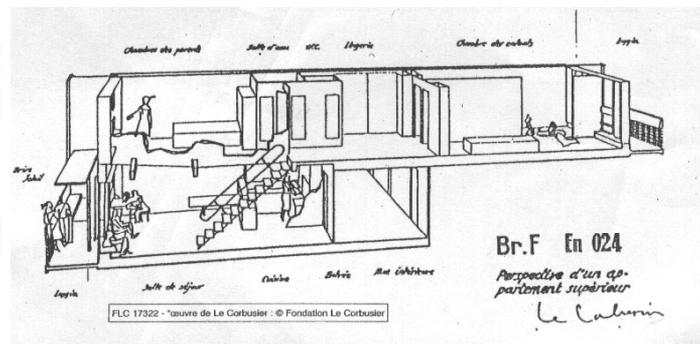
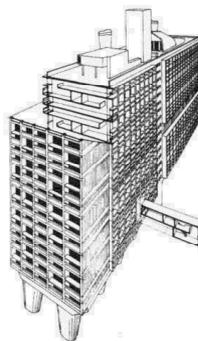
Acreditava que seria possível fazê-lo através da arquitectura, em que o momento central a esse nível foi sem dúvida o Congresso de '48. De modo entusiasta, os arquitectos dispararam em todas as direcções, dizendo aquilo que pensavam e até mesmo da pressão que sentiam, numa época em que fazer moderno era censurado. Por isso é que a figura de Corbusier, bem como de outros protagonistas dos CIAM, foi fundamental para dar uma consciência à vontade de ser moderno. Procurava-se essencialmente desmistificar a imagem nacionalista do Estado Novo sobre a arquitectura, o conceito de casa portuguesa e o vocabulário formal do português suave, prática corrente na criação arquitectónica em Portugal e suas colónias (11). Outros aspectos particulares ganham uma dimensão crucial em Portugal, aspectos directamente relacionados com a descoberta da modernidade brasileira. O livro *Brazil Builds*, decorrente da Exposição Internacional de Arquitectura Moderna no Museum of Modern Art (MoMA) de Nova Iorque [7], provoca um grande impacto no seio arquitectónico português. É a geração dos nascidos nos anos 20, que se mostra operativa nos finais dos anos 40 e ao longo dos 50 (a *geração vintage* como lhe chama Nuno Portas) que, em oposição à aproximação mais formalista do primeiro modernismo, interioriza uma consciência mais política. Ao contrário da anterior, que é um grupo que actualiza e moderniza os processos construtivos, em particular as possibilidades a que o betão armado permitia, esta nova geração integra a componente ideologia do modernismo, que passa essencialmente pela ideia de que a arquitectura pode ser um condensador social.

Creio que o sentido fundamental da arquitectura dos anos 50 assenta na consciência política, na missão de organizar território, fazer e planear cidade. Já não se trata da ideia de obra única, mas do papel do arquitecto na construção do novo mundo a uma nova escala. Daí a relação da arquitectura moderna com a vanguarda e com o manifesto que está de certa forma expresso nas teses do Congresso de '48. Sem querer fazer qualquer discriminação entre os que se sentiam mais ou menos internacionalistas ou até mesmo Corbusianos, é talvez entre o grupo do Porto que se reúne em torno dos CIAM, que se encontram algumas dessas personagens. Há que referir a Reunião em Hoddesdon em 1951 que proporcionou o encontro entre Viana de Lima, Fernando Távora e o mestre Suíço. Se Viana de Lima mostra um vínculo maior à nova ideologia, Távora representa uma nova sensibilidade porém sem a transpor imediatamente para desenho, mantendo uma distância que lhe permitiria entrar em territórios Corbusianos menos dogmáticos. Viana de Lima mostra-se um entusiasta do Modulor [8] e, tal como Teotónio Pereira, das teses urbanistas de Corbusier. Até aos anos 60, a produção arquitectónica moderna em Portugal vai manifestar-se essencialmente de duas formas: uma vinda directamente dos CIAM e outra via Brasil, ambas de influência Corbusiana, não apenas através das grandes molduras teóricas (presentes no Congresso de '48) mas também nos modelos subjacentes às propostas urbanísticas.

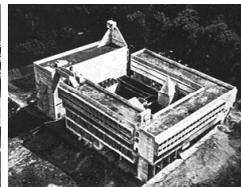
[9]
Urbanização de
Saint - Dié
Le Corbusier 1945



[10]
A Unidade de Habitação
de Marselha
Le Corbusier 1946



[11]
Convento de Santa Maria
La Tourette
Le Corbusier 1959



[12]
Pavilhão do Brasil -
Cidade Universitária
Paris
Le Corbusier 1959





Em Angola, a introdução do ideal modernista surgia no mesmo registo do que se passava em Portugal, embora sujeita a outros condicionalismos. Os princípios básicos transportavam em si factores de integração, valorização da ventilação cruzada e a protecção solar, aspectos determinantes na concepção das cidades tropicais, arquitectura de que o Brasil [12] é um expoente. Procurava-se sobretudo acompanhar o que se fazia um pouco por todo mundo nas experiências modernistas em geral e nas questões tropicais em particular, desfrutando porém de uma maior liberdade interpretativa e compositiva, talvez resultante de um maior distanciamento por parte dos seus autores do controle do Estado. Contudo, o contacto directo com a cultura de projecto praticada na Rue de Sève teve grande influência na transposição e conseqüente divulgação em Angola do ideal modernista, criando deste modo circuitos próprios de integração. No escritório de Corbusier trabalharam Vasco Vieira da Costa entre 1946 a 1948 e Simões de Carvalho de 1956 a 1959. Vieira da Costa não se identificava apenas com a teoria urbanística mas também com a sua linguagem formal arquitectónica, facto que se confirma explicitamente nas várias propostas que faz a nível da imagem para os vários volumes a edificar em Luanda – Cidade Satélite nº3. Simões de Carvalho afirma *“esboço sempre de acordo com o Modular, tudo sai certo, sempre proporcionado e agradável”* mostrando as motivações de um Corbusianismo convicto. Tanto um quanto outro exerceram a sua actividade profissional em Angola, onde chegaram em 1949 e 1960 respectivamente, sem exercerem influência relevante na evolução da cultura arquitectónica ou até mesmo participação nas lutas pela implantação da arquitectura moderna na metrópole. Neste sentido desenvolvem em Angola uma arquitectura vinda de uma prática quotidiana de atelier – Vieira da Costa: Urbanization de Saint-Dié em 1945 [9], Urbanization de la Rochelle - Pallice em 1945/46, L’unité du Habitation de Marseille em 1946 [10], Plans d’Urbanization Marseille Vieux-Port em 1946 e Marseille-Veyne em 1947; Simões de Carvalho: Unité du Habitation de Berlim em 1958, Sainte Marie de La Tourette em Lyon [11] e Maison du Brésil - Cité Universitaire em Paris até 1959 [12].

Porém a arquitectura moderna em Angola não viveu somente de influência directa Corbusiana, chega também pela mão de arquitectos que, quer ao serviço da Administração Local quer para desenvolvimento de trabalho específico, nomeadamente Keil do Amaral, Januário Godinho, Teotónio Pereira, Bartolomeu Costa Cabral, Carlos Ramalho, Cassiano Branco, Vasco Palmeiro (Regaleira), João António Aguiar, Louis Khan entre outros, alteram e reajustam a imagem do território. Mas chega principalmente pelo Gabinete de Urbanização do Ultramar que embora dê relevância as questões climáticas, mostra uma certa resistência à apropriação do vocabulário moderno. A meu ver poder-se-á dizer que a arquitectura e urbanismo praticados em Portugal e Angola denotam influências comuns embora com percursos diferentes. Aceitando a amplitude do conceito de modernidade, Angola e em particular Luanda face ao seu contexto de desenvolvimento, mostrou-se muito mais receptiva a adaptação das novas ideias e métodos as situações concretas, o que considero ser uma procura de autonomia bem como identidade operativa. Neste sentido a estruturação formal e essencialmente social, no que diz respeito à organização da cidade, dominou o crescimento urbano de Luanda onde a habitação colectiva (quer de iniciativa Estatal quer de investimento privado) vai adquirir um papel preponderante no habitar colectivo à luz da modernidade, instrumento promovedor de interligação e interacção da vida comunitária.



Notas

(1) Durante a segunda metade do séc. XIX as cidades europeias sofreram alterações urbanas profundas. Com o auge da Revolução Industrial desenvolveram-se sociedades baseadas num capitalismo financeiro sujeitando o seu solo a uma intensa exploração. O urbanismo europeu passa a reflectir as mudanças sociais causadas pelo aumento do défice habitacional, mudando com isso a forma de viver o seu espaço doméstico fruto de desigualdades sociais como consequência desse desenvolvimento desequilibrado.

(2) Classificação de Le Corbusier.

(3) Fundados em 1928 na Suíça, os CIAM foram responsáveis pela definição do international style: introduziram e ajudaram a difundir uma arquitectura de estética limpa, sintética, funcional e racional. Os CIAM consideravam a arquitectura e urbanismo como um potencial instrumento político e económico, o qual deveria ser usado pelo poder público como forma de promover o progresso social.

1928, CIAM I (La Sarraz, Suíça). Fundação dos CIAM

1929, CIAM II (Frankfurt, Alemanha). Unidade mínima de habitação – Existenzminimum.

1930, CIAM III (Bruxelas, Bélgica). Rational Lot Development.

1933, CIAM IV (Atenas, Grécia). Publicação da Carta de Atenas - The Functional City.

1937, CIAM V (Paris, França). Dwelling and Recreation.

1947, CIAM VI (Bridgwater, Inglaterra). Reafirmação dos objetivos dos CIAM - Can Our Cities Survive? A Nova Monumentalidade.

1949, CIAM VII (Bérgamo, Itália). Concerning Architectural Culture.

1951, CIAM VIII (Hoddesdon, Inglaterra). The Heart of the City.

1953, CIAM IX (Aix-en-Provence, França). The Charter of Habitat.

1956, CIAM X (Dubrovnik, antiga Jugoslávia). Team X.

(4) A Carta de Atenas é o manifesto urbanístico resultante do IV Congresso Internacional de Arquitectura Moderna (CIAM), realizado em Atenas em 1933. Talvez a produção mais influente dos CIAM tenha sido a Carta de Atenas, redigida por Le Corbusier baseada nas discussões ocorridas nessa conferência. A Carta praticamente definiu o que é o urbanismo moderno, traçando directrizes e fórmulas que, segundo seus autores, são aplicáveis internacionalmente. Considerava a cidade como um organismo a ser planeado de modo funcional, no qual as necessidades do homem deveriam estar claramente introduzidas e resolvidas.

(5) Entre outras propostas revolucionárias da Carta de Atenas está o facto de que todo o solo urbano da cidade passaria a pertencer à municipalidade, tornando-se público.

(6) A cidade de Brasília, cujo plano piloto é de autoria do arquitecto e urbanista Lúcio Costa, é o maior exemplo da aplicação integral dos princípios da Carta de Atenas.

(7) A viragem internacionalista da revista Arquitectura, após 1947, lançou novos fundamentos de renovação dos aglomerados urbanos. Antecipa-se deste modo o tomo geral do Congresso de Nacional de '48.

(8) A intenção de imbuir de pureza e racionalismo a arquitectura com a criação sustentada de espaço urbano, temas conscientemente abordados a uma escala do território.

(9) Planos Directores com incidência sobre a afectação do solo e sistematização racional das edificações.

(10) No Porto, José Carlos Loureiro, Luís Pádua, Celestino de Castro, Fernando Távora, Mário Bonito, Agostinho Ricca e outros. Em Lisboa, Conceição Silva, Manuel Tainha, Teotónio Pereira, Rafael Botelho, Pires Martins, Palma Melo, Fernando Torres, Alberto Pessoa, João Abel Manta, Hernâni Gandra, Manuel Laginha, Pedro Cid, Vasconcelos Esteves, Braula Reis, Albino Formozinho Sanches, Ruy d' Athouguia, Victor Palla entre outros.

Ver: PORTAS, Nuno. A arquitectura para hoje 1964. Seguido de evolução da arquitectura moderna em Portugal. Ed. Livros horizonte, 2ª edição Maio de 2008 - (pág. 206).

(11) Integração local ou regional, interpretação estilística ou revivalismos que procuram uma verdadeira assimilação estrutural ou apenas recorrem à memória de tratamentos decorativos com forte adaptação ao sítio, veiculada por Keil do Amaral e Januário Godinho. Contribuições que estabeleceriam a ponte entre modernidade e tradição entendida sobretudo a nível formal, derivadas da realização de um estudo sobre arquitectura popular portuguesa iniciado em 1955 e publicado em 1961.

(12) De destacar Gregori Warchavchik e a Casa Modernista, arquitecto contratado pelo grupo Simonsen, grupo de arquitectos que colocou o Brasil entre os principais expoentes internacionais da indústria da construção civil. O grupo manifestava-se inspirado pela prática arquitectónica de modernistas como Le Corbusier, Walter Gropius, Mies Van der Rohe e Frank Lloyd Wrigth, e movimentos estéticos como o Futurismo e o Modernismo brasileiro das artes plásticas e literatura. Participaram deste período Affonso Eduardo Reidy, Carlos Leão, Ernâni Vasconcelos, Jorge Moreira, Lucio Costa e acima de todos Oscar Niemeyer. A visita de Le Corbusier ao Brasil em 1929, e a sua posterior contratação pelo governo brasileiro em 1936 para dar assessoria ao projecto do Ministério da Educação e Saúde no Rio acabou por colocar o modernismo em evidência, tornando-se uma espécie de estilo oficial, cujo coroamento foi a construção de Brasília na década de 50. O modernismo trouxe avanços radicais à estética e à técnica da construção brasileira, onde predominam linhas geométricas simples e puras, mas muitas vezes ousadas.

Transformação Urbana



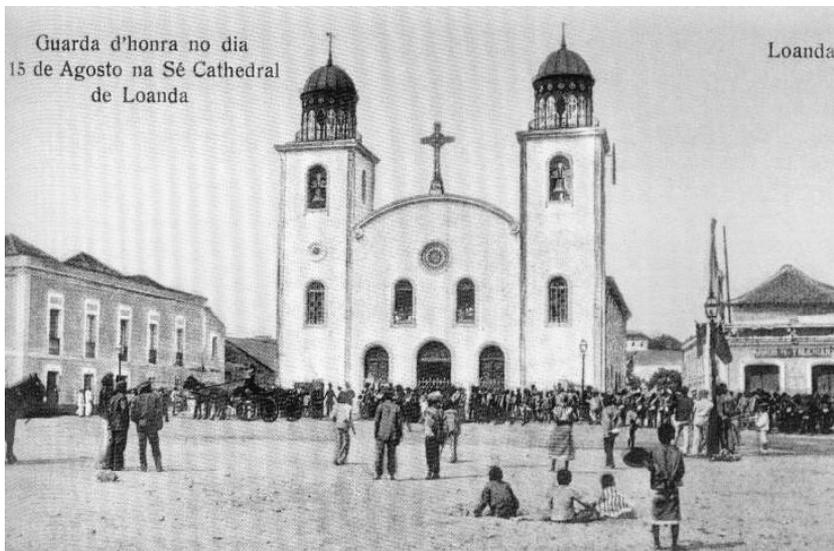
*«... Loanda assenta sobre um terreno duma topografia caprichosa e irregular.
A sua história é a história de todas as nossas terras; foi-se edificando ao acaso das rugosidades e recortes do solo.»*

Texto anexo a Proposta orçamental para o ano económico de 1917-1918. O Município de Loanda, 1917

[1] [2]
Igreja da Nazareth
em 1906 e actual



[3] [4]
Igreja do Carmo
em 1912 e actual





3. Transformação Urbana | O Património e a Obra Moderna

Em Angola, a relação Património e a Obra Moderna não se mostrou como preocupação premente ou até mesmo de grande relevância até ao final dos anos 40. Contudo, Fernando Batalha, Arquitecto em Angola desde 1938, pioneiro e grande defensor do património construído em Angola em geral, e Luanda em particular, interessou-se, desde sempre, por essa temática. Para Batalha, a questão começa a ganhar interesse na sequência da transformação urbana e arquitectónica que a cidade de Luanda foi sofrendo, após o surto económico que provocou um desenvolvimento sem precedentes, pondo em causa o património arquitectónico edificado existente. Escreveu vários livros e artigos sobre o tema, incluindo no conceito não apenas a singularidade do edifício, mas também os conjuntos urbanos. Uma chamada de atenção baseada, sobretudo, numa preocupação legítima em preservar o legado arquitectónico do passado, sem que isso significasse inviabilizar o crescimento natural das cidades. Criticou sempre a forma abusiva, no seu entender, como os edifícios marcantes da época estavam a ser sucessivamente demolidos para dar lugar a novas edificações, chamando a atenção para o facto de a cidade de Luanda estar a ser transformada num lugar igual a tantos outros, em vez de manter o que a diferenciava e distinguia (1). Para além das preocupações expressas nas suas obras escritas, encontramos também, embora de forma menos evidente, as ideias em algumas intervenções de que foi autor, especialmente pelo Gabinete de Urbanização Colonial, mostrando sempre uma atitude de grande respeito pelo edificado original, e até receio de que essas novas intervenções não fossem bem aceites.

Em Angola, não havia grande referência a documentos sobre o património arquitectónico (2), porém é assumida uma posição de contestação, relativamente aos edifícios recuperados, em que as adulterações introduzidas simulavam uma verdade inexistente. A consciência para as matérias da conservação do património despertou com a criação, em 1946, da Repartição de Edifícios e Monumentos Nacionais, integrada na Direcção dos Serviços de Obras Públicas de Angola, mas que só em 1952 começaria a dispor de alguns elementos de trabalho técnico que permitiriam uma melhor distribuição do serviço. Os trabalhos desta repartição consistiam em dar resposta, em termos de capacidade de execução (cálculo, medições, orçamento e acompanhamento de obra) aos projectos que vinham de Lisboa, do Gabinete de Urbanização Colonial.

Encarregava-se também da conservação e restauro de monumentos nacionais, como a Igreja da Nossa Senhora da Nazareth [1] [2] e a Igreja da Nossa Senhora do Carmo [3] [4] – as duas em Luanda – zelando para que nelas fossem conservados os tectos, as pinturas e os paramentos.

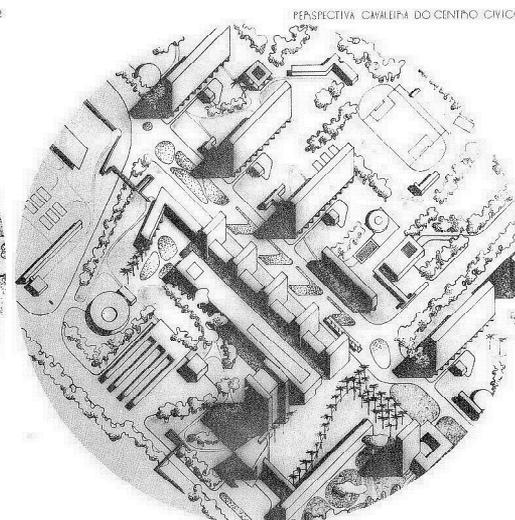
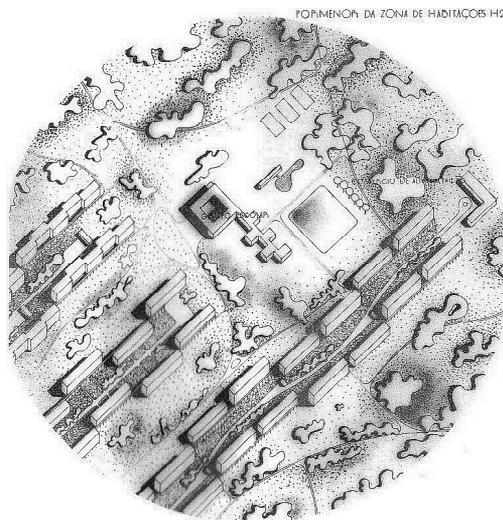
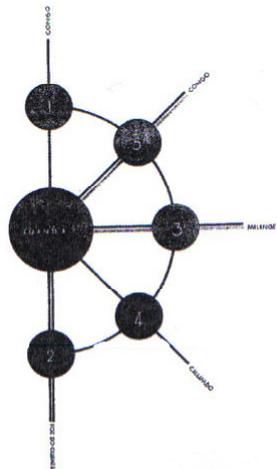
Foi também nessa repartição que se deu seguimento aos planos de ocupação sanitária, construções escolares, serviços públicos, de habitação e bairros indígenas, abrangendo desse modo várias matérias da gestão urbana deixando como legado aos seus colaboradores o interesse pela defesa do património que englobava tanto os edifícios como os conjuntos urbanos e até mesmo os sítios naturais.

[5] [6] [7]
 A Cidade Tradicional e a
 Intervenção Modernista
 Evolução da Cidade
 1935, 1955 e 1962



[8] [9] [10]
 Plano para Cidade
 Satélite nº 3, Luanda
 Arq. Vasco Vieira da
 Costa, 1948

Ver Anexo
 Pag. 123 - 129





A vontade declarada de projectar Moderno teria repercussão directa no modo de construir cidade em Luanda, concretizando-se em diversos conjuntos edificados que alteravam a escala, a linguagem formal e a expressão plástica da arquitectura, aproximando-se das referências internacionais, mas que sobretudo modificavam a organização do espaço urbano. Assim a rua, enquanto canal conformado, seria transformada e dotada de princípios modernistas, numa lógica de coesão urbana, procurando-se deste modo evitar descontinuidades ou até rupturas.

É nesta relação central que a cidade tradicional estabelece com a estrutura de rua-corredor que reside um dos principais pontos de divergência relativamente à doutrina urbanística modernista, que determinava a dissociação entre rodovias e edificação (especialmente habitação colectiva), organizada em função da insolação e disposta livremente sobre uma estrutura verde naturalista.

Para além destas características, os conjuntos urbanos apresentavam uma extensão, autonomia e multiplicidade que permitiam inferir um sentido paradigmático na criação de tecido urbano com identidade própria, isto é, demonstrar capacidade para configurar um modelo de organização urbana a uma escala alargada. Por outro lado, a sua procura de adequação ao local e de continuidade face ao contexto pré-existente, evitando rupturas, demonstra um perfil mais próximo da tradição da arquitectura portuguesa do que da atitude de tábua rasa de intervenção modernista. Afirmava-se uma forte alteração de perspectiva no desenho urbano em Portugal, bem como nas suas principais colónias, especialmente em Angola, onde um novo quadro de informação e discussão sobre a arquitectura também se vislumbrava. Nesse âmbito é assinalável a elaboração, embora com carácter académico e sem objectivo de implementação, de um Plano para a cidade de Viana [8] [9] [10], nas imediações de Luanda. Um Plano desenvolvido com base em princípios modernistas de organização urbana por um jovem angolano Vasco Vieira da Costa que o apresentou na sua prova de obtenção do diploma de Arquitecto pela ESBA do Porto em 1948.

“A rua corredor, fatídica imagem do urbanismo que durante séculos esvaziou o logis, impondo-lhe uma orientação errada, servindo simultaneamente à circulação, ao comércio e à habitação, foi substituída por vias especializadas para cada um dos casos.”

Vasco Vieira da Costa – Luanda, Plano para a Cidade Satélite n.3 – Curso de Arquitectura de ESBA, Porto 1948. Ed. Janeiro 1984, pág. 57

Tratava-se do desenvolvimento ou preenchimento do Plano de Urbanização anteriormente desenvolvido por Etienne De Gröer e Moreira da Silva, sendo delineada como uma área habitacional para 50000 habitantes, implantada a partir da articulação das infra-estruturas de acesso constituídas pela estrada de Catete e pelo caminho-de-ferro de Malange com uma nova via de circunvalação. A experiência de aprendizagem de Vieira da Costa, anos antes da sua formação, entre 1940 e 1945 no Porto e posteriormente no atelier de Le Corbusier em Paris até 1948, num período em que se desenvolviam trabalhos como a unidade de habitação e os planos de urbanização para Marselha, Saint-Dié e La Rochelle-Pallice deixaria uma marca indelével em toda a

[11]
As Novas Avenidas de
Luanda





sua obra, expressa à luz da Carta de Atenas. Revelava já uma atenção particular às questões climatéricas mas também procurava evitar a uniformidade espacial e arquitectónica diferenciando ecleticamente espaços urbanos organizados a partir de uma estrutura viária que conjugava aspectos rígidos e racionais com traçados mais orgânicos (3). Pela escala da proposta, pelo cuidado desenvolvido e pelo voluntarismo da iniciativa, ainda que sem continuidade prática, o projecto de Vieira da Costa constituiu um momento de referência na introdução do urbanismo modernista.

Porém Luanda usou sempre o modelo tradicional de rua-corredor, em geral um modelo mais simplificado de avenida, uma composição de passeio contíguo ao edificado em banda que pode incluir uma linha arbórea, duas ou mais faixas de rodagem para sentidos de tráfego diferentes, podendo apresentar uma placa separadora central de uso pedonal. Procura-se deste modo valorizar o desenho de conjunto urbano, onde a avenida é entendida como eixo de expansão urbana, suporte da grande obra pública. Contrariando o ideal modernista, o desenvolvimento em banda de edifícios de fachada principal em galeria coberta toma conta das novas experiências urbanas. O piso térreo relaciona-se directamente com o espaço público – elemento enraizado e característico da chamada cidade pública – um mundo urbano latino, meridional, mediterrâneo e dos seus derivados coloniais. Existia já como *Ágora* na Grécia antiga, *Fórum à Romana*, disseminado por estes últimos pela Península Ibérica. Ressurge na fase do renascimento urbano medieval, eruditamente redesenhada no Quatrocento, salta para as Américas com as novas conquistas, é trabalhada no Barroco e Neoclássico até surgir esbelta em pilotis de betão armado com o Modernismo. Tem a ver com as comunidades onde há um histórico enraizamento de vida urbana colectiva, vida social nos lugares públicos, do estar exteriormente abrigado por um tecto em longas galerias cheias de vida pública.

O traçado de novas avenidas [11] é uma clara resposta de desenvolvimento urbano – Planos Gerais de Urbanização de 1934 – durante o ministério de Duarte Pacheco, com o objectivo de transformar as principais cidades portuguesas pela efectiva criação de uma imagem urbana com que o regime se identificasse. É o continuar da linguagem urbana da cidade oitocentista. A rua-corredor emblemática da segunda metade do séc. XIX constituindo um aperfeiçoamento da avenida barroca que para além da função de embelezamento e dignificação das cidades assume-se também como infra-estrutura urbana ordenadora da cidade e, simultaneamente, como espaço público por excelência local de encontro da população.

Neste contexto Luanda foi desenvolvida segundo níveis urbanos ou de organização urbana moldados à topografia do território. Um primeiro núcleo urbano, cidade colonial na cidade alta. Um segundo momento do seu desenvolvimento faz-se paralelamente à baía em trama irregular e diminuta mostrando um lastro histórico de arquitectura a baixa altura. Num terceiro momento, esse mais exuberante, novas e longas avenidas irradiadas da baixa seguem para sudeste, para novas zonas urbanas planas, a mais ou menos 60 metros de altura do nível anterior. Artérias que atravessadas por outras de dimensão inferior dão origem a novas subdivisões internas, desenvolvendo assim o novo tecido urbano.

Um traçado convergente à Mutamba – o centro da cidade, o embrião do assentamento urbano – onde o edificado, na sua maioria, se ergue contíguo às novas Avenidas formando uma espécie de ornamento das mesmas.

[12] [13] [14]
[15] [16] [17]
As Novas Avenidas de
Luanda





Uma reinterpretação dos tratados formais de urbanismo com a integração das novas tipologias em altura, adaptando o ideal moderno aos valores da cidade tradicional.

“Com os seus tentáculos, a cidade tem vindo anexando criminosamente mais e mais terrenos, provocando, como diria Le Corbusier “a apoplexia do centro e a paralisia nas extremidades”. Chegou o momento de se definir a ocupação do solo, de se fixarem as densidades populacionais, de estabelecer o Plano do seu equipamento à escala humana (...)”

Simões de Carvalho – Luanda e o Futuro in Ronda pelo Ultramar – Angola terra de Portugal, Ed. Tapete Mágico. Lisboa, Dez. de 1963, pág. 27-29.

Ao longo dos anos 50 a imagem da habitação colectiva foi sendo transformada através do processo de sistematização, o que acabaria por promover novas tipologias, quer de piso térreo como em altura, deixando a mesma de se mostrar dispersa para se assumir como estrutura ordenada de desenvolvimento urbano. O Estado actuava essencialmente no ordenamento do território, o que se traduzia na elaboração de Planos directores de urbanização, arquitectura (principalmente grandes equipamentos públicos) mas também no controle e disciplina de ocupação do território. À Administração Local competia uma actuação ao nível das obras de arquitectura bem como da gestão urbana das cidades. Aos privados cabia por seu lado a promoção arquitectónica do lote urbano, resultante das planificações anteriores.

Portanto ao Estado competia desenvolver propostas com preocupações maiores, com uma leitura mais abrangente das intervenções, diferenciando-se facilmente da obra privada que se resumia aos edifícios ou conjunto deles e a sua relação com o espaço público, que acabaria por assumir um papel determinante na imagem da cidade.

A utilização dos terrenos por particulares iniciava-se pelo pedido de concessão à Direcção dos Serviços de Colonização e Terras, em requerimento, e mediante pagamento dos custos do processo e registo, devendo ser ocupado com construção de carácter definitivo antes de serem concessionados (4). As demarcações das concessões de terreno Estatal (que compreendia todo o território de Angola) bem como a organização do cadastro em geral eram responsabilidade dos Serviços Geográficos e Cadastrais, depois de auscultados os Serviços de Urbanização. Neste contexto as obras promovidas pelo estado eram feitas na metrópole e também em Angola por funcionários públicos ou profissionais liberais. As obras municipais eram promovidas e encomendadas pela Administração Local, já as obras de iniciativa particular eram promovidas por cada entidade e encomendadas a profissionais liberais, arquitectos, engenheiros, desenhadores, mestres-de-obras entre outros.

[18]
Excerto da publicação
do Inquérito à
Habitação em Luanda
in Cultura nº 2 e 3 de
Jan/Mar de 1958.
Observações de
várias pessoas entre
as quais o Arq. Pinto
da cunha.

[19] [20] [21]
O Bairro indígena
do Arq. Fernando
Batalha anos 40

Adaptação do
Bairro de Pescadores
Indígenas do Cacucaco
de 1957
Arq. Antonieta
Jacinto 1958

Ver Anexo
Pag. 130 - 131



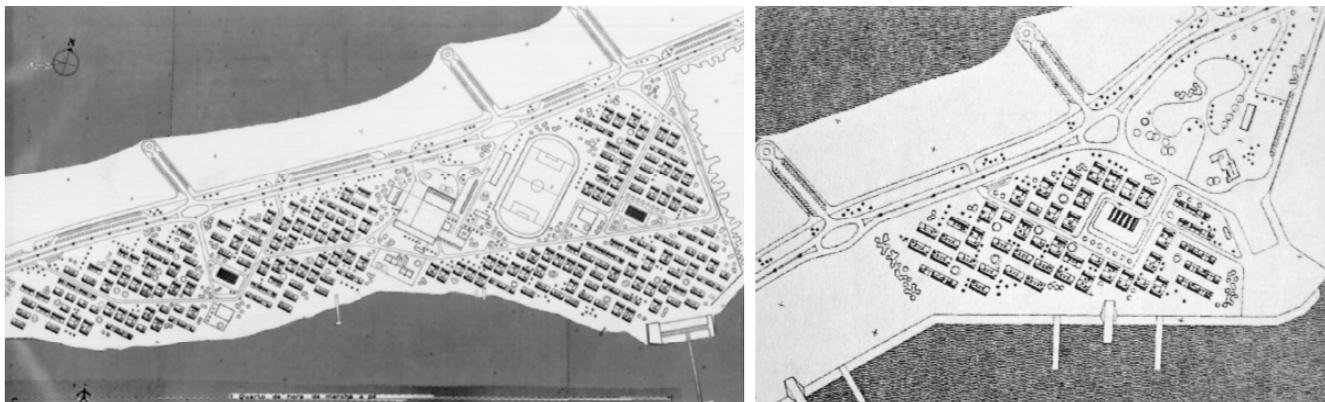


Daqui se pode depreender o nível de liberdade de cada uma destas categorias, liberdade interpretativa e compositiva, que vai aumentando conforme os seus autores se vão distanciando do controle do Estado, tanto na encomenda como no espaço geográfico. Porém, a questão da habitação popular estava longe de estar resolvida. Estas preocupações ganharam eco, especialmente na classe dos Arquitectos, tendo o tema sido bastante debatido, em sede própria mas também na imprensa. A emergência da resolução de tão vasto problema foi alertada pelas consciências mais atentas, nomeadamente as opiniões que se tornaram públicas através de artigos publicados por Silva Dias, Matos Veloso e Pinto da Cunha [18].

O primeiro conjunto urbano de Habitação Colectiva resultante de um Planeamento em Luanda edifica-se no musseque Rangel. O Bairro Indígena da autoria do Arq. Fernando Batalha nos anos 40 e 50 [19] [20] surge no seguimento de directrizes de Norton de Matos como Alto-Comissário ainda referente a 1922. As Unidades Residenciais Indígenas deveriam servir 5000 a 15000 habitantes, organizadas de acordo com os princípios modernos da técnica de urbanização, tomando em consideração elementos fundamentais às funções necessárias à constituição da urbe, localizando-se estrategicamente à margem do tecido consolidado. Sendo principalmente ocupado por mão-de-obra para a cidade, estes novos Bairros deveriam tornar-se exemplares, sendo portanto construídos com matérias perenes. Os extensos paralelepípedos formam peças de grande simplicidade em que os dois lados principais (frente e trás) caracterizam-se de forma distinta: um pelo ritmo constante dos vãos estreitos e verticais, interrompidos pela marcação dos acessos através de uma grelha de ventilação e o outro pelas galerias que, também ritmadamente, são pautadas por colunas que lhes vão atribuindo uma cadência também constante. Embora tratando-se de um bairro indígena, o número de pisos e o seu carácter colectivo, conferem-lhe um cunho acentuadamente urbano, distinguindo-o da habitação tradicional: individual, isolada e com forte relação com o exterior. Mostram-se soluções bastante elementares distanciando-se da envolvente à semelhança dos bairros económicos de Lisboa, nomeadamente o de Madredeus ou mesmo da Ajuda, pela sistematização das habitações e dos modelos preconizados.

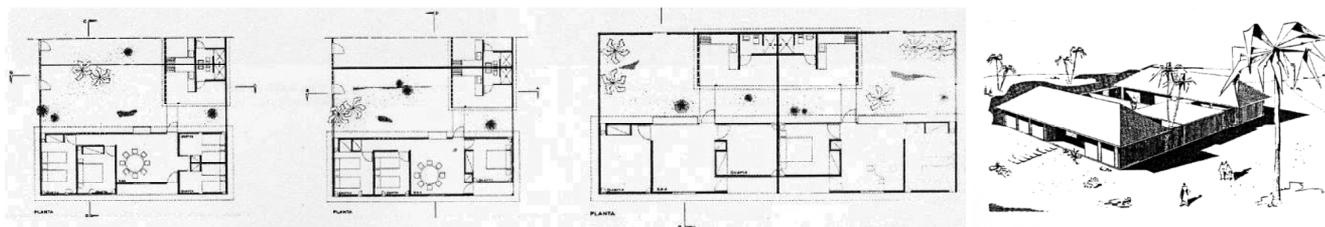
Um segundo exemplo, enquadrado no Plano anterior elaborado por Fernando Batalha, surge em 1958 da autoria da Arq. Antonieta Jacinto (Direcção dos Serviços de Obras Públicas e Transportes – Secção de Urbanismo) o novo Núcleo Habitacional [20] [21]. Uma adaptação do seu projecto para o Bairro de Pescadores Indígenas do Cacuaco em 1957, que embora desenvolvido primeiramente para uma zona rural, mostra-se adaptado ao contexto urbano de Luanda, porém submetido a uma implantação diferente. É um conjunto que explora questões do âmbito da organização do fogo e a sua relação interior/exterior (pátio/quintal), interpretando as tipologias através da habitação de piso térreo. A procura da casa mínima, a ventilação transversal bem como a separação funcional (afastamento entre o núcleo de cozinha, instalação sanitária dos restantes espaços), a clareza e o mimetismo da composição, relativamente aos elementos determinantes da habitação tradicional (vulgo rural), conjugam de forma cuidadosa os vãos e o seu ritmo, os espaços alpendrados e as coberturas.

[22] [23]
 Plano para Bairro de Pescadores. Aldeamento 1, Ilha de Luanda, a direita, imagem actual, onde se pode verificar que dele só o alinhamento do edificado se manteve.



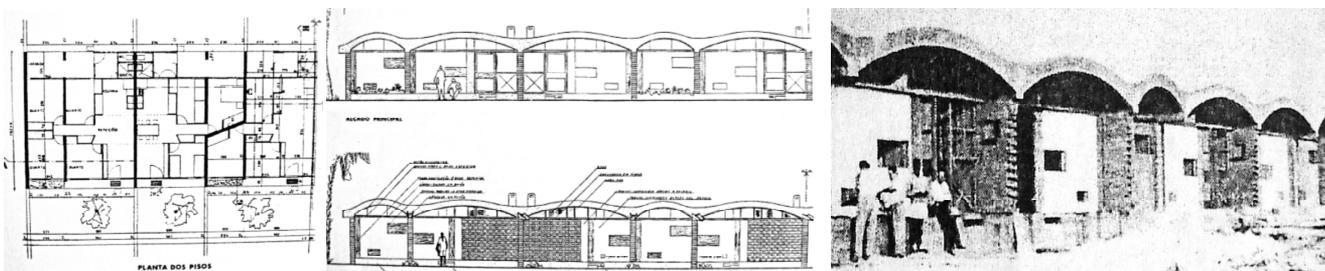
[24]
 Tipologia do Plano para Bairro de Pescadores do Arq. Simões de Carvalho e Arq. Pinto Coelho, 1963.

Ver Anexo
 Pag. 132 - 134



[25] [26]
 Aldeamento da Quilunda em Luanda, Planta, Cortes e imagem durante a sua execução.

Arq. Simões de Carvalho, 1964.
 Ver Anexo
 Pag. 135 - 136





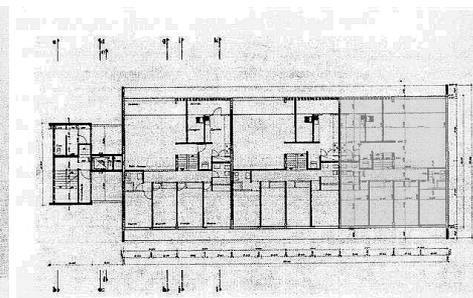
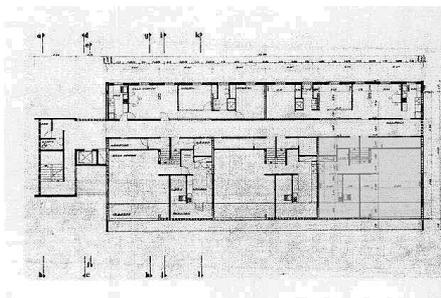
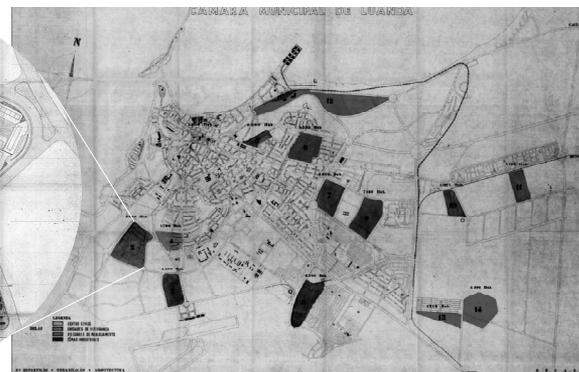
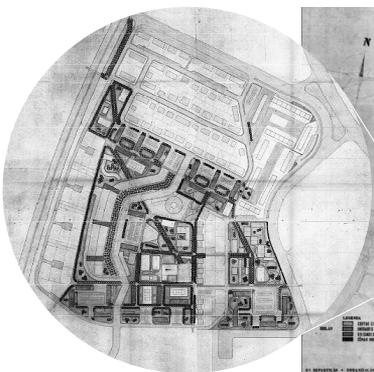
É de salientar que foi também desenhado o mobiliário adaptado à dimensão do fogo e ao tipo de utilização que se esperava ter. Este caso ilustra bem a brevidade com que estas situações tinham de ser encaradas e a emergência da necessidade de criação de habitação com características populares.

Segue-se o Plano Director de Urbanização da Ilha de Luanda promovido pela Comissão Administrativa do Fundo dos Bairros Populares de Angola [22] [23], com projecto de Simões de Carvalho e Pinto da Cunha em 1963. Teve como objectivo incentivar a permanência da população nativa na Ilha de Luanda procurando garantir a homogeneidade do grupo e o sentido de vida comunitária. O projecto assume-se como promovedor de actividades urbanas, onde são instalados equipamentos de lazer, segurança, ensino, desporto, sempre ligados a espaços de sociabilização. Este exemplo apesar de não ter sido concretizado, parece-me importante realçar pelo facto de, para a sua elaboração se ter tido em conta a tipologia tradicional dos Axiloandas, uma vez que, assentariam em sanzalas pré existentes. Embora as novas tipologias assumam uma forma corrente de edificação, em termos tipológicos, construtivos e de relação com o espaço exterior, indiciavam-se alguns elementos compositivos tradicionais. É um exemplo da apropriação de elementos da arquitectura tradicional readaptados a uma nova forma de desenhar e edificar. São tipologias do tipo T2, T3 e T4 [24] que seguem o mesmo conceito, onde a zona social e íntima se organiza num mesmo corpo paralelepipedico e os de serviço num outro volume autónomo.

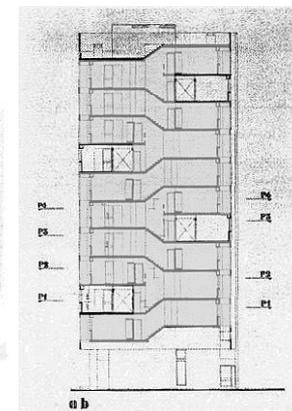
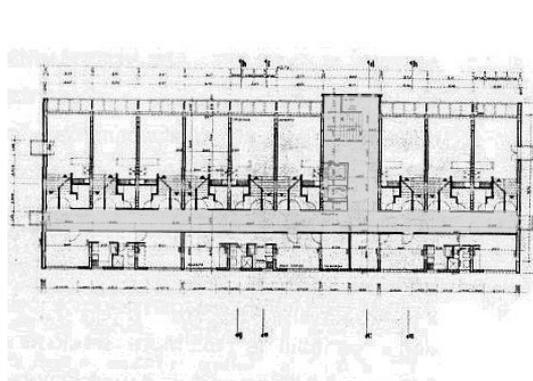
Em 1964, do Arq. Fernão Simões de Carvalho e enquadrado no Plano da Junta Provincial para o Povoamento de Angola, edifica-se o Aldeamento da Quilunda. Um conjunto habitacional composto por moradias rurais, obedecendo a um critério de economia da construção. Uma resposta aos vários incentivos governamentais para a criação de “núcleos de povoadores” em centros urbanos ou rurais. Muito simples no seu desenho e sem grandes preocupações formais, os diferentes tipos de habitação propostos pretendiam ser evolutivos, de acordo com o crescimento do agregado familiar. As soluções, para um “colono-tipo” português, caboverdiano e ainda para indígenas, são geralmente de expressão bastante contida quer na utilização de elementos compositivos e consequente expressão, quer da inovação do espaço de habitar. Destinava-se a uma população nativa rural, propondo conjuntos de seis habitações unifamiliares em banda (T3 e T4) [25] [26]. A preocupação com os problemas da insolação e ventilação levou a encontrar formas simples e, ao mesmo tempo, artificiosas de os solucionar. De destacar a cobertura formada por lajes abobadadas impermeabilizadas, que, segundo o arquitecto teriam a particularidade de pela forma abobadada proporcionar um melhor conforto térmico, uma demonstração das influências Corbusianas – de Sert Lopez, Josep Coderch, o Bloco de Águas Livres de Teotónio Pereira e costa Cabral ou até mesmo do Leão que Ri de Pancho Guedes. A organização do fogo faz-se de forma racional criando, face às restrições das áreas, uma fluidez de espaços especialmente no que respeita aos espaços sociais promovendo em simultâneo a relação interior/externo. Apesar de mostrar uma tipologia de implantação similar, aponta para soluções completamente distintas das que se fizera anteriormente para o mesmo tipo de população, no Bairro Indígena de Luanda 20 anos antes. Efectivamente 20 anos de afastamento no tempo, mas acima de tudo, nas mentalidades e nas políticas vigentes.

[27] [28] [29]
Plano Director de
Luanda

Ver Anexo
Pag. 137 - 145



[30] [31][32]
[33] [34] [35]
Unidade de Vizinhança
nº 2, Bairro Prenda em
Luanda, Plantas, Cortes
Arq. Simões de
Carvalho, 1964.





Ainda ao nível da iniciativa Municipal, destacam-se as intervenções no âmbito do Plano Director de Luanda de 1962, da autoria do Arq. Fernão Simões de Carvalho, com colaboração dos arquitectos José da Cunha e Fernando Pereira.

Enquadrada neste Plano, a unidade de vizinhança nº 2 no Bairro Prenda em 1964 [27] [28] [29], é o exemplo mais notável de modernidade de iniciativa Estatal. No interior, as unidades eram dispostas em tipologias habitacionais – moradias em banda e isoladas – respeitando os factores climáticos exposições solares e ventos dominantes. A libertação dos espaços para uma livre circulação pedonal bem como a sua independência da circulação viária interna obedecia inteiramente a morfologia e princípios da ideologia Modernista, apresentando uma diversidade de propostas de adequação aos diferentes contextos funcionais, sociais e étnicos.

Um receptáculo de várias actividades que o dotam de urbanidade fundamentalmente através da proposta de vazio ao nível do embasamento, em pilotis, permitindo uma interpenetração entre os espaços verdes e os espaços construídos, a livre circulação pedonal bem como a sua independência da circulação viária, obedecendo integralmente à morfologia e aos princípios Modernistas. Através de um modelo simples de edifício colectivo (com um número de pisos variável) é criada uma complexidade tipológica, fogos semi-duplex e simplex (uma evolução do Duplex Corbusiano) [30]-[35], num total de 1150, sendo as soluções de desenho claramente corbusianas, artificiosas quer a nível compositivo quer tipológico. Independentemente das tipologias dos edifícios e consequente altimétrica, são criadas zonas de homogeneidade formal influência notória da sua experiência no atelier de Le Corbusier bem como da sua formação em Sorbonne. As várias tipologias habitacionais destinar-se-iam a vários estratos socioeconómicos, bem como a todos os grupos habitacionais enfatizando assim a nova política de integração social que se começava a tentar implantar, com o objectivo de combater a má imagem do sistema colonial.

A proposta apresentava-se como exemplo operativo do que se pretendia desenvolver à pequena escala de intervenção, com dez outras Unidades de Vizinhança distribuídas pelo tecido urbano consolidado, duas Unidades de Realojamento nos limites urbanos e uma Zona Industrial a norte junto a Boavista. Apesar de não ter sido inteiramente aprovado, o Plano Director de Luanda de 1962 serviu como documento orientador da gestão quotidiana do desenvolvimento da cidade a partir de então.

Neste contexto e até aos anos 70 vários conjuntos habitacionais foram sendo edificados respeitando as suas directrizes. Conjuntos habitacionais que desenvolvidos ao longo das Avenidas novas de Luanda foram dotando a cidade de uma nova linguagem formal bem como expressão plástica. Uma expressão muito próxima das referências modernistas, mas que sobretudo renovavam a relação entre a edificação e a organização do espaço urbano, proporcionando uma maior coesão do tecido urbano, numa lógica de continuidade e de articulação, evitando fracturas na composição urbana.

[36][37]
[38][39] [40]
[41] [42]
[43][44] [45]
Exemplos de Conjuntos
Habitacionais em
Luanda edificados
até aos
anos 70.





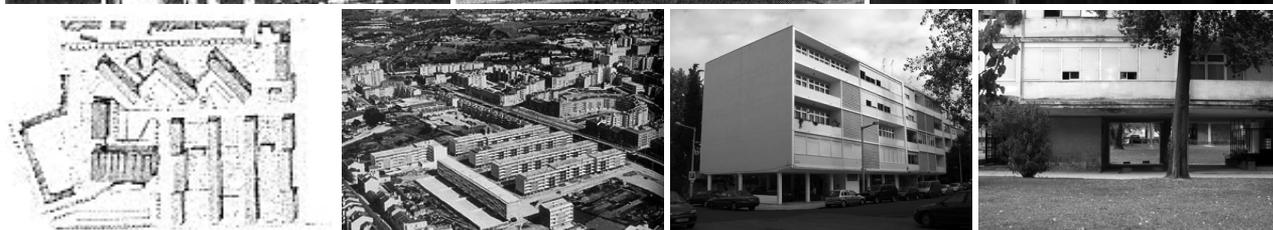
Ainda neste contexto de desenvolvimento urbano de Luanda, é de realçar o Plano de Requalificação da Baía de Luanda do Arq. Vasco Vieira da Costa ainda como funcionário autárquico durante os anos 50. Uma proposta imbuída no espírito inovador Corbusiano desenvolvido para a sua Cidade Satélite nº3, que desenha uma nova frente contínua de edifícios ao longo da Av. 4 de Fevereiro. Um novo sky line que marcaria a imagem da cidade criando um ritmo altimétrico ondulante entre o Banco Nacional de Angola e o Porto de Luanda com a particularidade de ao nível térreo desenvolver galerias, garantindo deste modo uma leitura de conjunto mas acima de tudo percursos protegidos da insolação. Plano que embora predominantemente reservado a edifícios de escritórios mostra também uma grande capacidade organizativa multidisciplinar, servindo deste modo de referência, quer no campo da linguagem arquitectónica quer também no da urbanização, para a execução de novas e longas Avenidas de Luanda como por exemplo os conjuntos formado entre a Mutamba e a Av. dos Combatentes da Grande Guerra [36] [37] – conjunto urbano que se estende para lá dos 2 km adaptando a rua canal da cidade tradicional aos novos conceitos modernos; a Av. Cmdt. Gika [38] [39] [40], a Av. Presidente Marien Ngouabi [41], o Bairro do Cassenda [42] (construído sobre o espaço proposto para implantação da Unidade de Vizinhança nº3 enquadrada no PDL do Arq. Simões de Carvalho de 1962) – onde o edificado mostra uma maior aproximação do ideal modernista, no que diz respeito a implantação perpendicular em relação ao limite da rua, entre outros. São ainda dignos de relevância os edifícios de Habitação Colectiva de Vieira da Costa de 1965 edificado em galeria ao longo da Av. Revolução de Outubro [43] com uma imagem muito próxima à que propora vinte anos antes no seu Plano para a cidade Satélite nº3 e o edifício de Habitação Colectiva para funcionários dos CTT em Luanda [44] [45] do Arq. Simões de Carvalho em 1968, que em betão aparente mostra um jogo de volumetrias salientes (varandas) estabelecendo ritmos diferenciados na horizontalidade do edifício, explorando assim a sua versatilidade de linguagem projectual em contraste, por exemplo, com a linguagem mais purista que propora para a o Bairro Prenda anos antes.

São exemplos que embora de diferentes autores e surgindo essencialmente de encomenda privada mostram uma intenção de continuidade de linguagem projectual, mas principalmente exploram um modernismo tropical, de visível referência brasileira com interpretações resultantes das várias necessidades dos edifícios, bem como das preocupações e constrangimentos do momento da sua elaboração por parte dos seus autores. Um léxico inovador com grande clareza projectual respondendo a questões criadas pelo clima temperado, como por exemplo ventilação transversal e insolação – o uso de grelhas, palas, os “brise-soleil” e “pilotis” que suspendendo os edifícios criam espaços em sombra, entre outros. Uma abordagem lúcida sobre as possibilidades promovidas pelo Movimento Moderno, procurando com isso garantir uma melhor qualidade do uso do espaço privado mas também do espaço público. Artíficos que vão propiciar de uma forma quase natural o desenvolvimento interno do Modelo Internacional, com o aparecimento de novo reportório formal mas sobretudo pela maneira nova de pensar e projectar a cidade valorizando o sitio e os seus usuários num processo claro de busca de identidade.

[46] [47] [48]
Conjuntos da Av.
Estados Unidos da
América 1952
e Av. do Brasil 1956



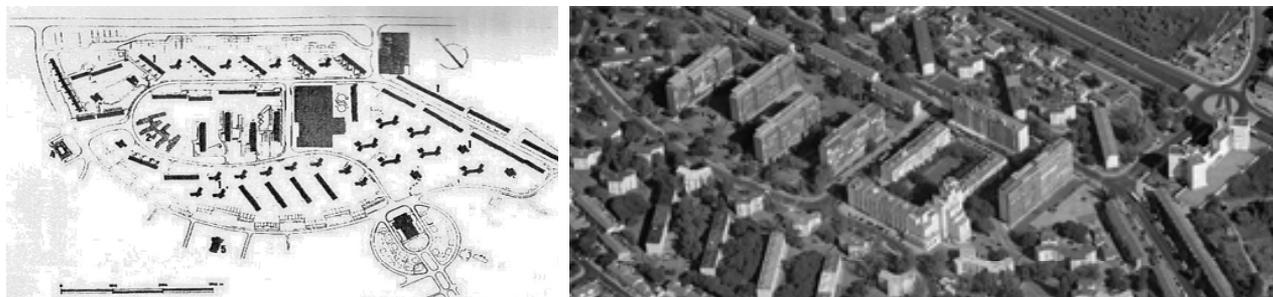
[49] [50] [51] [52]
Estudos de Implantação
Bairro das Estacas em
Lisboa 1949



[53] [54] [55]
Av. Infante
Santo em Lisboa em
1955.



[56] [57]
O Bairro de Olivais
iniciado em 1955.





Em Portugal, os primeiros exemplos deste novo modo de organização morfo-tipológico surgem em Lisboa onde se destaca o Plano do Bairro de Alvalade que fazia parte de um plano mais vasto encomendado para a cidade por Duarte Pacheco (o Plano Geral De Gröer). Elaborado por Faria da Costa, em 1945, o conjunto organiza-se em torno de células, tendo em cada uma delas um equipamento social aglutinador, compreendia uma área total de 230 hectares e destinava-se a acolher 45.000 habitantes. Estava limitado a norte pela Av. do Brasil [46] a leste pela Av. Gago Coutinho, a oeste pelo Campo Grande e a sul pelo caminho-de-ferro que atravessa a Av. de Roma. Com a implantação perpendicularmente à via, conformando espaços ajardinados entre si na Av. D. Rodrigo da Cunha junto a Av. de Aeroporto, a denominada Célula 8 do Plano de Alvalade, e com uma disposição semelhante mas com uma linguagem formal mais modernista na Av. dos Estados Unidos da América [47] [48].

Outro exemplo emblemático, conjunto do mesmo Plano, o Bairro das Estacas [49] - [52] projectado pelos Arqs. Formozinho Sanchez e Ruy d' Athouguia de 1949, transforma dois quarteirões da Célula 8 em espaço ajardinado, sobre o qual se implantam assentes em pilotis uma sequência de habitações em banda, alinhadas à estrutura viária, o que permitia preservar a leitura do espaço urbano tradicional da rua-corredor. Este conjunto adquiria um carácter carismático na cidade, por associar uma nova tipologia de imagem urbana, mas também por criar zonas verdes e aberturas no interior dos quarteirões, em conjunto com soluções arquitectónicas modernistas (5) que rompiam com o modo formal do Português Suave (6).

Noutra área de Lisboa, a Av. Infante Santo [53] [54] [55], os Arqs. Alberto Pessoa, Hernâni Gandra e João Abel Manta realizavam, em 1955, o projecto de um outro conjunto urbano marcante ao longo da pendente do arruamento, que conforma ambos os lados de modo a conferir uma leitura contínua do canal.

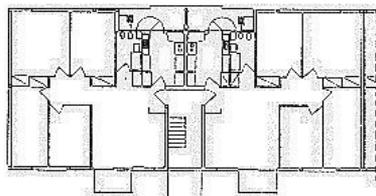
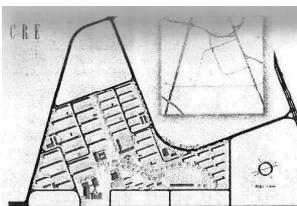
Constitui também exemplo relevante da adaptação ao contexto da cidade, o conjunto da Av. dos EUA, por Manuel Laginha, Pedro Cid e Vasconcelos Esteves, a partir de 1954, entre a Av. do Rio de Janeiro e a Av. do Aeroporto, pensada do lado norte como grande via de trânsito intenso. Criava-se assim uma mudança de escala dispendo perpendicularmente à via grandes blocos habitacionais sobre pilotis, conformando espaços verdes abertos sucessivamente sob o embasamento e rematados perpendicularmente por edifícios de menor escala, de forma a ganhar afastamento relativamente ao movimento e à agitação própria da rodovia, solução seguida até ao final da década por outras intervenções lideradas por Lucínio Cruz, Alberto Ayres Sousa, Mário Oliveira e Joaquim Areal Silva no lado norte da Av. Estados Unidos da América.

Ainda em Lisboa, após diversos apontamentos parcelares anteriores à realização do bloco de Águas Livres de Teotónio Pereira e Bartolomeu da Costa Cabral, de inspiração Corbusiana, surge à luz da Carta de Atenas, o plano geral de Olivais Norte e Sul iniciado em 1955 [56] [57]. Elaborado por diferentes equipas de arquitectos – Vasconcelos Esteves, Pires Martins e Palma de Melo, Victor Palla e Bento da Almeida, Pedro Cid e Fernando Torres, Braula Reis e João Matoso, Pinto Freitas e Teotónio Pereira – mostra as diferentes sensibilidades e preocupações, bem como as diferentes culturas de influência dos seus autores.

[58] [59]
Cooperativa Lar Familiar
no Porto, Arq. Mário
Bonito em 1950.



[60] [61] [62] [63]
O Bairro do Ramalde no
Porto, Arq. Fernando
Távora em 1951.



[64] [65]
Conjunto Residencial
Av. da Boavista Arq.
Agostinho Ricca entre
1962 e 1973





No Porto, realce para a Cooperativa Lar Familiar [58] [59] do Arq. Mário Bonito de 1950 que se inscreve no projecto de requalificação habitacional da cidade. Trata-se de um conjunto de blocos de habitações unifamiliares de dois pisos, organizados em torno de uma praça rectangular comum. O ritmo horizontal do conjunto é cortado pela separação das habitações através de panos de paredes inclinadas, o que confere uma dinâmica muito própria ao alçado comum. Cada um dos blocos obedece à malha descrita, embora as dimensões dos vãos e dos acessos aos pátios ajardinados que se encontram no interior, possam variar de acordo com a localização. O Bairro do Ramalde [60] - [63] do Arq. Fernando Távora de 1951 denota com clareza a importância atribuída à exposição solar através da orientação e espaçamento entre Blocos Habitacionais bem como a separação dos percursos pedonais e a rede viária. Aspectos modernistas de maior realce em relação ao seu Plano Residencial para o Campo Alegre, ainda submetido à orientação viária da zona. O Campo Luso de 1959, dos Arqs. José Carlos Loureiro e Luís Pádua, embora de menor dimensão insere-se num espaço pré existente adoptando a tipologia da torre e do bloco habitacional soltos sobre um parque verde. Uma solução que simultaneamente o delimita e confere uma leitura de continuidade à conformação da massa edificada na envolvente.

Referir ainda o Bairro da Boavista [64] [65], do Arq. Agostinho Ricca entre 1962 e 1973, um complexo residencial que como os exemplos anteriores, procura uma adequação ao local onde se implanta, bem como resolver questões específicas através da adaptação pragmática à realidade determinada pelas estruturas urbanas predefinidas. Trata-se de uma espécie de Cidadela em torno de um Fórum comunitário onde o conjunto urbano – moradias, escritórios, o Hotel e o Clube – consegue integrar lugares de refúgio e a extroversão dos espaços de lazer. Com princípios inovadores semelhantes, estes pedaços de cidade são assumidos como exemplos paradigmáticos da afirmação de uma geração de arquitectos que, no rescaldo do Congresso de '48, demonstravam uma nova postura no entendimento da produção urbana, essencialmente influenciado pelo modernismo Corbusiano Brasileiro. Em Angola, o desenvolvimento urbano mostrou-se ideologicamente preocupado acima de tudo com aspectos sociais, com a sua capacidade de comunicar os modelos europeus com os seus utentes, mas também procurando de algum modo adaptar essa intervenção a cultura do sítio. Aceitando a amplitude do conceito de modernidade, Luanda face ao seu contexto de desenvolvimento, mostrou-se muito mais receptiva a adaptação das novas ideias e métodos as situações concretas, uma procura de autonomia bem como identidade operativa. Neste sentido, e durante os anos em análise, Luanda mostra uma busca constante de estruturação urbana. Uma estruturação que se baseia fundamentalmente na abertura de grandes eixos viários, onde a habitação colectiva assume papel preponderante no conceito de habitar colectivo à luz da modernidade. Uma produção arquitectónica que se manifestou oficialmente com forte influência da Escola francesa e do modernismo Corbusiano (casos de De Gröer, Vasco Vieira da Costa e posteriormente Simões de Carvalho), mas também na produção de arquitectura quotidiana com significativa influência profissional vinda da então “metrópole”, traduzindo-se em variadíssimas tendências formais mas também, e mais profundamente, em diferentes concepções do próprio modernismo, onde a redefinição do conceito de rua enquanto canal formado toma especial relevância.



Notas

(1) Mostrando uma implícita posição de desacordo com a má interpretação do Estilo Internacional e o Movimento Moderno.

(2) Pelo mundo, as cartas de recomendação sobre o património arquitectónico avançavam sob várias directrizes, nomeadamente com a elaboração da Carta de Atenas sobre o Restauro de Monumentos de 1931, a criação da Resolução sobre a Conservação de Monumentos Históricos e de Obras de Arte em Genebra em 1932, a própria Carta de Atenas sobre o Urbanismo Moderno de 1933, a Conservação de Haia para a Protecção dos Bens Culturais em caso de Conflito Armado de 1954, ou ainda as Recomendações sobre a Salvaguarda da Beleza e do Carácter das Paisagens e dos Sítios, na UNESCO em 1962, a Carta de Veneza sobre a Conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios de 1964, a Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural, da UNESCO, em 1972.

(3) Um projecto que evidenciava uma atenção particular às questões climatéricas através de um amplo espaçamento, dimensão e orientação dos edifícios, sistemas de sombreamento e ventilação e cuidado no uso de vegetação e arborização do espaço exterior chegando a configurar canais cobertos de urbanização, apresentava ainda um parque naturalista atravessado por vias de circulação, no qual se inseriam os edifícios de modo espaçado e autónomo. E também ao enquadramento social, assumindo a condição colonialista, com separação de zonas de tipologias bem distintas para europeus e indígenas.

(4) Diploma Legislativo nº270 (Boletim Oficial nº35 – 1ª Série, de 29 de Agosto de 1931) que confere aos cidadãos que tenham ocupado terrenos, o direito de fazerem os seus pedidos de concessão, num processo de legislação do que fora clandestino. Em 1948 foram suspensas as concessões de terrenos do Estado, em algumas povoações, para evitar eventuais prejuízos à urbanização das mesmas, sendo novamente retomado a partir de 1953, segundo regras mais restritivas, uma clara preocupação em evitar o descontrolo do crescimento dos aglomerados (Boletim Oficial nº35 – 1ª Série, de 21 de Janeiro de 1953).

(5) O uso de uma composição formal e purista, com emprego de pilotis, grelhas e consolas, organização tipológica com recurso ao duplex, tendo sido premiado internacionalmente na Bienal de São Paulo, e nacionalmente pelo município dois anos depois do início da sua edificação em 1952.

(6) Ficou conhecido por Estilo Português Suave um modelo arquitectónico utilizado em edifícios públicos e privados portugueses, essencialmente durante as décadas de 1940 e 1950. Este estilo arquitectónico é também conhecido por Estilo Nacionalista, Estilo Tradicionalista ou Estilo Estado Novo, ainda que esta última denominação não seja muito correcta, já que durante o Estado Novo foram aplicados diversos estilos arquitectónicos em edifícios públicos.

Considerações Finais



Ao longo do período Modernista o urbanismo e a arquitectura foram postos a prova sob condicionalismos políticos, sociais e culturais bastante diferenciados, traduzindo-se em variadíssimas tendências formais mas também e com maior profundidade em diferentes concepções da própria arquitectura, directamente relacionadas com o nível de desenvolvimento de cada sociedade bem como do peso das suas tradições.

Em Portugal o início do Modernismo em Arquitectura concretizou-se mais no campo da renovação da linguagem do que numa nova preocupação espacial ou urbana, um significado reduzido a uma renovação cenográfica sem grande expressão no domínio do método funcional que ocorria na Europa. Assim preocupações sobre singularidades como as da cultura portuguesa assumem um valor emblemático na recusa de uma ruptura moderna, que não teve de facto qualquer suporte ideológico e social em Portugal, destacando-se deste modo os valores culturalistas e nacionalistas centrados na questão da “casa portuguesa”. A modernidade tão dificilmente integrada nas manifestações culturais portuguesas face aos valores sensíveis a continuidade temporal e histórica foi sempre promovida pelo Estado Português como sendo uma consciência negativa que recusa as transformações do presente em função do passado, um sentido de ruptura que se liga ao final do romantismo.

Se por volta dos anos 20 o vigor e a plasticidade do modernismo começaram por interessar o Estado na sua afirmação de actualidade, logo foi preterido em favor de códigos que, reagindo ao internacionalismo, afirmavam valores classicizantes. Todavia, a partir dos anos 50, procurando afirmar-se com o radicalismo e orgulho que o sentido de participação numa aventura internacional requer, o modernismo português reaparece filtrado pelas inevitáveis distâncias culturais da condição de periferia, definindo-se essencialmente dentro da utopia social, uma frente moderna de oposição ao regime conciliando a expressão democrática e o sentido revolucionário.

A intervenção no quadro da habitação colectiva em altura inserida num contexto urbano vai requerer um estudo de organismos mais complexos na organização dos fogos, circulação das diferentes habitações e principalmente na definição da sua imagem exterior – a marca urbana que compõe na construção do tecido urbano. Baseia-se na noção de mudança do fenómeno social bem como na responsabilidade social que o arquitecto detém obrigando-o a justificar-se perante a sociedade. Entre a justificação social e o programa definem-se os limites do paradigma ou procedimento moderno em arquitectura. E é precisamente por esta via moralizadora, no que ela comporta de implicação mas também de utopia social, que a geração do Congresso de '48 reivindica a arquitectura moderna portuguesa. Um sentido de responsabilidade social acompanha as transformações da sociedade que requer novos tipos de edificações. Não se trata apenas da modificação da forma dos edifícios inseridos na cidade tradicional, mas principalmente da inserção de uma nova ideologia de cidade, capaz de fornecer uma resposta adequada às exigências de igualdade e liberdade da sociedade de massas. O único caminho era ser moderno, e foi o que se fez. Um período riquíssimo na produção arquitectónica portuguesa, testemunhado pelas obras mas também pela pluralidade das reflexões disciplinares que são propostas.

Revelaram, deste modo, uma classe profissional – a dos ordenadores de espaço – comprometida com uma consciência de urbanidade civilizada.

Entretanto, os anos 60 anunciavam um novo sentido, fundamentalmente na marcação da cultura e da arte. Mostravam-se propostas de reivindicação da arquitectura moderna que já se podia denominar portuguesa, aproximada à escala e aos valores vernaculares, procura de identidade e de uma produção própria de acento menos internacionalizado. Uma arquitectura ao serviço da comunidade e da cultura marcada pela concepção de Grandes equipamentos de Cidade onde se destaca a Sede da Fundação Calouste Gulbenkian, obra exemplar que conjuga funcionalidade e monumentalidade. Uma espécie de coroamento do notável percurso dos anos 50 da arquitectura portuguesa.

Com amargura decorrente do regime, o rigor profissional e a noção territorial clarifica a dicotomia cidade-campo, que entretanto ganha outros contornos, superando gostos provincianos nas transformações assumidas cidadinas condensadas paradigmaticamente nos novos equipamentos e conjuntos urbanos de Lisboa e Porto.

O atraso verificado no desenvolvimento em Portugal de uma arquitectura que realizasse a transição para a verdadeira produção moderna, naturalmente provocado pela incipiente industrialização do país e pela ausência de crescimento urbano, proporcionou uma maior liberdade de experimentação arquitectónica em Luanda ao nível dos equipamentos, da habitação bem como do próprio desenho de cidade.

Neste sentido, é com a vontade inovadora dos anos 50 – Nova Arquitectura num Novo Tempo – procurando na história, a identidade do lugar, o contexto que se vai desenvolver a arquitectura moderna de Angola principalmente de Luanda.

Pode dizer-se que em Luanda também se reflectiu o CNA de '48, com a reinterpretação dos modelos de carácter científico das propostas modernas. Um desenvolvimento urbano como suporte de arquitectura de expressão variada, que ideologicamente se preocupou acima de tudo com aspectos sociais, com a sua capacidade de comunicar os modelos europeus com os seus utentes mas também de algum modo com a adaptação e redimensionamento do léxico projectual e necessário ajuste ao sítio. Aceitando a amplitude do conceito de modernidade, Luanda face ao seu contexto de desenvolvimento, mostrou-se muito mais receptiva a adaptação das novas ideias e métodos as situações concretas, uma procura de autonomia bem como identidade operativa. Neste sentido a estruturação formal e essencialmente social, no que diz respeito à organização da cidade, dominou o crescimento urbano de Luanda onde a habitação colectiva (quer de iniciativa Estatal bem como de investimento privado) teve um papel preponderante no habitar colectivo, à luz da modernidade, promovendo desse modo uma maior interligação e interacção da vida comunitária.

No seu conjunto Luanda, destaca-se pela qualidade sensível das abordagens e pela assinalável formalização que propõem, no quadro de uma contextualização e assimilação dos princípios do Movimento Moderno. Referências que se adaptam ao espaço angolano em função do maior ou menor peso da relevância da interpretação do sítio na concretização das soluções. Identificam-se adaptações da Escola Francesa traduzida num urbanismo formal e do modelo da cidade-jardim a partir de '40, mas também

a concretização de experiências urbanas da cidade moderna e os princípios da Carta de Atenas uma visível separação por zonas, onde conjuntos autonomizados e espaços verdes tomam protagonismo no tecido urbano.

Se por um lado os modelos internacionais eram aplicados em Luanda pela mão dos arquitectos portugueses, por outro eram trazidos também estrangeiros como foi o caso de De Gröer, sendo Luanda ainda mais do Lisboa, objecto de proposta de expansão com o modelo da cidade-jardim e suas satélites.

Especialmente a partir de 50 entram em paralelo varias correntes de pensamento arquitectónico e urbanístico no universo angolano, ganhando ai novas características, em função da escala dos elementos que compõe as cidades e os sítios, variando e assumido cargas simbólicas distintas, quer nas obras de promoção do estado quer nas de iniciativa privada. As alterações ou adaptações ocorrem não só ao nível das soluções urbanas mas também arquitectónicas, de maior ou menor escala de intervenção, cuja singularidade se vê, também no desenho dos edifícios. Os aspectos primordiais dessa adaptação são a própria escala do lugar, a dimensão do horizonte, o domínio menos apertado do regime que se reproduz numa linguagem mais internacional em oposição ao português suave.

De referir ainda a importância que Le Corbusier adquire com o modernismo. É bastante interessante poder constatar que durante esse período ele aparece como figura chave quer pelo facto de ter contribuição preponderante para a elaboração da Carta de Atenas e do Estilo Internacional, quer no desenvolvimento do modernismo brasileiro (referência importante para o desenvolvimento do modernismo português) mas também no próprio desenvolvimento do modernismo angolano pela mão de Vasco Vieira da Costa e Simões de Carvalho.

Le Corbusier tipificou idealmente o Homem Moderno estudando a habitação – tipo de acordo com as necessidades e funções – tipo, procurando a solução para o grande problema de então. A “máquina de habitar” enquadrada no “Esprit Nouveau”, inspirada nos transatlânticos e no conforto das suas “células habitacionais”, devendo ser produzidas em série, tal como os carros e aviões. Esta máquina habitável transportava a ideia de conforto para todos, como exigência incontornável do mundo novo da máquina e da sua estética.

É inegável que ninguém reivindicou com mais energia e clareza o papel primordial da arquitectura na era da modernidade industrializada quanto Corbusier. Neste sentido terá sido o que respondeu de forma mais completa as oportunidades a que o modernismo proporcionou, mas mais do que isso deixou-nos um conjunto de possibilidades totalmente em aberto, mesmo tendo em conta as limitações práticas do seu tempo, uma vez que os aspectos tecnológicos e as ciências da construção não se apresentavam suficientemente desenvolvidos para acompanhar aquela espécie de “sonho acordado” que representa a sua obra. É graças a este campo de possibilidades inexploradas que a sua obra está viva e na ordem do dia.

Neste trabalho propus-me analisar a evolução da habitação colectiva em Luanda como substrato de urbanização durante os anos do seu maior crescimento, mas também verificar a existência de uma identidade própria no seu desenvolvimento ainda em contexto colonial.

Assim, tomando a habitação colectiva como denominador comum de diferentes realidades, entendendo as teorias urbanísticas europeias e portuguesas em particular, tentando compreender globalmente o seu enquadramento político, económico e socio-cultural, observando as formas de absorção da cultura angolana no seu processo de colonização/urbanização, entendendo os planos e projectos de arquitectura feitos nesse período (os considerados mais significativos), os seus autores, bem como as suas influências e tipo de encomenda pude compreender a dependência das interacções estabelecidas entre os obreiros da cidade, que obedecendo a regras e princípios estabelecidos pelo Estado português procuravam adaptar-se ao novo território.

Relativamente ao tema em estudo estou ciente de que o poderia ter abordado de muitas outras maneiras, visto tratar-se de um tema bastante vasto. Porém foi este que me suscitou maior interesse, um processo de aprendizagem com todos os seus riscos, condicionalismos bem como limites que quis realizar. Não de uma forma exaustiva, com uma investigação histórica complexa sobre o ideal modernista, mas sim uma abordagem ao pensamento, obras e protagonistas de uma época de renovação da linguagem arquitectónica, que possa ser útil até para o entendimento do pensamento arquitectónico contemporâneo. No entanto considero lançados novos desafios e temas a novas pesquisas, no âmbito da arquitectura e urbanismo em Luanda. Acredito por isso estarem reunidas neste trabalho um conjunto de premissas que serviram seguramente para lançar novas pesquisas de forma a enriquecer o nosso conhecimento sobre a prática científica e profissional deste passado ainda tão presente.

**À Conversa com
Fernão Simões de Carvalho**





À Conversa com Fernão Simões de Carvalho Queijas – Lisboa, aos 14 de Abril de 2008

Com o intuito de melhor compreender a evolução urbana de Luanda, a sua identidade, o seu processo interno bem como as formas de absorção da cultura do sítio, conversei com o responsável pelo Plano Director para Luanda em 1962. Plano que embora não tenha sido implementado na sua totalidade serviu como documento orientador da gestão quotidiana da cidade.

Fernão Lopes Simões de Carvalho nasceu em Luanda, em 1929, na freguesia central dos Remédios, filho de pais beirões de Carregal do Sal. Concluiu, em 1955, o curso de Arquitectura na ESBA de Lisboa (colaborando até então no ateliê de Lima Franco e Manollo Potier). Entre 1955 e 1956, estagiou no Gabinete de Urbanização do Ultramar com João Aguiar e Lucínio Cruz. Ainda em 1956 ingressa na equipa de Le Corbusier, coordenada por André Wogenscky, até 1959. Durante esse período participa no projecto de obra de La Tourette, acompanha a obra do Pavilhão do Brasil na Cidade Universitária de Paris, mas sobretudo trabalha nos projectos das Unidades de Habitação de Berlim e de Briey-en-Fôret.

Em 1959 e 1961 desenvolve múltiplas actividades: é docente no Liceu Nacional de Luanda, realiza o Plano de Urbanização do Futungo de Belas para a Comissão de Urbanização e Turismo da Corimba (1960-62), trabalha para a Junta de Povoamento Agrário do Vale do Bengo (1960-63). Produz para o Vale do Bengo, entre outros trabalhos, o Plano para o Aldeamento e Estaleiro de Construção da Barragem do Quilunda (1964) na mesma altura em que entra para a Câmara Municipal de Luanda, após concurso, como chefe do Gabinete de Urbanização da Cidade.

Em 1965 acaba o Curso Urbanismo do Instituto de Urbanismo de Paris - Sorbonne, com professores como Auzelle e Lavendan entre outros, elaborando uma tese sobre a Habitação Popular na Ilha de Luanda.

Estrutura e instala o Gabinete de Urbanização, onde dirige uma equipa com António Campino, Domingos Silva, Luís Taquelim da Cruz, Fernando Alfredo Pereira, Rosas da Silva e Vasco Morais Soares além de três engenheiros, dez desenhadores, um topógrafo, um maquetista e um pintor, uma espécie de escola prática de urbanismo, até 1966.

Desenvolve o Plano Director de Luanda (1961-62) e os restantes complementares Planos Parciais. Além da actividade municipal tem obra extensa por vezes em colaboração na actividade privada em Angola. Destacam-se, entre várias obras, o Mercado do Caputo, Capela e Conjunto Assistencial no bairro Cazenga (para a Comissão Administrativa do Fundo dos Bairros Populares de Angola, 1962-65), e os Bairros dos Pescadores na Ilha de Luanda (com José Pinto da Cunha, em 1963-66).

Obras maiores desta fase foram o Centro de Radiodifusão de Angola em Luanda (1963-67, onde usou a sua investigação do «Centro de Televisão» com que se diplomou pela ESBAL), o Hospital Regional de Sá da Bandeira/Lubango (1963-65), os Blocos de Habitação Colectiva da PRECOL na Unidade de Vizinhaça Nº 2 do Bairro Prenda em Luanda (1963-65) e a Fábrica de Refrigerantes Sofanco em Luanda (1965) - estes quatro últimos projectos, construídos e elaborados em colaboração com José Pinto da Cunha e Fernando Alfredo Pereira. Com Lopo de Carvalho executa os Blocos de Habitação Colectiva para os funcionários dos



CTT de Luanda (1968-69). Colabora ainda com Keil do Amaral no projecto do Aeroporto de Luanda. Em 1967 regressa a Lisboa, onde projecta diversas moradias (Menção Honrosa do Prémio Valmor, para uma habitação de 1970, em 1978) e equipamentos (restaurante das Grutas de Santo António, 1967-70), trabalhando no Gabinete Técnico de Habitação (GTH) da Câmara Municipal de Lisboa. Entre 1977 e 79 trabalha no Brasil, onde como urbanista, desenvolve Planos para o Estado da Baía (Plano Integrado da Cidade de Caji, para 300 mil habitantes, e Plano de «Vilas Atlântico», para a empresa Odebrecht, ambos em Salvador). De volta a Lisboa, ingressa em 1979 como professor na Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa até 1995, onde prossegue com a sua permanente atitude de investigação e experimentação teórico-prática por exemplo na aplicação de parede-cortina em fachadas (alguns com a tecnologia VEC, vidro exterior colado) – o Ministério da Agricultura (1980-83), o Hotel Continental nas Avenidas Novas (de ampla frente curva em vidro, 1985-87), e as novas instalações da APL em Alcântara (remodelação de edifício, 1989-90). Elabora ainda Espaços de Urbanização e Equipamentos para a Clínica Psiquiátrica de São José, na Azinhaga da Torre do Fato, em Carnide (um vasto complexo inserido num plano de urbanização seu, mas depois desvirtuado, 1983-95).

Wilfred Figueiredo – Fala-se de modernismo como ideal, do movimento moderno em arquitectura. O senhor viveu essa época, considera-se portanto um arquitecto moderno?

Simões Carvalho – Não sei se sou moderno... vocês é que têm a mania de catalogar. Dão nomes às coisas. Eu não dou nomes às coisas. Eu não sei o que é arquitectura moderna. Não sei o que é isso? Eu acho que faço arquitectura actual. E o actual é estudar o meio, o clima, os solos e as pessoas.

Eu produzo arquitectura de acordo com os meus sentimentos estéticos. Com o programa que me dão eu faço arquitectura. Sai uma arquitectura. Já copiei, no início da minha carreira fiz coisas que eram Corbusianas puras. Mas, é como digo aos meus alunos, não inventem até porque a maioria das coisas já estão inventadas. Se tiverem de fazer o projecto de um hospital vão ver todos os projectos de hospitais que conhecem no mundo. Vejam-nos, visitem-nos, copiem-nos. E vejam se têm alguma coisa a acrescentar a isso. Já muitos pensaram, já muitos criaram, já muitos inventaram.

É como dizia catalogar as coisas! Se fiz moderna se não faço. Eu não gostava de fazer telhados, agora faço, eu não faço nada que não seja funcional, a forma que venha depois. É como eu sempre digo, eu nunca me fiquei pelos programas que me eram encomendados pois para mim não há urbanismo sem arquitectura e vice-versa e sem arte urbana... o resto são teorias que não têm razão de ser.



WF – Le Corbusier foi sem dúvida uma grande influência para o seu trabalho. Como foi a sua convivência com o mestre?

SC – O homem era um visionário, continua a ser copiado em todo o mundo, até mesmo nas formas continua a ser copiado. Era um homem que falava pouco, muito pouco, eu tentava absorver o máximo mas mais através dos seus desenhos, porque ele falava muito pouco. Até porque ele trabalhava em casa, onde tínhamos algumas reuniões, depois enviava os desenhos para o escritório na Rue de Sèvres, lá tínhamos uma equipa que passava as ideias para ante-projecto para posterior desenvolvimento. Falamos mais vezes durante a construção do Pavilhão do Brasil na Cidade Universitária. Mas mais longamente, por exemplo no dia dos seus anos e também no dia da morte da sua mulher, mas foi sobre a Chapell de Ronchamp que mais conversamos, pois a crítica dizia que era barroca e que já não estava dentro do seu estilo sério e honesto... queixavam-se muito daquilo... Eu dizia-lhe que era fantástico e extraordinariamente funcional. Pois é, na minha opinião é uma capela que marca o final de um percurso e tem um oratório para celebrar a missa ao ar livre. Uma vez mais não fazer nada sem ser funcional, a forma que venha depois.

WF – Por outro lado, como era o ambiente cultural que viveu em Paris. O que permaneceu daí na sua obra? Como método e estrutura de pensamento?

SC – Fui para Paris, à espera de conseguir ir para a Cidade Universitária mas não consegui. Alojei-me então lá num quarto que extraordinariamente tinha um pé-direito de 2,26m que é o pé-direito do “Modulor”, do braço estendido do Corbusier, comecei por resolver isso.

Em seguida procurei o Corbusier, no seu escritório na Rue de Sèvres, que na altura era perto da Escola de Belas Artes mas não o encontrei. Pus-me logo na Escola de Belas Artes a procura de mais informações, foi então que falei com uma rapariguinha “Vim de Angola, vim para aqui a sonhar que ia trabalhar com o Corbusier e afinal está em Chandigahr” – estava a fazer a célebre capital do Punjabi – e ela diz-me “Porque é que não vai falar com o Wogenscky? Talvez tenha sorte... vai agora iniciar-se o projecto do bloco de Berlim...” – o André Wogenscky era colaborador do Corbusier e fazia-lhe os projectos de execução. E era isso que me interessava, eu queria trabalhar em projectos de execução estava cansado de coisas velhas. Já tinha rejeitado propostas de arquitectos que queriam que eu fizesse reconstruções de edifícios, mas eu fui pondo as pessoas de parte “Eu quero é coisas modernas”.

Comprei logo várias revistas da “Architecture d’aujourd’hui” as que tinham a publicação do bloco de Marselha e comecei a estudar aquela brincadeira do duplex, como é que aquilo se compunha e funcionava.

Quando o Wogenscky me recebe, eu digo-lhe logo “Olhe, eu não quero ganhar nada quero é trabalhar e aprender”. Mostram-me um programa que dizia: tantos A1, A2, T3... O A1 era só um estúdio, o outro era outra coisa qualquer, uma composição dos diabos, só com letras, para eu fazer o raio do projecto... Claro que eu lá fui procurar aquilo e era assim: começava-se pela fachada,



tem piada, fazia-se uma quadrícula de 3,66 x 2,96 que é 2,26 + 70, tudo coisas do “Modulor” e uma fachada de 50m de comprido e 50m de altura – o Corbusier não queria que os edifícios tivessem mais de 50m de altura – e depois arrumavam-se os A1, os B2... depois do outro lado, vendo como é que tudo aquilo “joga”; fazia-se um corte, um esquema... Uma trabalhadeira, com as percentagens de A, de B, de C... Um autêntico puzzle! E eu comecei a fazer o projecto do bloco de Berlim daí. Aquilo é que é sistematização tem 3,66 de altura, 7,32 que é o comprimento, uma galeria e depois repete-se. Era eficiente e rápido, eles gostaram e fiquei. E foi assim que entrei no gabinete do Corbusier e comecei a minha vida com este projecto do bloco de Berlim. Foi assim que entrei no urbanismo, estudando os livros do Gaston Bardet, que são realmente de urbanismo. Porque, para mim, urbanismo não é apenas fazer bonecos, não é fazer ruas, não é fazer estradas. Tem por trás todo um conhecimento muito grande do sítio, da população, da economia que se propõe para o desenvolvimento de um determinado local.

WF – Como foi a sua volta para Angola, o desenvolvimento do PD para Luanda, fale-me um pouco dessa experiência?

SC – Os meus projectos perderam qualidade em Portugal, em relação aos que fazia em Angola. Em Angola eu impunha aos meus desenhadores aquilo que eu queria. Aqui eles retilavam “Não, não, nós não fazemos cá disto, não é preciso nada disto”. Não queriam. Eu nunca fiz projecto nenhum em que não pusesse as mobílias todas lá dentro, porque só entendo um projecto de uma casa, de um bloco habitacional ou o que for, com o mobiliário. Só assim consigo explicar como é que aquilo vai funcionar, como vão ser os vãos. Agora, pôr só risquinhos, pôr somente portas e janelas para mim não serve, porque eu estudo primeiro para ver como a coisa vai ficar. Mas os desenhadores aqui não querem. “Isso não interessa em nada aqui para a câmara...”. Mas eu não sei fazer de outra maneira. E mais, à escala 1:100, eu fazia-os desenhar e indicar a gárgula e a pingadeira. Foi uma luta que eu travei aqui com os desenhadores e os meus projectos perderam qualidade em Portugal. Em Angola ensinava os meus desenhadores a fazer esquadrias, quantos centímetros para cada lado, e depois iam evoluindo.

Esta aqui, por exemplo, a planta da topografia social e na legenda vemos estes pontinhos... as profissões, onde se concentram os médicos, os advogados, os ferreiros... São planos de análise, topografia social, que somos obrigados a fazer se queremos conhecer o lugar e a sua população.

WF – O seu PD de Luanda nunca chegou a ser completamente executado porquê?

SC – Porque entretanto deu-se o terrorismo em '61 e era preciso fazer qualquer coisa que permitisse rapidamente construir, desenvolver aquilo. E eu, à medida que fazia as coisas e tinha o plano director esquiçado à escala 1:2500, que era a escala que existia lá em Luanda, marcava as unidades a desenvolver, e começavam logo os 8 arquitectos que tinha lá a trabalhar comigo a desenvolver os planos para se poder construir. E construiu-se muita coisa dessa forma pois passava-se logo do esquema director



para o de pormenor. E estávamo-nos nas tintas para a câmara e o senhor Governador Amorim. Isso é que é a verdade. Por isso é que eles também estavam tramados comigo...

Hoje é que há uns cursos de urbanismo feitos à pressa em todas as universidades. Mas já sei que são feitos à pressa porque, enquanto eu tinha 9 cadeiras por ano, aqui não sei o que é que eles fazem... Isto do urbanismo não é coisa que se faça com uma especialização, são várias especialidades: Sociologia Urbana, Geografia urbana... Enfim, várias cadeiras. E só dessa súmula de conhecimentos é que somos capazes de fazer alguma coisa aproximada. Mas precisamos de recorrer a todos esses técnicos para nos ajudarem no caso em que vamos trabalhar. O que não consegui em Luanda foi um sociólogo, mas o geógrafo consegui... O curso na Sorbonne fazia parte da faculdade de letras e tínhamos muitas disciplinas humanísticas, como Sociologia humana e urbana no curso. Hoje aqui parece que é algo também mais relacionado com o desenho, embora hoje em dia, com as novas máquinas, o valor do desenho também se calhar ficou posto um bocado de parte...

Mas claro que eu também digo, costumo definir urbanismo como ciência social, económica e política mas também uma arte, porque não há dúvida nenhuma que o bem-estar das populações também tem a ver com o ambiente artístico em que se inserem. Embora “arte urbana” seja só uma componente do urbanismo (que não é só arte, só risco) mas um conhecimento das populações, do local e da economia que se propõe. Costumo dizer que se um plano não propõe, não cria desenvolvimento económico não é um plano, não vale nada! Por isso é que também é uma ciência política, porque se os políticos também não quiserem estar connosco... ou se faz algo que se vai desenvolver, ou se é para fazer um boneco, eu não faço. Se não promove desenvolvimento económico e social das populações não é urbanismo.

WF – Olhando para a habitação colectiva do Bairro do Prenda em Luanda, no seu ponto de vista, quais os vínculos de concepção arquitectónica? Ou seja, que leitura se deve fazer deles?

SC – Eu propunha, de facto, um certo número de habitações colectivas, isso é que é verdade, mas nas minhas unidades de vizinhança tanto se propunha habitação colectiva como se propunha habitação individual de várias categorias. Quer dizer, havia ali uma junção de várias tipologias de habitação. Isso é que estava implícito no conceito que eu tive, para aquele local, de unidade de vizinhança. Eu quis misturar em todas as unidades de vizinhança todas as categorias sociais existentes na altura e todas as categorias até, digamos, ráticas; quer dizer, eu não quis fazer segregação nenhuma porque não sei se sabe, Luanda, que agora deve estar pior, era rodeada por um anel de musseques e isso criava uma segregação social que criava problemas e, quanto mais isso fosse adiantado, maiores seriam os problemas, portanto a ideia era acabar com os musseques, acabar com a segregação social que se fazia ali, porque nos musseques também viviam europeus, não era só uma segregação rática, era uma segregação social e económica que existia.

Para acabar com isso, eu propus que cada unidade de vizinhança, de acordo com os conceitos internacionais que existiam, so-



bretudo do professor Dozél, devia ter entre 5 a 15 mil habitantes e eu queria em cada unidade misturar as várias classes sociais, económicas e ráticas. Portanto, a unidade de vizinhança não tinha só habitação colectiva. Tinha habitação individual de classe mais elevada, tinha habitação individual de classe média e tinha habitação de economicamente débeis, como foram chamados (que no fim de contas, eram os indígenas, era aquela população mais pobre que existia) e havia habitação colectiva também aberta a todas as etnias e a todas as classes sociais. Claro, a habitação colectiva era uma habitação de certo modo classe média, mas também já havia indígenas a viver nesses edifícios.

Havia aí uma tentativa de integração, que foi aceite pelo Governo da Província. Simplesmente, sabia-se na altura que havia 2/3 de população preta e a restante branca. E o Governo disse logo, se puser aqui só 1/3 de brancos, eles não vão querer ir para lá, não se misturam. Então criou-se um processo de integração que se ia mudando gradualmente, no tempo, até ficar equilibrada a proporção, porém seria sempre de mais indígenas, mais pretos do que brancos.

WF – Os chamados assimilados, não é? ...

SC – Pois, assimilados ou o nome que queiram dar, eu por mim não... Deram o nome de assimilados. Uns eram pretos, os outros eram brancos! Uns eram mais evoluídos, outros menos evoluídos; os mais evoluídos quer cá, quer lá, eram tratados como europeus. Como vê, era o que acontecia... era engraçado, o meu pai tinha lá uns hotéis e os criados pretos não gostavam de servir os médicos pretos. Diziam que não, que eles não tinham direito em estar ali. Isto parece mentira, no fim de contas quem fazia segregação eram os próprios pretos. Portanto, essa sistematização da habitação colectiva, como quer dizer, não existiu da minha parte nunca fiz daquilo uma sistematização.

WF – Sistematização no sentido de que há edifícios repetidos, aparentemente... ou pelo menos, uma repetição da sua linguagem de concepção.

SC – Bom, eles são parecidos... Quer dizer a tipologia do fogo, que é um semi-duplex (eu já ouvi chamar muita coisa, mas aquilo é um semi-duplex) ... eu explico o que é isso. Vocês têm, e conhecem na habitação do Corbusier, o duplex, que é o que se encontra, por exemplo, na unidade de habitação de Berlim, que é um edifício em que eu colaborei de '57 a '58. Tem um piso e outro piso e aquilo tudo se encaixa uns nos outros, etc. Mas foi o de Candilis, que foi um dos colaboradores de Le Corbusier no Norte de África, o semi-duplex que eu adaptei em Luanda. Porque tanto o semi-duplex como o duplex têm a vantagem de ter duas fachadas abertas e, como tal, de permitir a ventilação transversal completa do fogo.

Eu, com a colaboração do arquitecto Pinto da Cunha e do arquitecto Alfredo Pereira explorei essa tipologia, num projecto que me deu muitíssimo trabalho, não foi fácil – aparecem espaços livres em todo o lado que nós aproveitámos como arrecadações.



Mas não houve uma intenção, foi a solução que nos pareceu mais adaptada ao clima. E é claro que os prédios são diferentes uns dos outros mas não totalmente, porque o fogo é sempre o mesmo. Mas isso é função precisamente da distribuição dos apartamentos, do número de fogos que nós queríamos, que são uns T1 ou uns T0 que só têm um piso.

Agora, o que se está lá a fazer e que no outro dia disse ali (no Colóquio na Universidade Técnica de Lisboa sobre Urbanismo Colonial Português) é de tal maneira errado, de tal maneira mau, porque quem estudou e quem estudou Urbanismo como deve ser chega à conclusão de que não pode haver segregação de qualquer espécie nos aglomerados urbanos. Olhe, cá está... a unidade de Vizinhança número 2. Cá está, Zona de habitação de classe média, que é uma Zona de habitação individual, de mais luxo etc. Era assim, como vê está aqui um eixo viário elevado que ligava a um parque de estacionamento. Estes parques tinham cerca de 5 a 10 mil automóveis e nós permitíamos que o Interland de Luanda (Catete e por aí fora) fosse ligado directamente ao pólo turístico – a Ilha de Luanda – sem vir atrapalhar o tráfego viário da Baixa. Este eixo viário saltava também para ali, aqui era enterado, é o que vem das barrocas, que aquelas barrocas têm um recuo gradual todos os anos e já estava quase sobre o cemitério, e a solução foi pôr este eixo viário. Vieram os técnicos do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, chamados pelo Pimentel dos Santos, ajudarem-me na consolidação daquilo e depois aquilo ficou consolidado. Isto era a maneira de ter um tráfego local na Baixa.

Do conjunto também faziam parte o mercado, uma Zona comercial, com ruas locais tortuosas, para reduzir a velocidade dos veículos no interior das unidades, e vias rápidas a envolvê-las. Não se faz um plano de urbanização sem um estudo preliminar, um inquérito, e isto tudo foi visto fizeram-se fichas, inquéritos à população indígena e à população branca, às indústrias, ao comércio, etc. E tudo deu nisso, por exemplo, este eixo viário vai ligar ao primeiro pólo ou ao grande pólo turístico que é a ilha de Luanda, hoje partido, pois essa passagem transformou isto num istmo.

No porto de Luanda trabalhei com o Eng. Jorge Mestre mas só se fez um pontão, ao que me parece. Ou seja, são consequências de estudos preliminares dos inquéritos, onde os eixos viários estão em função das ligações da cidade com o Interland e tudo mais. Havia zonas industriais que estavam sobre argilas expansivas, o que não permitia fazer indústria barata, por exigirem fundações profundas. Acabei com elas propondo-as mais para sul, conciliando o binómio habitar – trabalho com Zona verde de protecção crescente para sul.

Uma cidade não é como um cacho de uvas, nada disso, na verdade temos que organizar a vida das cidades e das populações mas não de qualquer forma. Urbanismo é uma ciência política, económica e social... isso é que é verdade... o urbanismo propõe desenvolvimento, qualquer coisa que vá melhorar o nível económico e social das populações desenvolvendo o sítio, caso contrário não é urbanismo. Isso não existe ainda em Portugal, a altura do que precisamos... de facto não temos!



WF – Essa habitação colectiva que propôs, era claramente uma consequência das experiências que desenvolveu no exterior?! Do que já estava habituado a fazer com Le Corbusier?

SC – Oiça, eu dizia aos meus alunos, nada se cria de repente... eu punha-os a copiar projectos de grandes mestres, e depois chega-se a altura em que criamos as nossas próprias coisas. E foi o que eu fiz, estudei habitação, vi o que se fazia de melhor entre os melhores arquitectos, e depois criei aquilo que para mim melhor se adaptava ao meio. Projectei blocos de habitação diferentes, habitação colectiva pouca coisa... e mesmo cá (Portugal) têm sido mais edifícios públicos, serviços, etc.

Sistematização da habitação não foi essa a minha preocupação, foi uma consequência de uma experiência que eu tive. Foi aquela a solução de habitação encontrada em colaboração com os meus colegas Pinto da Cunha e Pereira. Não quer dizer que os fôssemos fazer todos iguais, porque por exemplo na Unidade de Vizinhança 3 não desenvolvemos edifícios apenas os propomos. Já na Unidade 2, e como era a primeira vez que se fazia em Angola, a câmara de Luanda abriu concurso para se fazerem os projectos de arquitectura. Eu tinha posto no meu contracto de urbanista que não podia concorrer (era uma condição minha... a Zona a que proponho urbanização não faço projecto de arquitectura!).

A câmara insistiu que concorresse, uma vez que não tinham lá cá ninguém capaz de desenvolver aquilo. E, portanto, praticamente, entregaram-me o projecto, convidei o Arq. Pinto da Cunha, dos mais cotados lá, para fazer equipa comigo.

E foi assim que começou... cada UV tem grupos de habitação, porque tal como na habitação nós temos uma sala de estar, também lá, há locais de encontro (grupos de habitação com as suas vias comerciais e tudo mais). Foi o primeiro local em Angola onde se cumpriu a lei do direito de superfície em que os terrenos eram alugados por cem anos e a pessoa pagava só renda pelo terreno. Eram edifícios semi – duplex diferentes dos duplex do Corbusier com dois pisos... quer dizer, entra-se e tem a parte de cozinha e tudo mais, depois uma escada que leva para cima para os quartos. Aqui a parte social, varandas, etc. Nos meus não, desce-se para os quartos nuns noutros sobe-se... são diferentes, têm meios pisos. Com galerias de acesso desfasadas...

WF – Fez planos para Luanda tendo em mente os modelos europeus, vendo Luanda como uma cidade portuguesa (que era na altura) ou africana, angolana? Essa cultura arquitectónica europeia foi adaptada ao local ou foi o impor dela a Luanda.

SC – Não há modelos! Qual cidade portuguesa? Uma cidade que lá está, de Angola. Uma cidade angolana, com brancos, pretos e mulatos. E uma cidade que tem um grande porto, o maior porto de Angola com um Interland fantástico. Portanto, o desenvolvimento de Luanda era para, utilizando o Interland, exportar por ali tudo. E desenvolveu-se, tanto que o porto se desenvolveu. Foi estudado o Interland na cidade que era o maior porto de exportação de café, dotou-se a zona de armazéns, a zona industrial que havia foi banida, criou-se a zona industrial para fazer o binómio habitação – trabalho. Foi isto tudo, promover o desenvolvimento.



Os edifícios de habitação para os correios eram para terem praças em hexágonos... mas pouco foi concluído. Cada unidade de vizinhança tem vários grupos de habitação, e é a própria forma do terreno que indica onde se pode desenvolver as unidades de vizinhança e, por consequência, os bairros.

Porque há esses grandes eixos viários que me permitem fazê-lo, e pegando no plano de Luanda, tentei, mesmo na parte velha da cidade, criar unidades de vizinhança. Tendo em consideração a topografia, os equipamentos, ou a falta deles, pois cada unidade de vizinhança tem que os ter... creches, escolas, tudo isso... depois disso criava bairros, e consegui criar em Luanda nos meus esquícios e na minha cabeça, pois eu nunca acabei o plano, porque passava logo a planos de pormenorização que pudessem passar à execução, pois os malandros dos americanos estavam aflitos por ver aquilo a desenvolver-se... executados! Risos...

O café do Uíge e o algodão que vinha de Malange, tudo foi considerado e tudo começou a desenvolver-se, uma vez que estava estagnado quando eu lá cheguei em '61, quando foi o terrorismo. Quando me vim embora em '67 propuseram-me que fizesse um monumento à catana. O terrorismo animou aquilo tudo. Os políticos acabaram por nos deixar trabalhar! É claro que eu nunca pude dizer mal dos governos que lá estavam.

Porque realmente, estar em sítios onde não se propõe desenvolvimento, eu não estou. Por isso é que gostei muito de estar no Brasil, tenho lá uma cidade feita, que é Vilas do Atlântico, ao pé do aeroporto de Salvador. Mas se forem ver os planos não tem nada a ver com os de Luanda, porque cada plano se adapta sempre ao sítio. Eu não mexo na topografia, como fazem os engenheiros. A topografia é que me diz aquilo que eu devo fazer. São as linhas de água, o relevo, as posições, tudo isso é estudado como deve ser. E depois são as populações. Eu proponho as soluções de acordo com as populações, a sua maneira de viver. Portanto não me diga que há modelos, eu não tenho modelos. O que eu proponho é consequência dos locais e das populações. Não há modelos, eu não gosto de modelos. Oiço falar em modelos e fico logo chateado. Não há modelos... há é cérebro!

Bibliografia



1. De Loanda à Moderna Luanda. Contextualização da Evolução Urbana.

AMARAL, Ilídio do.

Luanda: estudo da geografia urbana. Ed. Atlântida – Coimbra, 1926.

Luanda em meados do séc. XIX, revelada num texto de 1848. Lisboa, 1984.

Contribuição para o conhecimento do fenómeno de urbanização em Angola. Lisboa: junta de investigação no ultramar, 1962.

Ensaio e documentos, desenvolvimento urbano – Angola.

AYMONINO, Carlo.

L'habitazione Razionale – Atti dei Congressi C.I.A.M 1929 – 1930. Ed. Collana / Marsilio Editori.

BATALHA, Fernando.

A urbanização de Angola. Ed. Museu de Angola, 1950.

Em defesa do Património histórico e tradicional de Angola. Ed. Centro de Informação e Turismo de Angola, Luanda, 1963.

FERNANDES, José Manuel.

Arquitectura e urbanismo na África Portuguesa. Ed. Caleidoscópio.

Português Suave – Arquitectura do Estado Novo. Ed. Departamento de Estudos IPPAR, 2003.

FONTE, Maria Manuela Afonso.

Urbanismo e Arquitectura em Angola – de Norton de Matos à revolução.

Dissertação para Doutoramento em Planeamento Urbanístico, UTL – FA, 2007.

LOUREIRO, João.

Memórias de Luanda. Memória Portuguesa de África e do Oriente. Ed. Maisimagem. Lisboa, 2002.

MARTINS, Isabel Maria Nunes da Silva.

Luanda – a cidade e arquitectura. FAUP – Tese de Doutoramento.

MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque.

Continuidades e descontinuidades de um processo colonial através de uma leitura de Luanda: uma interpretação do desenho urbano. Ed. Terceira Margem. São – Paulo, 2006.

OLIVEIRA, A. Aguedo.

A cidade de São Paulo da Assunção de Loanda. Ed. Comp. Nacional., Lisboa, 1954.

TRINDADE, Augusto José Pereira.

O fenómeno urbano na África subsahariana: o caso de Luanda. ISC São Paulo – UTL. Lisboa, 2000.

2. A Ideologia Modernista. O papel da habitação no edificar cidade.

BENEVOLO, Leonardo.

Introdução a Arquitectura. Ed.70. Lisboa, 1999.

História da arquitectura Moderna. Ed. Perspectiva. São – Paulo, 2001.

FERNADES, José Manuel.

Arquitectura e urbanismo na África Portuguesa. Ed. Caleidoscópio.

Português Suave – Arquitectura do Estado Novo. Ed. Departamento de Estudos IPPAR, 2003.

FONTE, Maria Manuela Afonso.

Urbanismo e Arquitectura em Angola – de Norton de Matos à revolução.

Dissertação para Doutoramento em Planeamento Urbanístico, UTL – FA, 2007.

FRAMPTON, Kenneth.

História crítica de la arquitectura moderna. Ed. Gustavo Gili, S.A. Barcelona, 1987.

GONÇALVES, José Fernando.

Ser ou não ser moderno. Considerações sobre a Arquitectura Modernista Portuguesa.

Ed. Departamento de Arquitectura FCTUC. Coimbra, 2002.

GOODWIN, Philip.

Brazil Builds. Museu de Arte Moderna (MoMA), Nova Iorque, 1943.

GÖSSEL, Peter e LEUTHÄSER, Gabriele.

Architecture in the 20th Century. Vol. 1, Ed. TASCHEN, 2005.

KRUGER, Mário.

Leslie Martin e a escola de Cambridge. Ed. Departamento de Arquitectura FCTUC. Coimbra, 2005.

LE CORBUSIER.

Carta de Atenas. Ed. Hucitec. São Paulo, 1989.

MARTINS, Isabel Maria Nunes da Silva.

Luanda – a cidade e arquitectura. FAUP – Tese de Doutoramento. Porto, 2001.

PORTAS, Nuno.

A arquitectura para hoje 1964. Seguido de evolução da arquitectura moderna em Portugal. Ed. Livros horizonte, 2ª edição Maio de 2008.

SMITH, Robert.

Arquitectura Colonial. Ed. Livraria Progresso, 1955.

TÁVORA, Fernando.

Da Organização do Espaço, Ed. Curso de Arquitectura da ESBAP, 4ªEdição. Porto, 1999.

TOSTÕES, Ana.

Os verdes anos na Arquitectura Portuguesa dos anos 50. FAUP Publicações. Porto, 1997.

ZEVI, Bruno.

História da Arquitectura Moderna. Ed Arcádia, 2º Volume, 1973.

3. Transformação Urbana. O Património e a Obra Moderna.

AMARAL, Ilídio do.

Sucinta memória descritiva: exposição – Feira de Angola, Agosto de 1938. Governo da Província de Luanda.

Luanda: estudo da geografia urbana. Ed. Atlântida – Coimbra, 1926.

Luanda em meados do séc. XIX, revelada num texto de 1848. Lisboa, 1984.

Contribuição para o conhecimento do fenómeno de urbanização em Angola. Lisboa: junta de investigação no ultramar, 1962.

Ensaios e documentos, desenvolvimento urbano – Angola.

AYMONINO, Carlo.

L'habitazione Razionale – Atti dei Congressi C.I.A.M 1929 – 1930. Ed. Collana / Marsilio Editori.

BATALHA, Fernando.

A Arquitectura tradicional de Luanda. Ed. Museu de Angola, 1950.

A urbanização de Angola. Ed. Museu de Angola, 1950.

Em defesa do Património histórico e tradicional de Angola. Ed. Centro de Informação e

Turismo de Angola, Luanda, 1963.

COSTA, Vieira.

Luanda – Plano para a Cidade Satélite n.3, Ed. Curso de Arquitectura de ESBAF (1948). DAFEUA - Porto, 1984

FERNANDES, José Manuel.

Arquitectura e urbanismo na África Portuguesa. Ed. Caleidoscópico.

Português Suave – Arquitectura do Estado Novo. Ed. Departamento de Estudos IPPAR, 2003.

FONTE, Maria Manuela Afonso.

Urbanismo e Arquitectura em Angola – de Norton de Matos à revolução.

Dissertação para Doutoramento em Planeamento Urbanístico, UTL – FA, 2007.

GONÇALVES, José Fernando.

Ser ou não ser moderno. Considerações sobre a Arquitectura Modernista Portuguesa.

Ed. Departamento de Arquitectura FCTUC. Coimbra, 2002.

KRUGER, Mário.

Leslie Martin e a escola de Cambridge. Ed. Departamento de Arquitectura FCTUC. Coimbra, 2005.

LOUREIRO, João.

Memórias de Luanda. Memória Portuguesa de África e do Oriente. Ed. Maisimagem. Lisboa, 2002.

MARTINS, Isabel Maria Nunes da Silva.

Luanda – a cidade e arquitectura. FAUP – Tese de Doutoramento.

SMITH, Robert.

Arquitectura Colonial. Ed. Livraria Progresso, 1955.

TOSTÕES, Ana.

Os verdes anos na Arquitectura Portuguesa dos anos 50. FAUP Publicações. Porto, 1997.

Fonte das Ilustrações

1. De Loanda à Moderna Luanda. Contextualização da Evolução Urbana.

- [1] Department of Public Information, Cartographic Selection – United Nations .Map nº 3727, Oct/1997 - REV2
- [2] [3] [4] [5] FONTE, Maria Manuela Afonso. Urbanismo e Arquitectura em Angola – de Norton de Matos à revolução. Dissertação para Doutoramento em Planeamento Urbanístico, UTL – FA, 2007. Pag 181, 85, 181, 182.
- [6] COSTA, Vieira. Luanda – Plano para a Cidade Satélite n.3, Ed. Curso de Arquitectura de ESBAP (1948). DAFEUA – Porto, 1984. Pag 115.
- [7] Pesquisa Google – Imagens Luanda Anos 60.
- [8] [9] FONTE, Maria Manuela Afonso. Urbanismo e Arquitectura em Angola – de Norton de Matos à revolução. Dissertação para Doutoramento em Planeamento Urbanístico, UTL – FA, 2007. Pag 183, 185.
- [10] URBANISMO COLONIAL. Os Planos de Urbanização nas Antigas Províncias Ultramarinas, 1934 – 1974. Volume 2. FAUT de Lisboa – Fundação Para Ciências e Tecnologias. Pag 326.
- [11] [12] [13] LOUREIRO, João. Memórias de Luanda. Memória Portuguesa de África e do Oriente. Ed. Maisimagem. Lisboa, 2002. Pag 18,22,31.
- [14] Arquivo WF.

2. A Ideologia Modernista. O papel da Habitação no Edificar Cidade.

- [1] Pesquisa Google – Imagens Revolução Industrial.
- [2] [3] GÖSSEL, Peter e LEUTHÄSER, Gabriele. Architecture in the 20th Century. Volume 1. Ed. TASCHEN, 2005. Pag 437, 439.
- [4] [5] GÖSSEL, Peter e LEUTHÄSER, Gabriele. Architecture in the 20th Century. Volume 1. Ed. TASCHEN, 2005. Pag 470, 471.
- [6] Pesquisa Google – Imagens Le Corbusier.
- [7] Pesquisa Google – Imagens Modernismo Brasileiro.
- [8] Pesquisa Google – Imagens Le Corbusier.
- [9] [10] [11] Pesquisa Google – Imagens Le Corbusier.
- [12] Arquivo WF.

3. Transformação Urbana. O Património e a Obra Moderna.

- [1] LOUREIRO, João. Memórias de Luanda. Memória Portuguesa de África e do Oriente. Ed. Maisimagem. Lisboa, 2002. Pag 78.
- [2] Arquivo WF.
- [3] LOUREIRO, João. Memórias de Luanda. Memória Portuguesa de África e do Oriente. Ed. Maisimagem. Lisboa, 2002. Pag 79.
- [4] Arquivo WF.
- [5] [6] [7] LOUREIRO, João. Memórias de Luanda. Memória Portuguesa de África e do Oriente. Ed. Maisimagem. Lisboa, 2002. Pag 23,26,30.
- [8] [9] [10] COSTA, Vieira. Luanda – Plano para a Cidade Satélite n.3, Ed. Curso de Arquitectura de ESBAP (1948). DAFEUA – Porto, 1984. Pag 51, 123 , 117.
- [11] Arquivo WF.
- [12] [13] [14] [15] [16] [17] Pesquisa Google – Imagens de Luanda.
- [18] [19] [20] FONTE, Maria Manuela Afonso. Urbanismo e Arquitectura em Angola – de Norton de Matos à revolução. Dissertação para Doutoramento em Planeamento Urbanístico, UTL – FA, 2007. Pag 430, 151, 151.
- [21] Pesquisa Google – Imagens Luanda.
- [22] URBANISMO COLONIAL. Os Planos de Urbanização nas Antigas Províncias Ultramarinas, 1934 – 1974. Volume 2. FAUT de Lisboa – Fundação Para Ciências e Tecnologias. Pag 315.
- [23] [24] [25] [26] FONTE, Maria Manuela Afonso. Urbanismo e Arquitectura em Angola – de Norton de Matos à revolução. Dissertação para Doutoramento em Planeamento Urbanístico, UTL – FA, 2007. Pag 418, 419, 426, 425.
- [27] Pesquisa Google – Imagens Luanda.
- [28] [29] URBANISMO COLONIAL. Os Planos de Urbanização nas Antigas Províncias Ultramarinas, 1934 – 1974. Volume 2. FAUT de Lisboa – Fundação Para Ciências e Tecnologias. Pag 329, 326.
- [30] Arquivo WF.
- [31] [32] FONTE, Maria Manuela Afonso. Urbanismo e Arquitectura em Angola – de Norton de Matos à revolução. Dissertação para Doutoramento em Planeamento Urbanístico, UTL – FA, 2007. Pag 423.
- [33] Arquivo WF.
- [34] [35] FONTE, Maria Manuela Afonso. Urbanismo e Arquitectura em Angola – de Norton de Matos à revolução. Dissertação para Doutoramento em Planeamento Urbanístico, UTL – FA, 2007. Pag 422.
- [36] [37] Pesquisa Google – Imagens Luanda Anos 60.
- [38] Arquivo WF.
- [39] [40] Pesquisa Google – Imagens Luanda Anos 60.
- [41] [42] [43] Arquivo WF
- [44] [45] FONTE, Maria Manuela Afonso. Urbanismo e Arquitectura em Angola – de Norton de Matos à revolução. Dissertação para Doutoramento em Planeamento Urbanístico, UTL – FA, 2007. Pag 425, 361.
- [46] TOSTÕES, Ana. Os verdes anos na Arquitectura Portuguesa dos anos 50. FAUP Publicações. Porto, 1997. Pag 283.

- [47] [48] Pesquisa Google – Imagens Av. Estados Unidos da América, Lisboa - Portugal.
- [49] TOSTÕES, Ana. Os verdes anos na Arquitectura Portuguesa dos anos 50. FAUP Publicações. Porto, 1997. Pag 280.
- [50] [51] [52] Pesquisa Google – Imagens Bairro das Estacas, Lisboa - Portugal.
- [53] TOSTÕES, Ana. Os verdes anos na Arquitectura Portuguesa dos anos 50. FAUP Publicações. Porto, 1997. Pag 284.
- [54] [55] Pesquisa Google – Imagens Av. Infante Santo, Lisboa - Portugal.
- [56] Pesquisa Google – Imagens Bairro dos Olivais, Lisboa - Portugal.
- [57] Pesquisa Virtual Earth – Imagens Bairro dos Olivais, Lisboa - Portugal.
- [58] [59] Pesquisa Google – Imagens Cooperativa Lar Familiar, Porto - Portugal.
- [60] Pesquisa Google – Imagens Bairro do Ramalde, Porto - Portugal.
- [61] TOSTÕES, Ana. Os verdes anos na Arquitectura Portuguesa dos anos 50. FAUP Publicações. Porto, 1997. Pag 285.
- [62] [63] Pesquisa Google – Imagens Bairro do Ramalde, Porto - Portugal.
- [64] [65] Pesquisa Virtual Earth – Imagens Conjunto Residencial da Boavista, Porto - Portugal.

Anexo



Vasco Vieira da Costa

Luanda Plano para a Cidade Stéelite Nº 3 1948

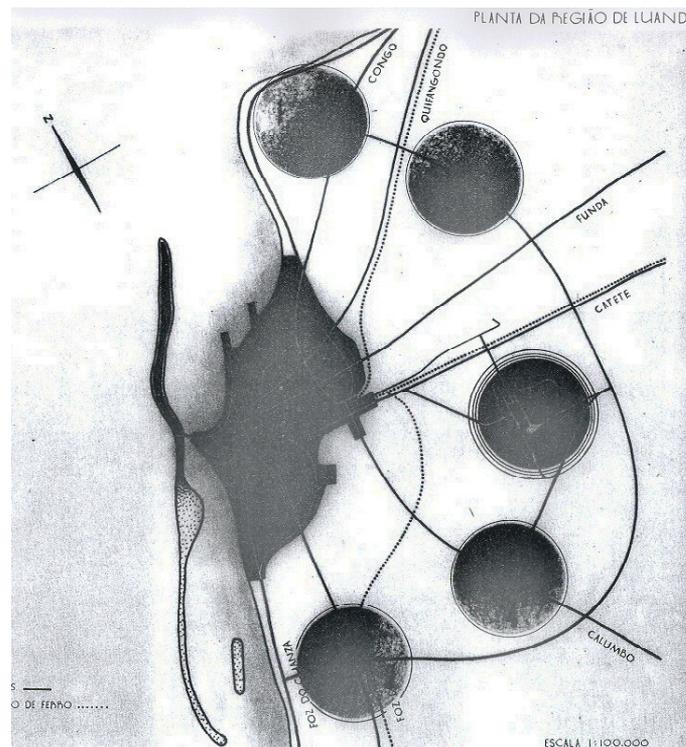
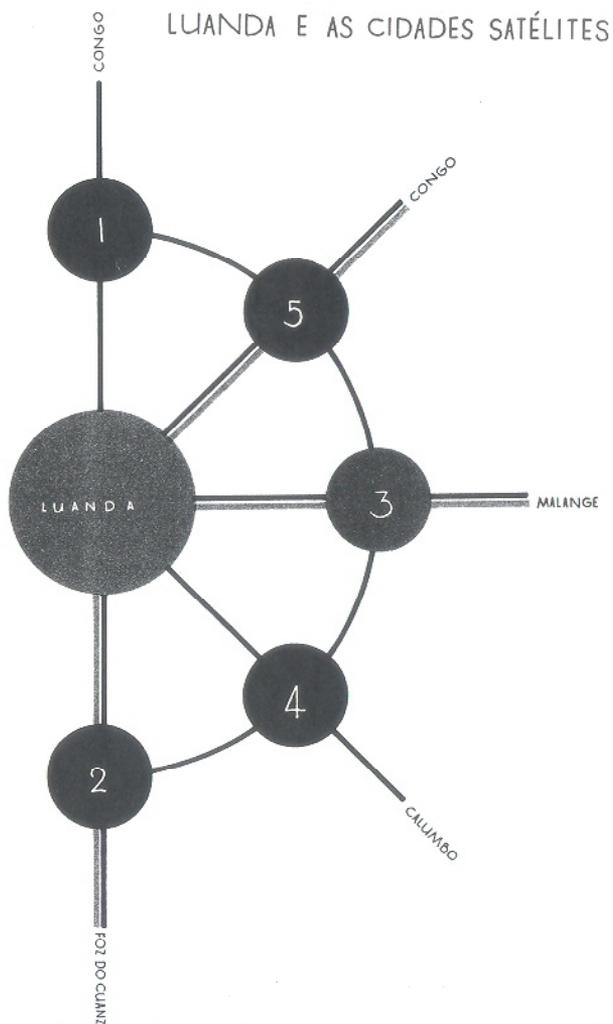
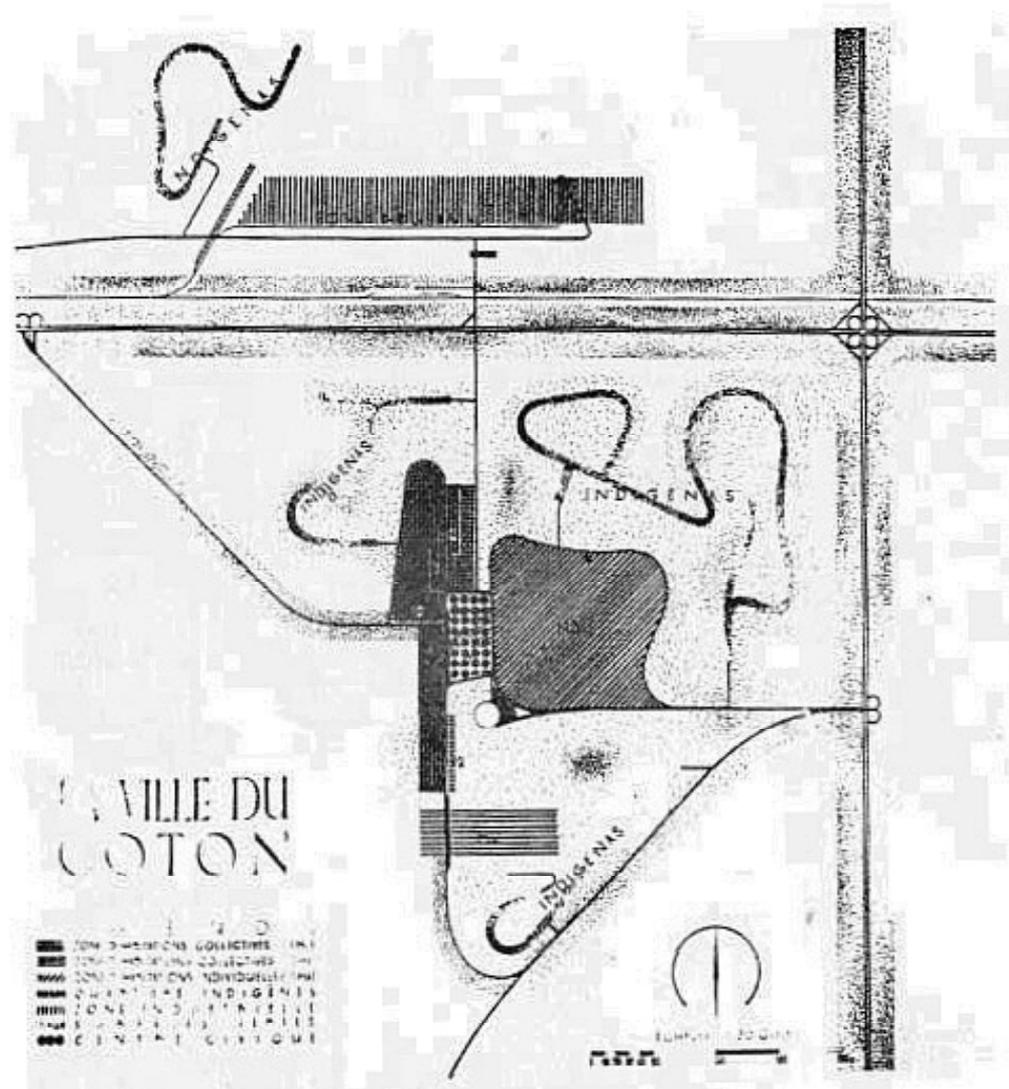


Diagrama do Modelo Teorico de Luanda e as suas Cidade Satélites

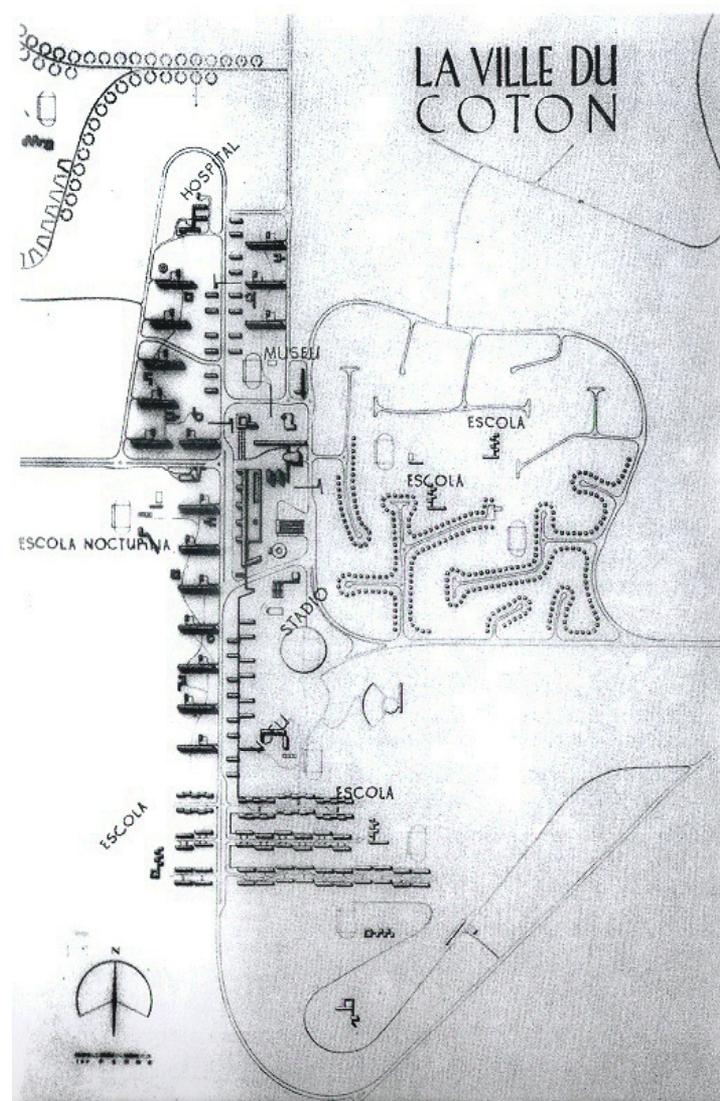
Planta de Urbanização da região de Luanda

COSTA, Vieira. Luanda – Plano para a Cidade Satélite n.3, Ed. Curso de Arquitectura de ESBAP (1948). DAFEUA – Porto, 1984. Pag. 51, 89

Zoning



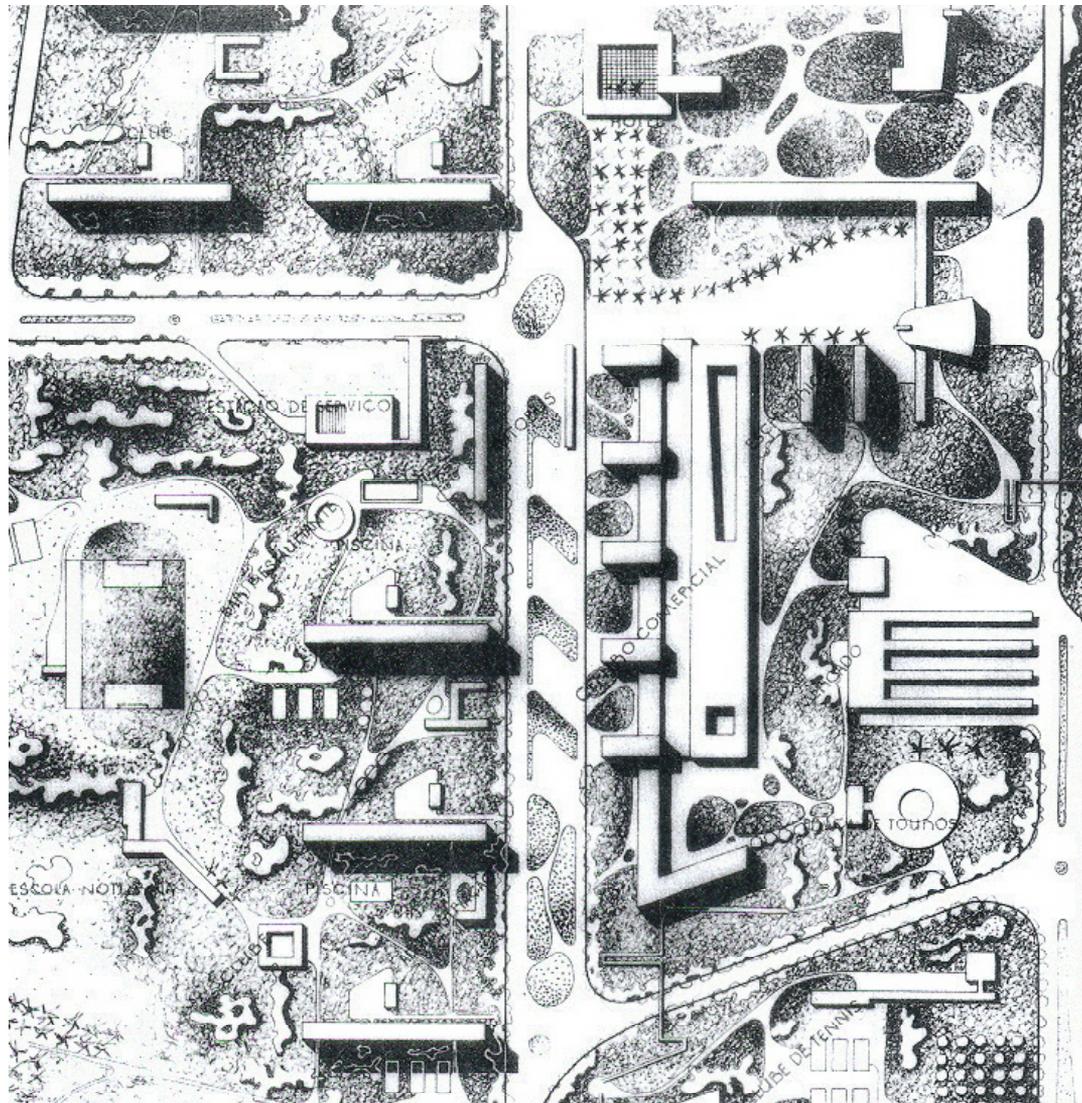
COSTA, Vieira.
Luanda – Plano para a
Cidade Satélite n.3, Ed.
Curso de Arquitectura
de ESBAP (1948).
DAFEUA – Porto, 1984.
Pag. 95



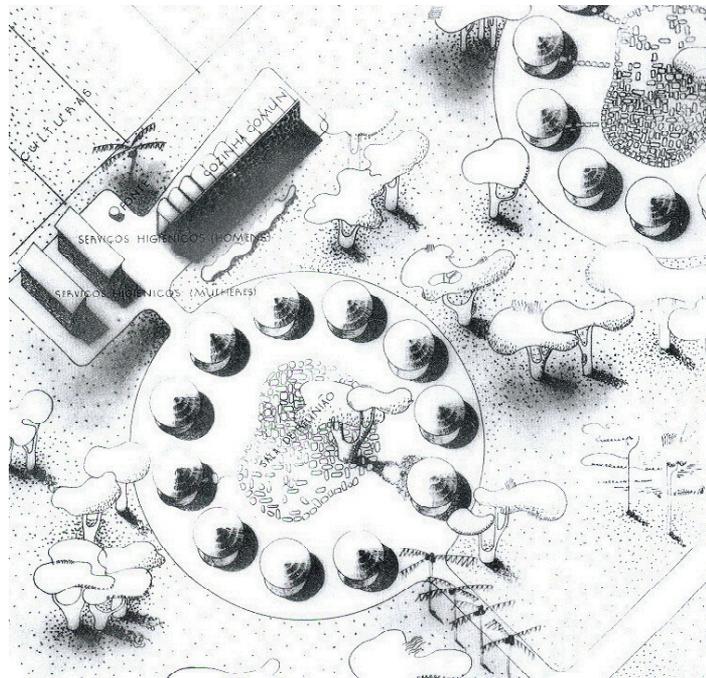
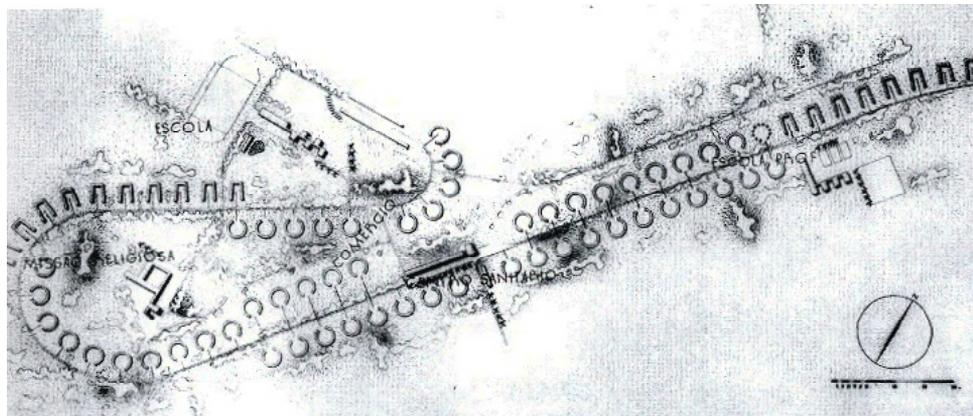
Nucleo Europeu

COSTA, Vieira.
 Luanda – Plano para a
 Cidade Satélite n.3, Ed.
 Curso de Arquitectura
 de ESBAP (1948).
 DAFEUA – Porto, 1984.
 Pag. 101

Centro Civico



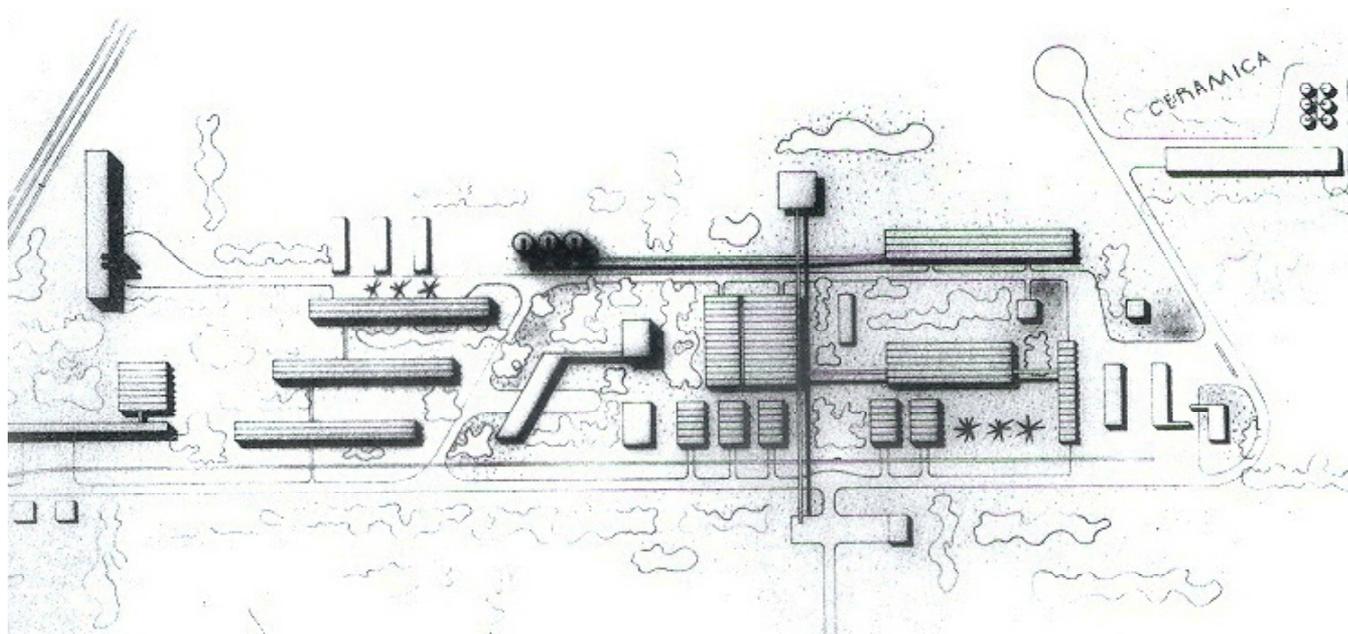
COSTA, Vieira.
Luanda – Plano para a
Cidade Satélite n.3, Ed.
Curso de Arquitectura
de ESBAP (1948).
DAFEUA – Porto, 1984.
Pag.115



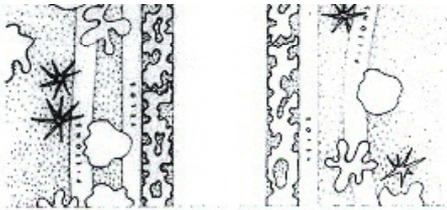
Bairro Indigena
Habitação Indigena

COSTA, Vieira.
Luanda – Plano para a
Cidade Satélite n.3, Ed.
Curso de Arquitectura
de ESBAP (1948).
DAFEUA – Porto, 1984.
Pag. 127, 129

Zona Industrial



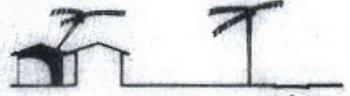
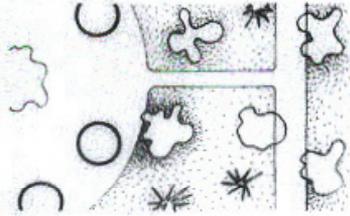
COSTA, Vieira.
Luanda – Plano para a
Cidade Satélite n.3, Ed.
Curso de Arquitectura
de ESBAP (1948).
DAFEUA – Porto, 1984.
Pag.131



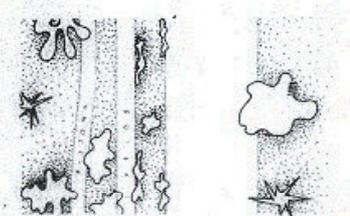
1:10



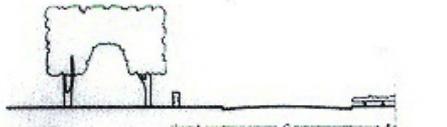
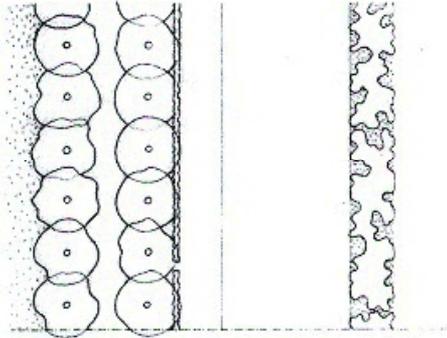
I



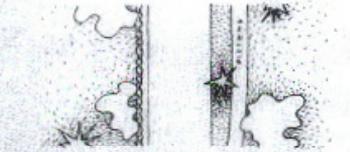
II



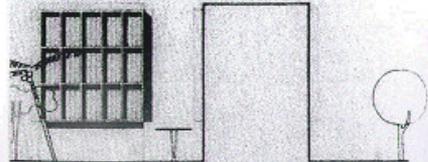
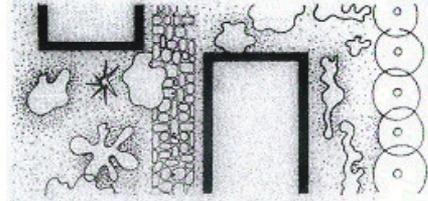
E



A



III

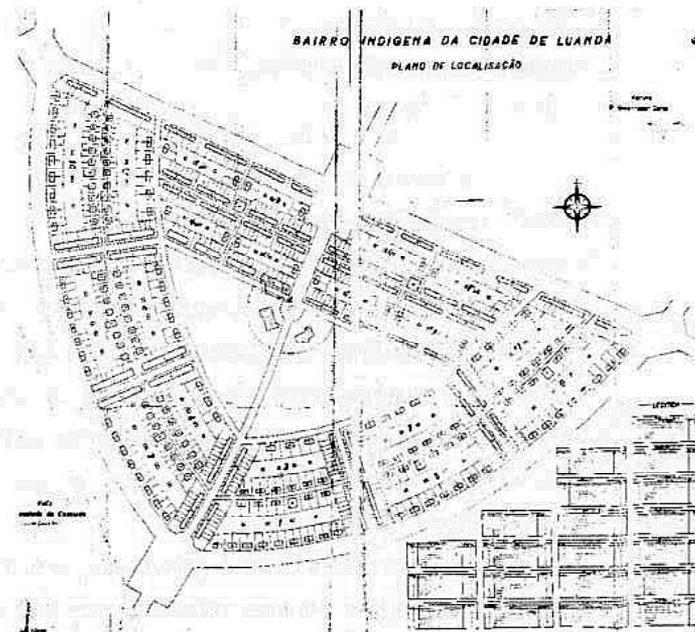
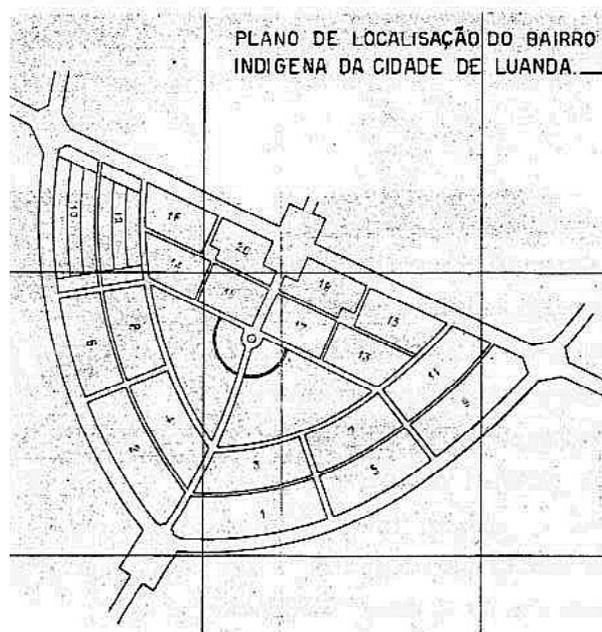


F

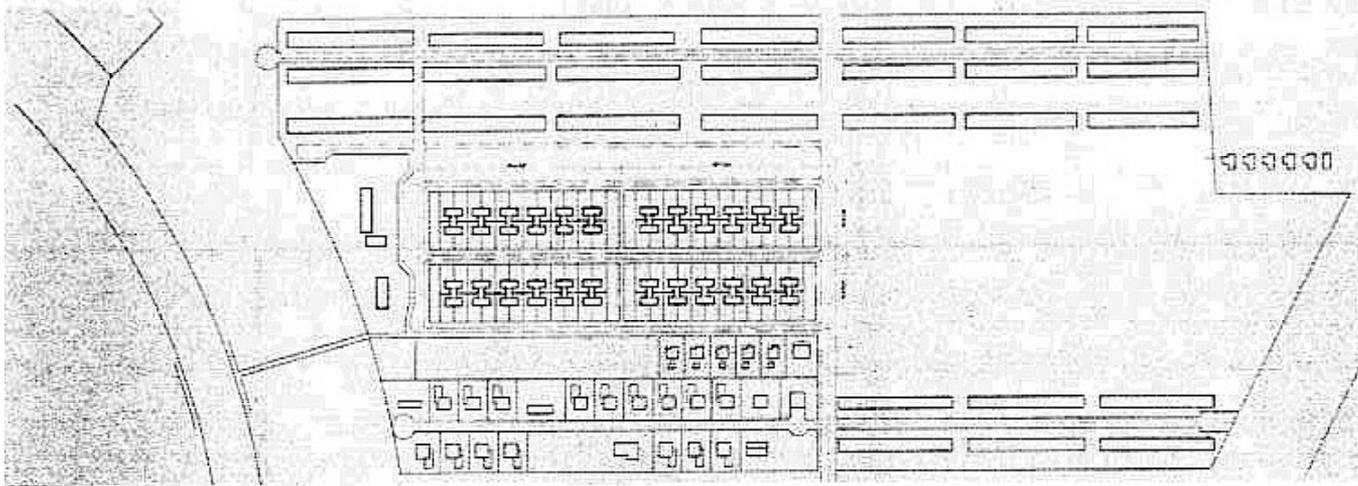
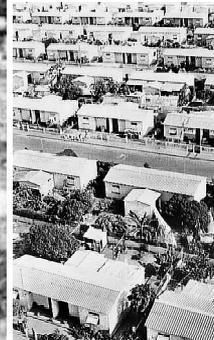
Circulação
Perfis Transversais

COSTA, Vieira.
Luanda – Plano para a
Cidade Satélite n.3, Ed.
Curso de Arquitectura
de ESBAP (1948).
DAFEUA – Porto, 1984.
Pag. 105, 107 e 109

Bairro Indígena da
Cidade de Luanda
Plantas de Localização



FONTE, Maria Manuela
Afonso.
Urbanismo e Arqui-
tectura em Angola
– de Norton de Matos à
revolução. Dissertação
para Doutoramento em
Planeamento Urbanís-
tico, UTL – FA, 2007.
Pag. 150

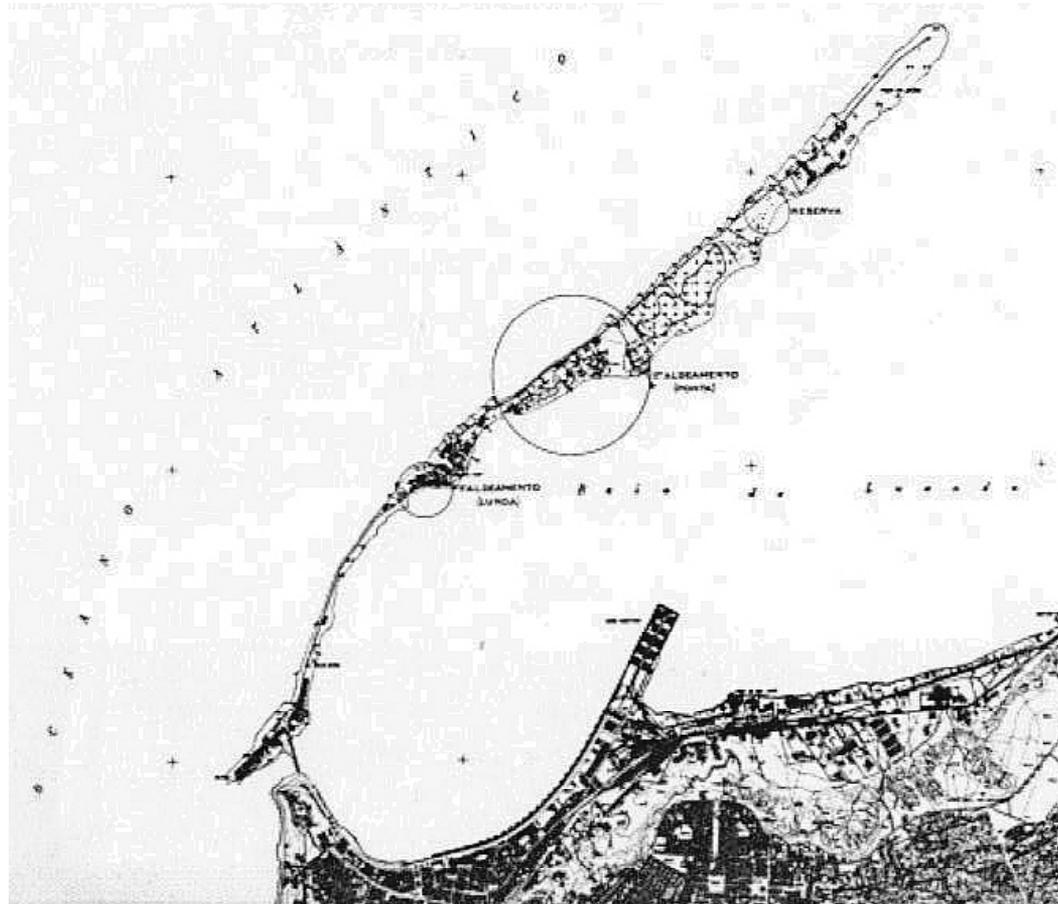


Plano Bairro Indígena de Luanda

FONTE, Maria Manuela Afonso. Urbanismo e Arquitectura em Angola – de Norton de Matos à revolução. Dissertação para Doutoramento em Planeamento Urbano, UTL – FA, 2007. Pag. 151

Simões de Carvalho e Pinto da Cunha
Plano Director de Urbanização da Ilha de Luanda 1963

Plano Director de
Urbanização da Ilha de
Luanda



FONTE, Maria Manuela
Afonso.
Urbanismo e Arqui-
tectura em Angola
- de Norton de Matos à
revolução. Dissertação
para Doutoramento em
Planeamento Urbanís-
tico, UTL - FA, 2007.
Pag. 189

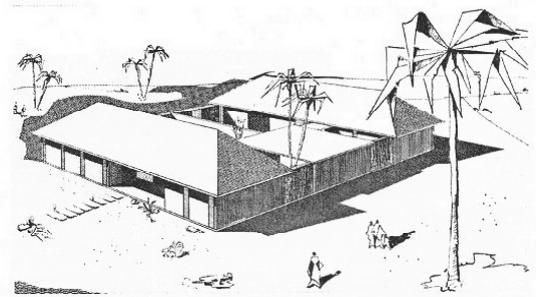
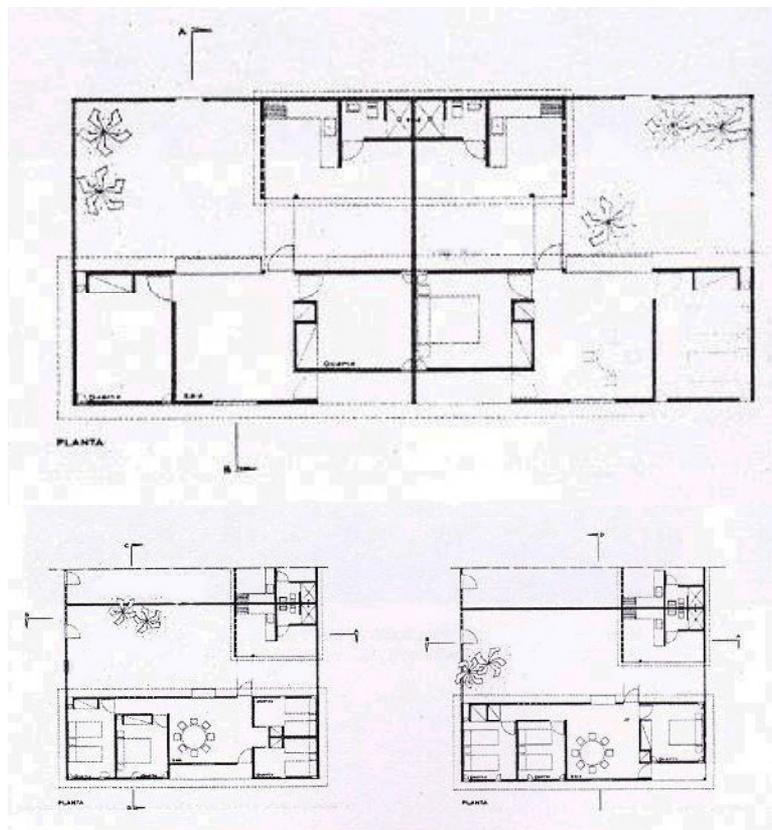


Plano Director de
Urbanização da Ilha de
Luanda

Imagem actual onde se
pode verificar que do
plano de 1963 só o
alinhamento do
edificado se manteve

FONTE, Maria Manuela
Afonso.
Urbanismo e Arqui-
tectura em Angola
- de Norton de Matos à
revolução. Dissertação
para Doutoramento em
Planeamento Urbanís-
tico, UTL - FA, 2007.
Pag. 189

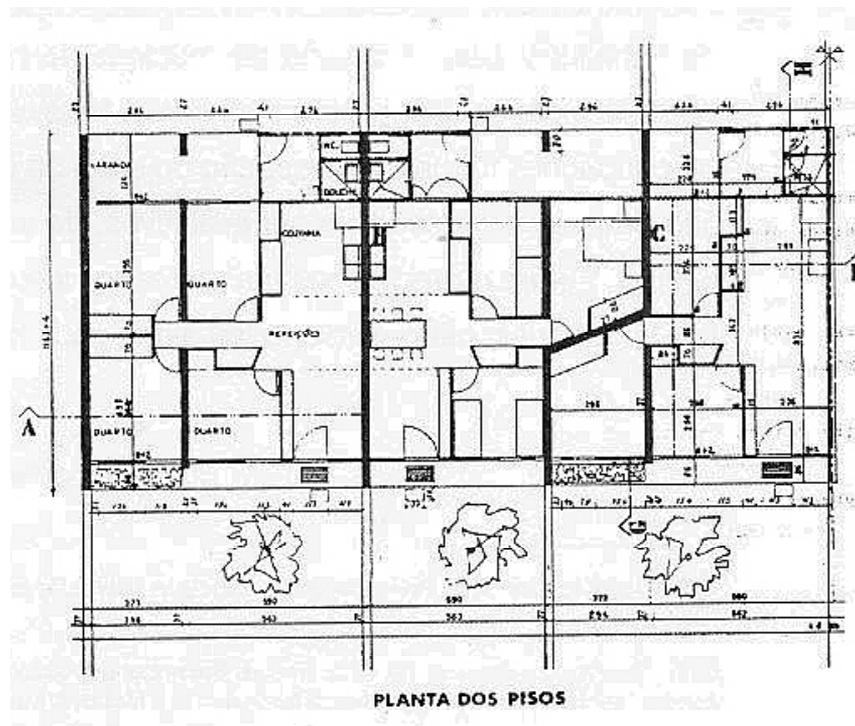
Tipologia de Habitação



FONTE, Maria Manuela Afonso. Urbanismo e Arquitectura em Angola – de Norton de Matos à revolução. Dissertação para Doutoramento em Planeamento Urbanístico, UTL – FA, 2007. Pag. 419

Simões de Carvalho

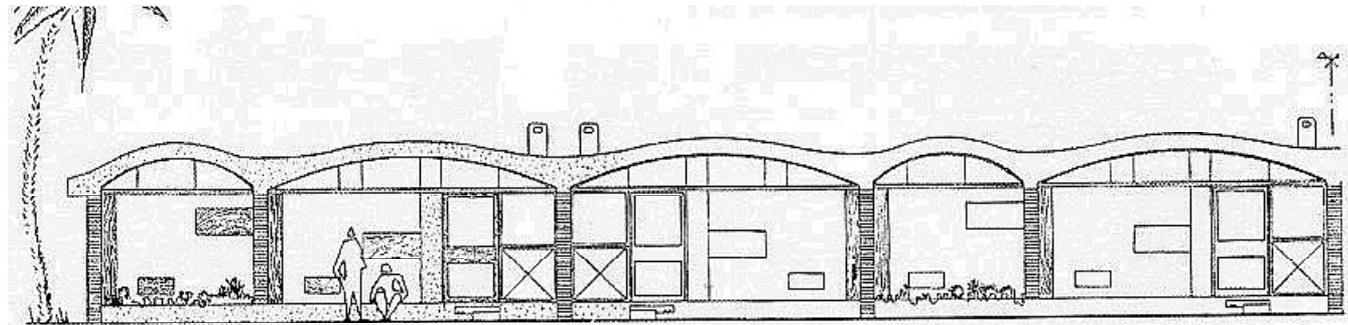
Aldeamento da Quilunda, Luanda 1964



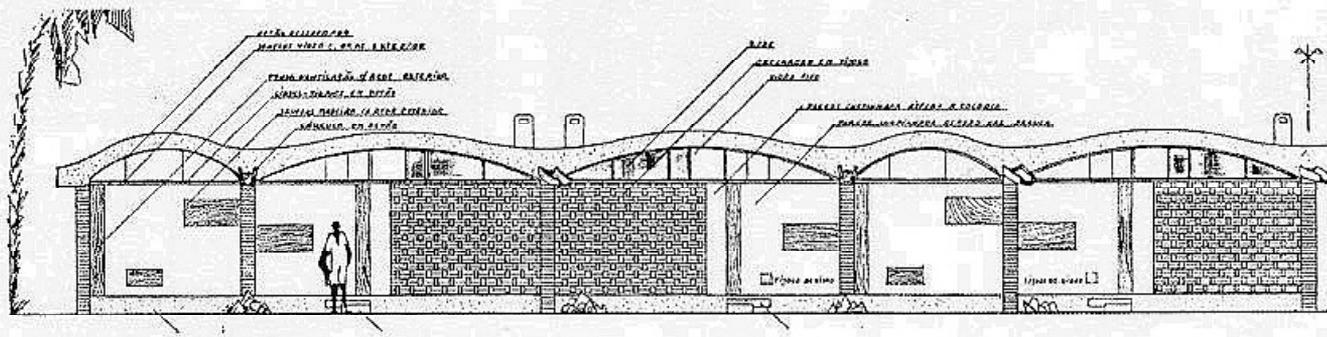
Tipologia de Habitação

FONTE, Maria Manuela Afonso. Urbanismo e Arquitectura em Angola – de Norton de Matos à revolução. Dissertação para Doutoramento em Planeamento Urbanístico, UTL – FA, 2007. Pag. 426

Estudo de Alçados

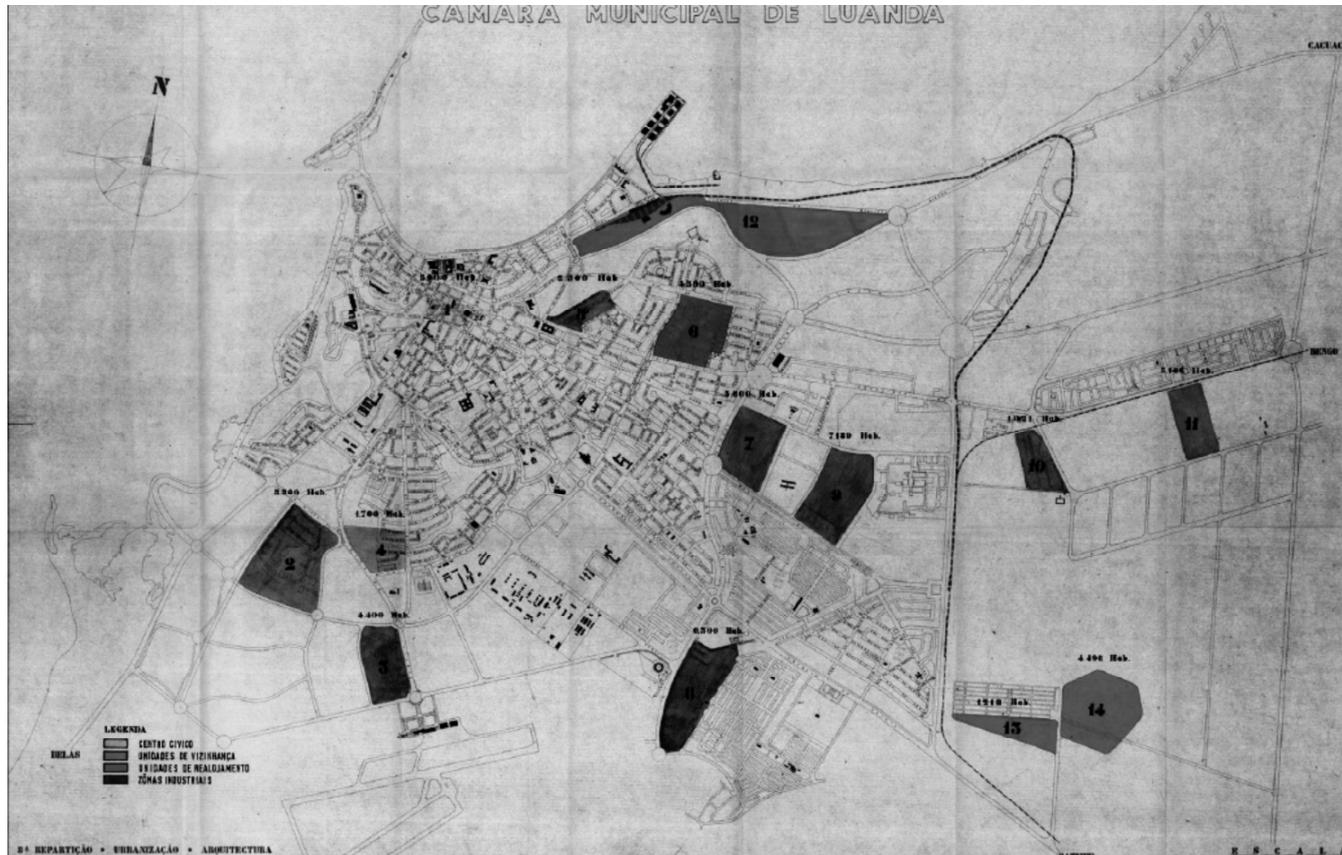


ALÇADO PRINCIPAL



FONTE, Maria Manuela Afonso. Urbanismo e Arquitectura em Angola – de Norton de Matos à revolução. Dissertação para Doutoramento em Planeamento Urbanístico, UTL – FA, 2007. Pag. 426

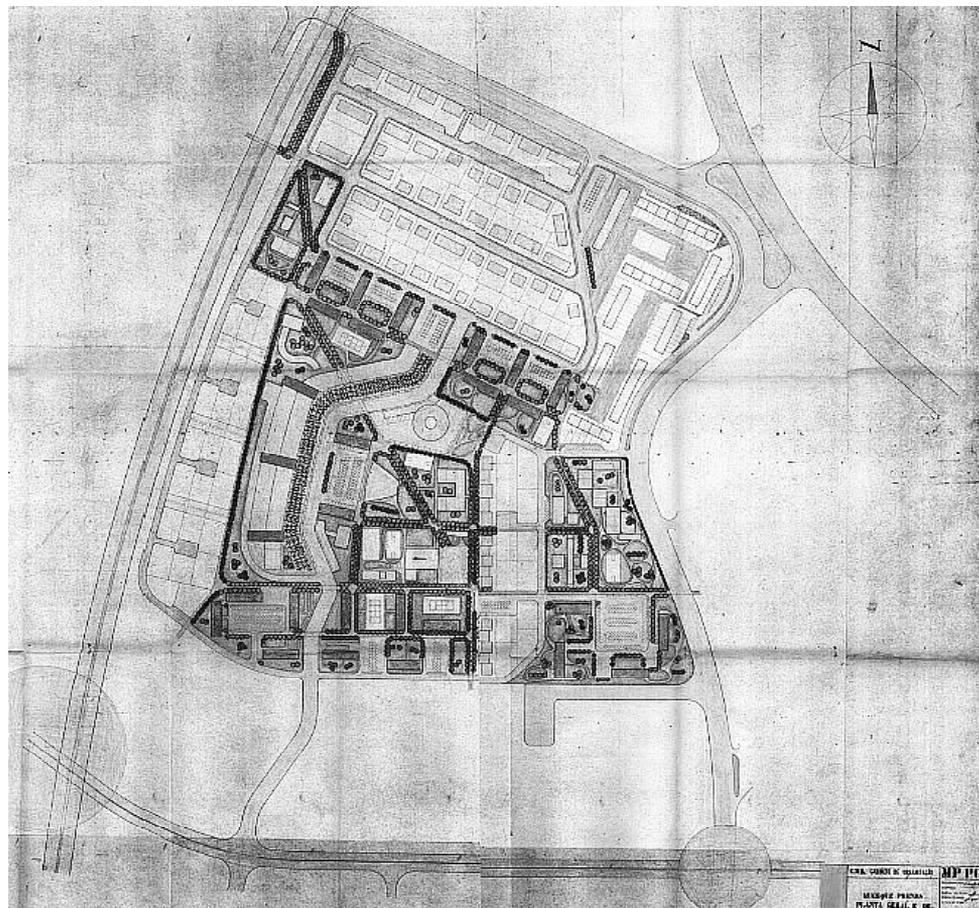
Simões de Carvalho
Unidades de Vizinhança 1964



Plano Director de
Luanda 1964

URBANISMO COLONIAL.
Os Planos de
Urbanização nas Antigas
Províncias Ultramarinas,
1934 – 1974. Volume
2. FAUT de Lisboa –
Fundação Para Ciências
e Tecnologias.
Pag. 326

Plano Director de
Luanda 1964

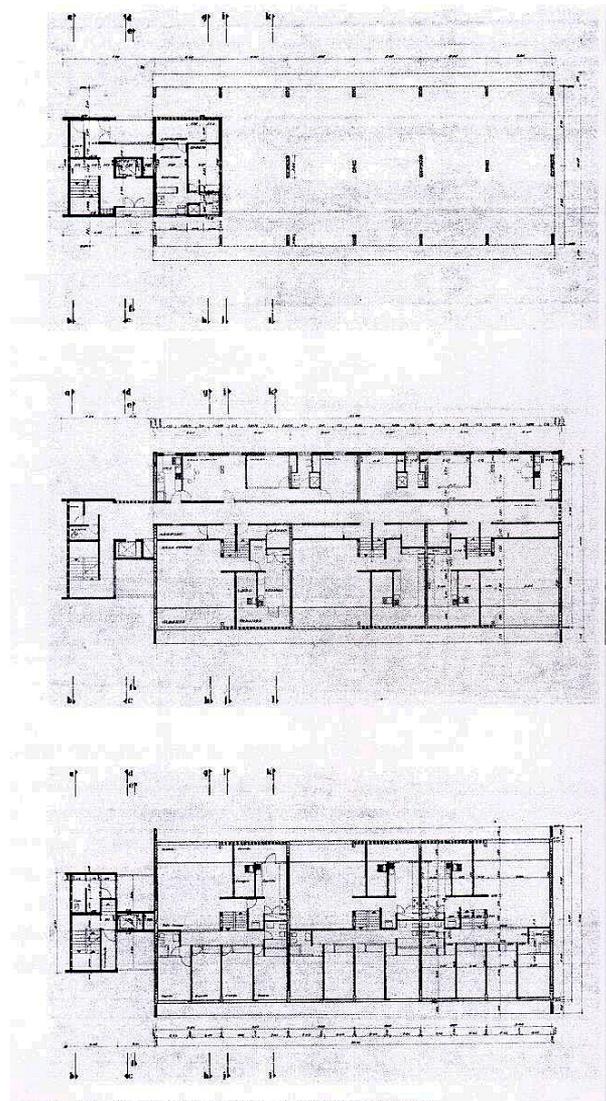


URBANISMO COLONIAL.
Os Planos de
Urbanização nas Antigas
Províncias Ultramarinas,
1934 – 1974. Volume
2. FAUT de Lisboa –
Fundação Para Ciências
e Tecnologias.
Pag. 329

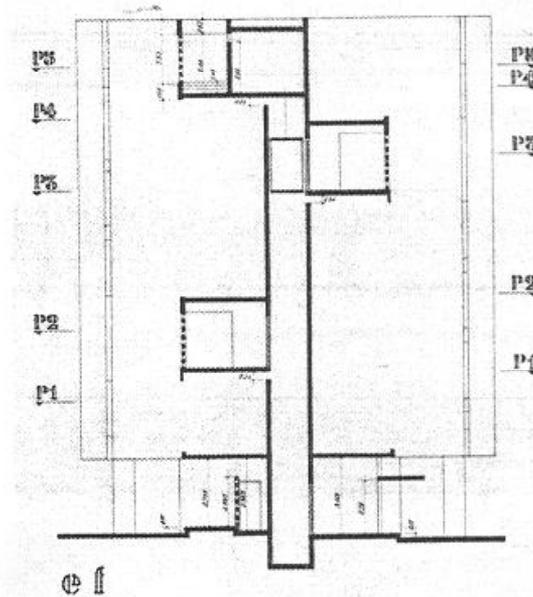
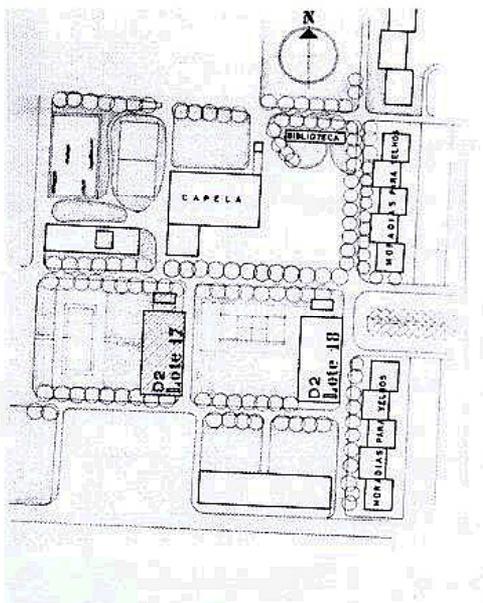


Imagem Actual
Plano Director de
Luanda 1964

Bairro Prenda Edifício
de Habitação Colectiva
Plantas
Lote 17



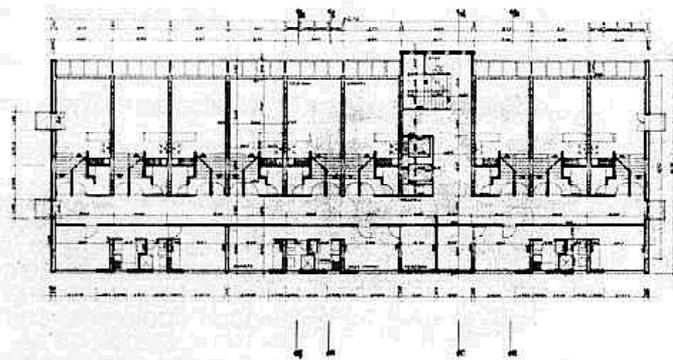
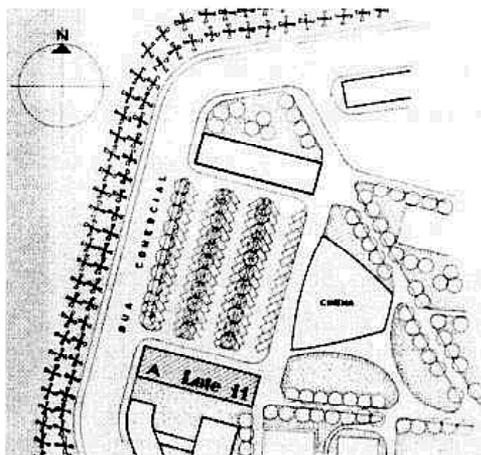
FONTE, Maria Manuela
Afonso.
Urbanismo e Arqui-
tectura em Angola
- de Norton de Matos à
revolução. Dissertação
para Doutoramento em
Planeamento Urbanís-
tico, UTL - FA, 2007.
Pag. 423



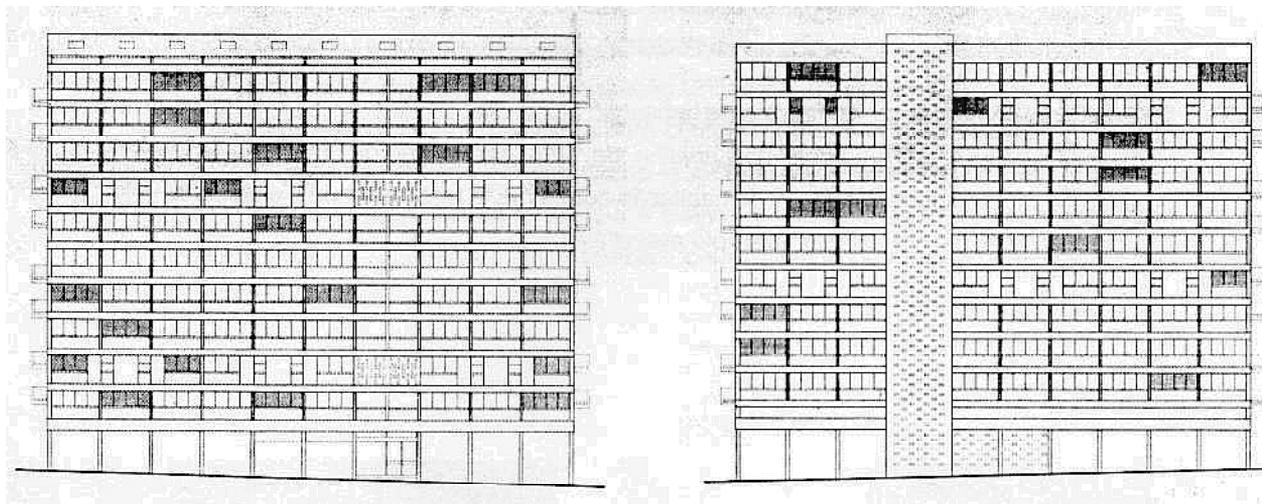
Bairro Prenda Edifício
de Habitação Colectiva
Implantação e Cortes
Lote 17

FONTE, Maria Manuela
Afonso.
Urbanismo e Arqui-
tectura em Angola
- de Norton de Matos à
revolução. Dissertação
para Doutoramento em
Planeamento Urbanís-
tico, UTL - FA, 2007.
Pag. 423

Bairro Prenda Edifício
de Habitação Colectiva
Implantação e Planta
Lote 11



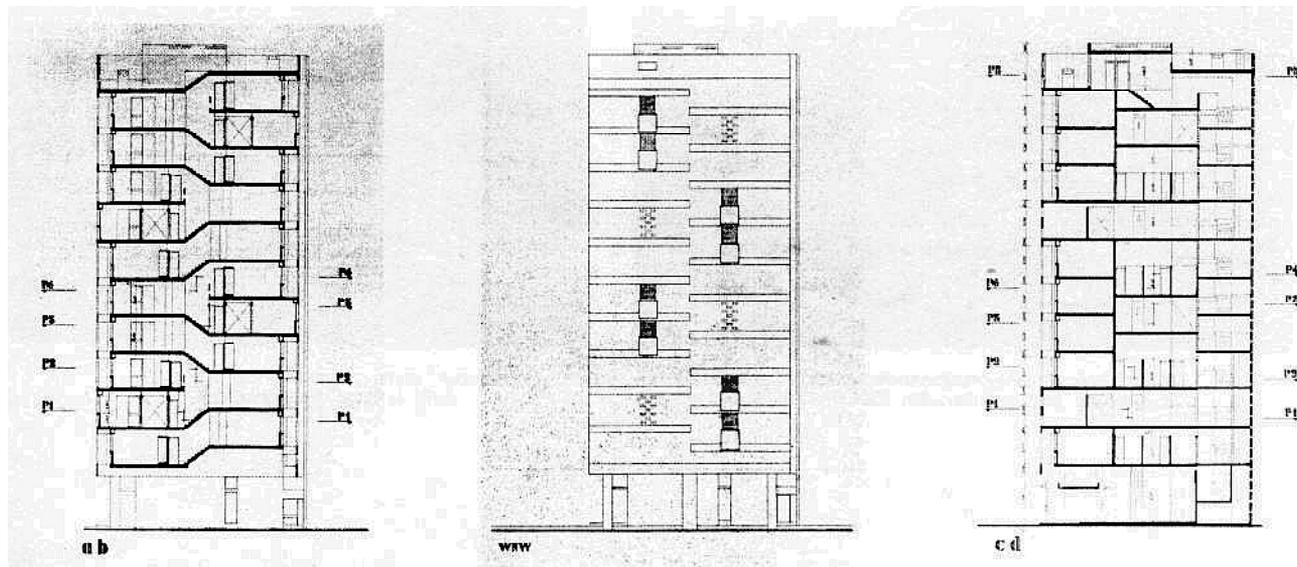
FONTE, Maria Manuela
Afonso.
Urbanismo e Arqui-
tectura em Angola
– de Norton de Matos à
revolução. Dissertação
para Doutoramento em
Planeamento Urbanís-
tico, UTL – FA, 2007.
Pag. 422



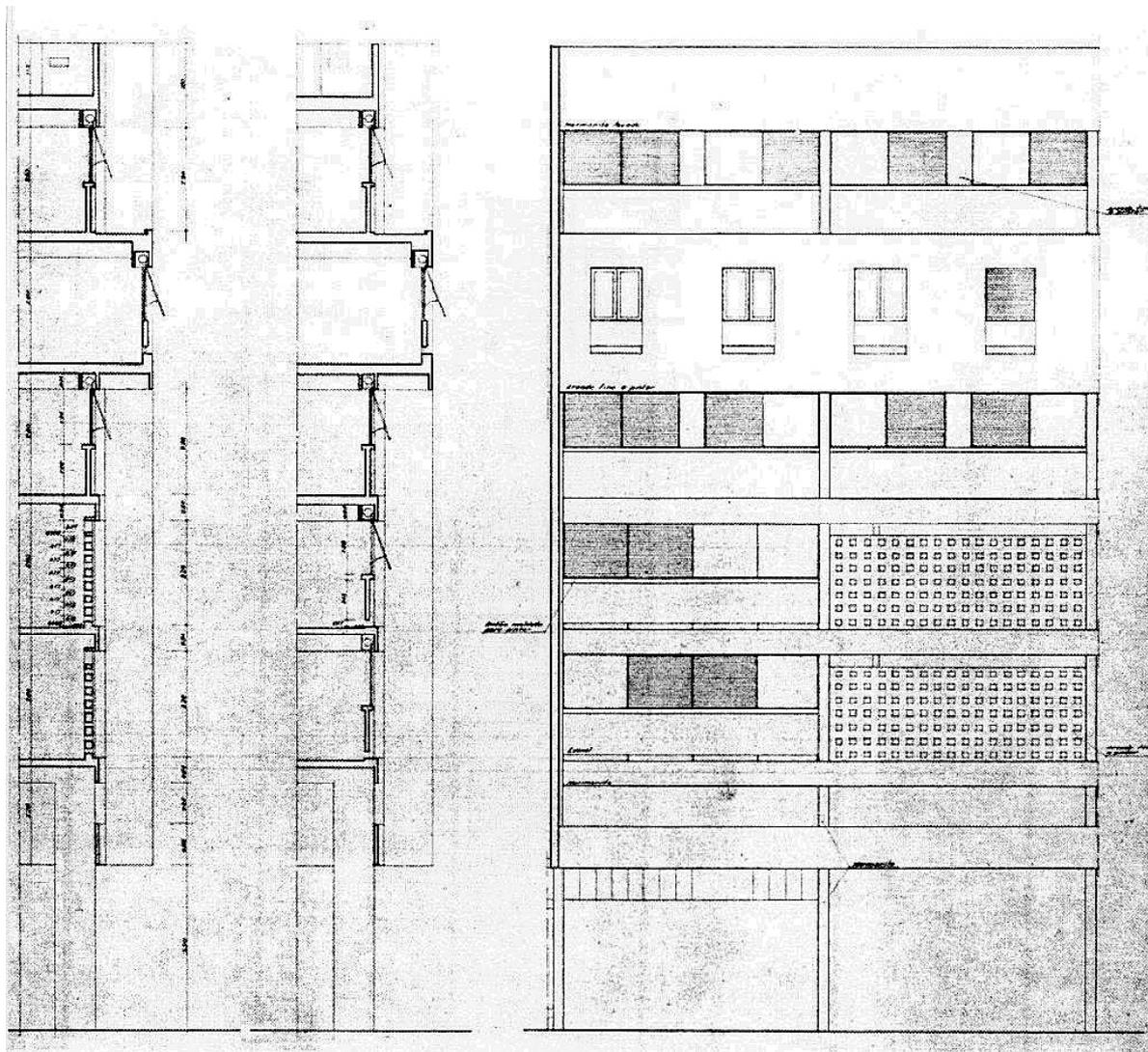
Bairro Prenda Edifício
de Habitação Colectiva
Estudo de Alçados
Lote 11

FONTE, Maria Manuela
Afonso.
Urbanismo e Arqui-
tectura em Angola
– de Norton de Matos à
revolução. Dissertação
para Doutoramento em
Planeamento Urbanís-
tico, UTL – FA, 2007.
Pag. 422

Bairro Prenda Edifício
de Habitação Colectiva
Estudo de Alçados e
Cortes Lote 11



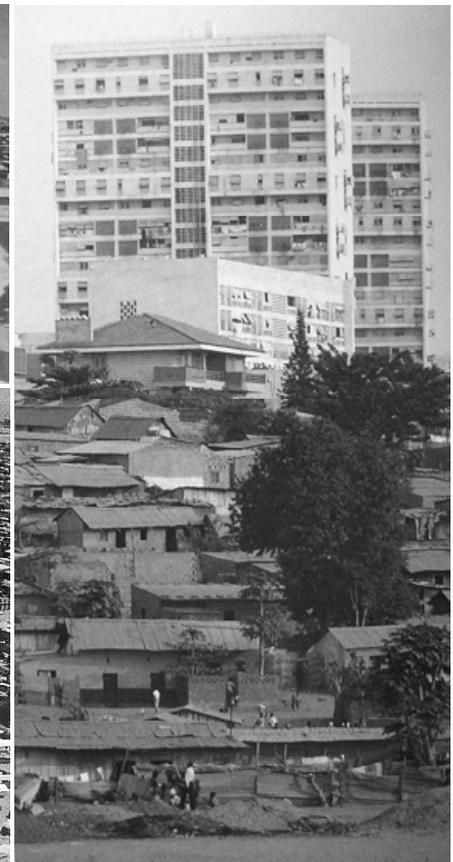
FONTE, Maria Manuela
Afonso.
Urbanismo e Arqui-
tectura em Angola
– de Norton de Matos à
revolução. Dissertação
para Doutoramento em
Planeamento Urbanís-
tico, UTL – FA, 2007.
Pag. 422



Bairro Prenda Edifício
de Habitação Colectiva
Estudo de Alçados e
Cortes
Lote 17

FONTE, Maria Manuela
Afonso.
Urbanismo e Arqui-
tectura em Angola
- de Norton de Matos à
revolução. Dissertação
para Doutoramento em
Planeamento Urbanís-
tico, UTL - FA, 2007.
Pag. 424

Imagens Actuais
Bairro Prenda



Faculdade de Ciências
e Tecnologias da
Universidade de
Coimbra

Departamento de
Arquitectura

Prova Final Orientada
Dr. Arq. José Fernando
Gonçalves



0170 48 13 TREZE

